

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
PROFISSIONAL

AINDA SOMOS OS MESMOS: CAMPANHAS ELEITORAIS PRESIDENCIAIS
TELEVISIVAS DE 1989 E 2018

ARTHUR FACHINI MAZIERO

CAXIAS DO SUL

2022

ARTHUR FACHINI MAZIERO

**AINDA SOMOS OS MESMOS: CAMPANHAS ELEITORAIS PRESIDENCIAIS
TELEVISIVAS DE 1989 E 2018**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de mestre em História na
Universidade de Caxias do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Eliana Gasparini
Xerri

CAXIAS DO SUL

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

M476a Maziero, Arthur Fachini

Ainda somos os mesmos [recurso eletrônico] : campanhas eleitorais presidenciais televisivas de 1989 e 2018 / Arthur Fachini Maziero. – 2022.
Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

Orientação: Eliana Gasparini Xerri.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Campanhas eleitorais - História. 2. Presidentes - Brasil - Eleições. 3. Cidadania. 4. Democracia. 5. História - Estudo e ensino. I. Xerri, Eliana Gasparini, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 324(091)

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Márcia Servi Gonçalves - CRB 10/1500

AINDA SOMOS OS MESMOS: CAMPANHAS ELEITORAIS
PRESIDENCIAIS TELEVISIVAS DE 1989 E 2018

Arthur Fachini Maziero

Trabalho de Conclusão de Mestrado submetido à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração: Ensino de História: Fontes e Linguagens. Linha de Pesquisa: Linguagens e Cultura no Ensino de História.

Caxias do Sul, 16 de setembro de 2022.

Banca Examinadora:

Dra. Eliana Gasparini Xerri
Universidade de Caxias do Sul

Dr. Jorge Luiz da Cunha
Universidade Federal de Santa Maria

Dr. Roberto Radunz
Universidade de Caxias do Sul

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, Gilmar, por me incentivar ao pensamento crítico desde meus primeiros anos de vida. Este foi um dos principais motivos para a realização do meu mestrado.

Agradeço à minha mãe, Luciane, por me ensinar a realizar minha profissão com amor, carinho e dedicação, de forma que sou apaixonado por ser professor.

Agradeço à minha irmã, Catherine, por ter me tornado um adulto capaz de cuidar e me transformar em uma pessoa melhor.

Gostaria de agradecer à minha orientadora Eliana Gasparini Xerri, pelo entusiasmo, paciência e por toda a trajetória de pesquisa desde o período de graduação, totalizando mais de três anos de encontros, troca de ideias e momentos de reflexão. Suas aulas não só me embasaram profissionalmente como marcaram minha vida de forma imensurável. Meu agradecimento especial à Franciele de Almeida de Oliveira, pela amizade e companheirismo desde o período de graduação até a finalização do mestrado.

Agradeço a todas as pessoas que passaram pela minha vida durante a escrita deste trabalho, seja de forma curta ou longa. Dentre elas, destaco: Christian Arsego, Gabriel Varreira Gasperin, Juliana Cordeiro Begnini, Lisiane Weck, Luan Moraes, Luiza Ebert de Oliveira, Nicolás Furlin, Verônica Weck Pedrotti e Vitória Pereira.

*“Minha dor é perceber
Que apesar de termos feito tudo o que fizemos
Ainda somos os mesmos e vivemos
Como os nossos pais”
Elis Regina*

RESUMO

A presente dissertação analisa questões de cidadania e democracia presentes nas campanhas eleitorais televisivas do segundo turno das eleições presidenciais de 1989 e de 2018. O estudo relaciona o tema com o cenário recente do país através do questionamento: as campanhas eleitorais dos segundos turnos para presidência da república, exibidas na televisão, nos anos de 1989 e de 2018, afirmam compromissos com a democracia e a cidadania? O objetivo é possibilitar reflexões sobre mudanças e permanências na sociedade brasileira desde o período da redemocratização, tendo na História Política o principal aporte teórico. A pesquisa é qualitativa, com apoio da pesquisa quantitativa. Apresenta a revisão da literatura, bem como a análise do discurso com apoio na análise de conteúdo como ferramentas metodológicas. O trabalho faz parte do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Caxias do Sul – Mestrado Profissional em História, tendo como linha de pesquisa Linguagens e Cultura no Ensino de História. Atendendo aos requisitos do Mestrado Profissional, optou-se por propor um curso de extensão para alunos e profissionais da área do conhecimento de História, visando possibilitar abordagens de temas significativos para cidadania e democracia brasileira, pois conhecer o estudo do Tempo Presente, próximo às vivências dos alunos e professores, auxilia no desenvolvimento da consciência histórica.

Palavras-chave: Cidadania, Democracia, Eleições Presidenciais, Campanhas Eleitorais Televisivas, Ensino de História.

ABSTRACT

This dissertation analyzes citizenship and democracy aspects present in television electoral campaigns of the second round of the 1989 and 2018 presidential elections. The study relates the theme to the country's current scenario through the question: do electoral campaigns of the second rounds for the republic's presidency, shown on television in 1989 and 2018, affirm commitments to democracy and citizenship? The goal is to enable reflections on changes and permanences in Brazilian society since the re-democratization period, having in Political History the main theoretical contribution. The research is qualitative, with support from quantitative research. It presents a literature review and discourse analysis with support from content analysis as methodological tools. The work is part of the Postgraduate Program in History at the University of Caxias do Sul - Professional Master's in History, with a research line based on Linguistics and Culture in the Teaching of History. Attending to the Professional Master's Degree requirements, an extension course was proposed for students and professionals in the area of knowledge of History. Its objective is to enable approaches to significant themes for citizenship and Brazilian democracy, since knowing the study of the Present Time, related to the experiences of students and teachers, helps to develop historical consciousness.

Keywords: Citizenship, Democracy, Presidential Elections, Television Electoral Campaigns, History Teaching.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tempo de Propaganda Eleitoral do Primeiro Turno (1989-2018)	8
Quadro 2 – Fragilidade Democrática Brasileira	41

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Logo de campanha de Fernando Collor em 1989	47
Imagem 2 – Fernando Collor em Campanha Eleitoral	48
Imagem 3 – Covas, Lula e Brizola	57
Imagem 4 – Lula com sua filha Lurian no Programa Eleitoral	60
Imagem 5 – Texto do programa de Jair Bolsonaro	65
Imagem 6 – Apresentadora do programa de Jair Bolsonaro	67
Imagem 7 – Jair Bolsonaro fala o slogan de sua campanha durante Programa Eleitoral	71
Imagem 8 – Foto da campanha de Fernando Haddad	75
Imagem 9 – Jair Bolsonaro falando sobre a proposta da Base de Alcântara	76
Imagem 10 – Apresentadora fazendo a comparação entre Michel Temer e Jair Bolsonaro ...	78
Imagem 11 – A Democracia Grega	88
Imagem 12 – Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão	90
Imagem 13 – Assembleia Nacional Constituinte (1987 – 1988)	93
Imagem 14 – Manifestações das “Diretas Já” (1984)	95
Imagem 15 – Presidentes da Nova República (1985 até 2022)	97

LISTA DE SIGLAS

AI	Ato Institucional
ARENA	Aliança Nacional Renovadora
HGPE	Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CONTEXTOS DAS CAMPANHAS E AS ELEIÇÕES DE 1989 E DE 2018.....	23
2.1 TELEVISÃO.....	23
2.2 PARTIDOS POLÍTICOS.....	26
2.3 REDEMOCRATIZAÇÃO E PRIMEIRA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL (1980-1989)	32
2.4 GOVERNO COLLOR ATÉ O GOVERNO TEMER.....	35
3 ANÁLISE DAS PROPAGANDAS ELEITORAIS DE 1989 E 2018.....	45
3.1 PROPAGANDAS ELEITORAIS DE 1989.....	45
3.1.1 Collor.....	46
3.1.2 Lula.....	55
3.2 PROGRAMAS ELEITORAIS DE 2018.....	61
3.2.1 Bolsonaro.....	63
3.2.2 Haddad.....	71
4 CIDADANIA, DEMOCRACIA E ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS.....	80
4.1 CURSO DE EXTENSÃO – AINDA SOMOS OS MESMOS: CAMPANHAS ELEITORAIS DE 1989 E 2018.....	87
5 CONCLUSÃO.....	101
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106
7 APÊNDICE.....	118

1 - INTRODUÇÃO

A política possui papel fundamental na sociedade, determinando o cotidiano da população. Em seu poema “O Analfabeto Político”, Brech (1931) afirma:

O pior analfabeto é o analfabeto político.
Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos.
Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio depende das decisões políticas.
O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política.
Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacaio dos exploradores do povo.

O poema atenta para a importância da política como ferramenta para a tomada de decisões. Chauí (2004, p. 349) considera que a palavra política, derivada da palavra grega *polis*, que significa cidade, numa perspectiva de espaço cívico, ou seja, entendida como a comunidade organizada, formada por cidadãos, homens livres e iguais, nascidos em seu território, portadores de dois direitos fundamentais: o de igualdade perante a lei e a igualdade em direito de expor e discutir em público suas ideias.

Correlacionando o poema com a configuração de governo no Brasil, república representativa, as eleições são importantes em todos os níveis, pois é a partir das mesmas que ocorre a significativa participação da população. Assim, o resultado pode afirmar os processos advindos de projetos democráticos.

É necessário considerar que a democracia não é monolítica e que existem diversos sistemas políticos diferentes. Entre eles, a democracia representativa é um modelo aplicado em diversos países. Santos (2016) define a democracia representativa como um regime político onde os cidadãos exercem seu poder através da eleição de representantes políticos, que se tornam titulares do poder democrático, exercendo seu poder com mais ou menos autonomia em relação aos cidadãos.

Deste modo, depreende-se que na democracia representativa, há possibilidade de conflito entre os cidadãos e os representantes escolhidos por eles, o que caracteriza espaços de diálogo. A partir da ideia de representatividade dentro da democracia, surge a necessidade de debater o que é a representação, mesmo que relacionada à representação histórica.

A representação consiste na manutenção da concentração do poder por alguém, fazendo uso de estratégias como panfletos, campanhas eleitorais, entre outros. Dentro do conceito de representação, existe a definição relacionada à política. Em sua dissertação, Faria (2008, p. 12) afirma:

A representação, fortemente marcada pela eleição, é um dos mais conhecidos recursos da atividade política. O ato eleitoral de votar foi uma conquista política tão acentuada no processo histórico democrático que por vezes a vida política de uma sociedade aparenta reduzir-se apenas ao momento do sufrágio [...]. Hoje surge como um entre os grandes desafios às democracias que vigoram contemporaneamente a tentativa de equilíbrio nas relações entre princípios democráticos, representação política e soberania popular.

Como a representação ocorre através de diversas instâncias as quais ultrapassam o momento do voto, o processo democrático é expresso, ou não, nas campanhas eleitorais, bem como a cidadania.

Benevides (1994, p. 9) contribui através de reflexões sobre cidadania salientando uma apropriação de direitos e deveres dentro de um exercício político relacionado aos direitos sociais. Complementa que para os preceitos liberais a cidadania se associa ao indivíduo de maneira que possa garantir seus direitos políticos, sociais e civis para o pleno exercício da cidadania. Assim, dialogando com a importância da cidadania nas suas possibilidades reflexivas, com democracia.

Os direitos civis são necessários para a garantia de liberdade de expressão, a liberdade sobre o próprio corpo e a locomoção. Já os direitos políticos referem-se à liberdade de pensamento, prática política e religiosa, compreendendo que todos devem conviver entre si em organismos de organização direta, como movimentos sociais e partidos, e organizações indiretas, pela eleição de governantes. Por fim, os direitos sociais são essenciais para a defesa dos trabalhadores, assegurando um salário compatível ao direito à saúde, educação, habitação entre outros. Conforme Covre (1991, p. 15): “os direitos de uns precisam condizer com os direitos dos outros, permitindo a todos o direito à vida no sentido pleno – traço básico da cidadania”.

Chauí (2012, p. 153) complementa que para que haja uma ampliação de direitos é necessário que se compreenda que a sociedade está em constante transformação, necessitando de legitimação de pautas de defesa dos grupos sociais. Sendo assim, os direitos não devem ser vistos como regalias ou benefícios, e sim como resultado de novas compreensões das necessidades da população.

As eleições presidenciais são objeto dessa dissertação, tendo como recorte as campanhas eleitorais televisivas. Por conseguinte, a pergunta norteadora do estudo é: as campanhas eleitorais dos segundos turnos para presidência da república, exibidas na televisão nos anos de 1989 e de 2018, afirmam compromissos com a democracia e a cidadania?

Na busca de respostas à pergunta norteadora do trabalho, procurou-se verificar de qual forma o discurso presente nas campanhas eleitorais, através da televisão, evidenciam permanências e mudanças no segundo turno das eleições presidenciais de 1989 e de 2018. Através disso, buscou-se responder às seguintes perguntas: por que o discurso das campanhas eleitorais televisivas é relevante? Por que ele seduz o público? Qual a relação com a democracia, principalmente nos últimos anos com as tecnologias de informação? O discurso pode ser interpretado de forma deturpada? A partir destas perguntas, surge a necessidade de refletir sobre a propaganda eleitoral e sua significância nos processos eleitorais, particularmente nas duas eleições presidenciais escolhidas e especificamente no segundo turno.

A pesquisa estabelece como marcos temporais o segundo turno das duas eleições, pois eles decidem o resultado geral do pleito. As duas eleições apresentaram peculiaridades que permitem compreender os discursos e as campanhas eleitorais, uma vez que a participação e a opinião pública foram constantes em meio aos processos. Em 1989, as campanhas eleitorais televisivas auxiliaram no resultado que elegeu o primeiro governo presidencial após a Ditadura Civil Militar (1964-1985), sendo também a primeira vez que as campanhas contaram com imagens coloridas, falas e animações visuais. Na eleição de 2018 as campanhas eleitorais televisivas tiveram o acompanhamento de publicização através da rede de computadores. É importante salientar que a última eleição descontinuou a disputa entre dois partidos que, desde 1994 até 2014, se alternavam na presidência da república, pois representavam a preferência do eleitorado: Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) e Partido dos Trabalhadores (PT).

Com contextos históricos diferentes, as campanhas eleitorais de 1989 e 2018 apresentam características comuns e peculiares. Desde 1989 até o momento presente, as campanhas eleitorais foram se ajustando à legislação eleitoral. As adequações na legislação eleitoral (sendo as principais em 1995, 1997 e 2003, de acordo com o site do TSE¹) ocorreram para dar maior assertividade ao processo assim como a adesão ao uso da urna eletrônica² a partir de 1996, o que tornou o processo eleitoral brasileiro exemplo mundial.

¹ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/urna-eletronica/historico-das-principais-alteracoes-na-legislacao-eleitoral>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

² O Tribunal Superior Eleitoral realizou uma campanha em 2021 para promover a segurança no processo eleitoral através das urnas eletrônicas. No site, é possível esclarecer dúvidas a respeito do funcionamento da urna

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) esclarece que campanhas eleitorais são³: “todas as formas de realização de meios publicitários que têm por objetivo conquistar simpatizantes ao conjunto de ideias de um partido e garantir votos”. Tendo ciência do que é de sua constituição, as campanhas eleitorais escolhidas se inserem em contextos do Tempo Presente. Elucidar sobre o Tempo Presente é indispensável, uma vez que é um campo em constante discussão. Porém, é imprescindível uma vez que, os marcos temporais da dissertação obedecem ao Tempo Presente, segundo Padrós (2009, p. 32):

As dificuldades encontradas na construção da História do Tempo Presente devem ser encaradas a partir da perspectiva de que o fundamental é fornecer uma base explicativa que, mesmo efêmera, seja plausível. Desta forma, responde-se, legitimamente, a uma primeira demanda sobre o assunto em questão. Para tanto, deve-se ressaltar o papel que cumpre a utilização de uma perspectiva global e lógica da história; tal perspectiva enfatiza a necessária vinculação entre o acontecimento e o processo histórico que torna inteligíveis os marcos balizadores da “história mais contemporânea”.

Dessa forma, através da História do Tempo Presente, as contextualizações sobre o que está sendo estudado são de suma importância. Quanto às dificuldades na análise consideram-se que elas sempre existiram, independentemente de o acontecimento ser recente ou distante temporalmente.

Dentro da concepção de campanha eleitoral, existe a campanha eleitoral televisiva. Sendo a televisão um componente da mídia, por ser um meio de comunicação com o papel de “informar, tornar público o que deve ser do conhecimento de todos”, os candidatos utilizam esse veículo de comunicação para divulgar suas ideias, projetos, convencendo o eleitor de qual é a melhor opção.

Para anunciar a importância das campanhas eleitorais televisivas, é disposta a contribuição de Antunes (2007, p. 34):

O papel da mídia é informar, tornar público o que deve ser do conhecimento de todos, mas com o cuidado de não se alimentar de um ponto de vista gerador de informações que seja monopolizado, que comungue sempre de uma mesma filosofia. A democracia depende da institucionalização dos procedimentos necessários para o estabelecimento de uma comunicação livre da dominação e, por outro lado, da interpenetração entre as tomadas de decisão institucionalizadas e a constituição informal.

É através das campanhas, sobretudo as televisivas, que os eleitores e a população em geral passam a perceber as ideias, posturas, posicionamentos, e não menos, passam a debater

e do processo de autoria dos votos. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/campanhas-publicitarias/seguranca-do-processo-eleitoral-2021-2>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

³ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/propaganda-politico-eleitoral>. Acesso em: 06 de jun. de 2022.

sobre os candidatos e suas propostas. Recentemente, a rede mundial de computadores tem sido um instrumento catalisador e ao mesmo tempo provocador desses debates, no entanto, a televisão permanece como grande influenciadora, uma vez que, está presente na maioria dos lares brasileiros.

Na concepção do presente estudo, apresento os referenciais teóricos e metodológicos com o intuito de aprofundar conceitos essenciais ao mesmo e procurar responder às questões que norteiam o trabalho, através da análise das campanhas eleitorais televisivas do segundo turno das eleições presidenciais de 1989 e de 2018.

As campanhas eleitorais televisivas de 1989 e de 2018 resultaram em governos cuja política diz respeito ao cotidiano social, ou seja, da cidadania e da democracia. Por se tratar de temas essenciais à existência em sociedade e associadas à política, o referencial teórico que ampara o estudo é o da História Política.

A História Política tem sido ao longo do século XIX e XX, base de pesquisa recorrente na área das ciências humanas. Porém, com as mudanças das correntes historiográficas, o tema foi estudado de forma diferente ao longo dos anos, conforme Rémond (1994, p. 9):

Não poucas vezes os historiadores do político se viram acusados de só se interessar por um pequeno número, por aquelas pessoas que desempenhavam um papel principal, que ocupavam a frente do palco, governantes, os parlamentares, e de reduzir a vida política àquilo que é às vezes chamado de microcosmo político [...]. Só há história quando se trata de grandes números. E fica claro que, definida desta maneira, a história política não pode se equiparar ao estudo da demografia, ao estudo do trabalho, da saúde, da alimentação, que são problemas que atingem a todos.

O autor analisa que certo descrédito com a História Política se deve ao fato de ter sido utilizada por longo período de forma positivista, para enaltecer alguns personagens e desmerecendo o social. Medeiros (2017, p. 263-264) observa que o estudo da política começou a sofrer alterações, a partir da história política do Brasil contendo uma narrativa sem problematização, com enfoque nos personagens proeminentes e nos eventos militares. Tal concepção não atende aos problemas que Rémond já ponderava.

A partir do momento em que a História passou a colocar os trabalhadores como sujeito histórico dos acontecimentos, a compreensão do que se entende por História Política também mudou. Estabelecendo relação com a História Política e a mídia, mais especificamente a televisão, o embasamento teórico produzido por Corrêa a respeito da imprensa, é mimetizado para o trabalho (2017, p. 206):

A mídia é responsável pela veiculação de um tipo de conhecimento distinto do difundido pela História, porém, atua na construção do acontecimento histórico. Desta

forma, concordamos com Robert Park quando este afirma que “publicada e reconhecida a sua significação, o que era notícia se transforma em História”.

Dessa maneira, os acontecimentos que fazem parte da História Política estão diretamente ligados com o trabalho da mídia na produção de notícias, que posteriormente serão utilizadas como fonte por parte do historiador. No artigo “A Outra face do horário gratuito: partidos políticos e eleições proporcionais na televisão”, os autores Albuquerque, Carneiro e Steibel (2008) confirmam o impacto do HGPE nas campanhas eleitorais e estabelecem que as propagandas eleitorais são um importante recurso de mensagem ao eleitor. Dessa forma, os partidos políticos com maior número de representantes são beneficiados em detrimento dos partidos menores.

Konder (2001) diz que a ação política é influenciada pelas motivações particulares do indivíduo, ou seja, a política e a ideologia dialogam através da ação. O filósofo Eagleton destaca-se pelas obras sobre ideologia. Na obra “Ideologia: uma introdução”, o autor afirma (1997, p. 31):

A ideologia não é um mero conjunto de doutrinas abstratas, mas a matéria da qual cada um de nós é feito, o elemento que constitui nossa própria identidade onde o particular concreto e a verdade universal deslizam sem parar para dentro e para fora um do outro, evitando a mediação da análise racional.

Assim, a ideologia é uma parte relevante na vida política, estando presente nos personagens políticos tanto quanto no estatuto dos partidos políticos, assim como nos cidadãos. Por conseguinte, Bobbio (1998, p. 585) contribui a questão de forma coletiva e organizada: “ideologia designa o *genus*, ou a *species* diversamente definida dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos”.

Para isso, a metodologia será embasada na pesquisa qualitativa, com apoio da pesquisa quantitativa. O método qualitativo possui como característica a análise interpretativa, buscando “incluir o senso comum, o conhecimento empírico para responder aos questionamentos levantados.” (OLIVEIRA, PIFFER, STRASSBURG; 2017). Dentro dessa metodologia, foi selecionada a pesquisa exploratória para desenvolver os conceitos e ideias apresentados neste trabalho. A respeito desse tema, Gil afirma (2008, p. 27):

Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados.

Para a realização da pesquisa exploratória, é necessária uma seleção da revisão da literatura. Assim, as fontes utilizadas para a escrita do presente trabalho se constituem em revisão bibliográfica do campo da história e de áreas afins, como ciência política, direito e economia. De acordo com Bacellar (2005, p. 51), “O iniciar de uma pesquisa exige a localização das fontes. De modo geral, é preciso verificar, ao se propor um tema qualquer, quais os conjuntos documentais poderiam ser investigados em busca de dados.”

Nesse ínterim, além de revisão bibliográfica, os programas eleitorais durante o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral também são fontes documentais, uma vez que, cada presidenciável procurou persuadir os eleitores para a escolha do voto, por exemplo: os programas eram marcados, principalmente, pela menção das áreas da corrupção, educação, economia, polarização política e segurança pública, sendo que essas categorias emergiram das campanhas eleitorais através da metodologia associada ao estudo, sendo ela a análise de conteúdo. A respeito do tratamento dos resultados obtidos na análise de conteúdo, Bardin (1977, p. 30-31) afirma que:

A análise de conteúdo [...] é um método muito empírico, dependente do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo [...]. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos, tem que ser reinventada a cada momento, exceto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da descodificação e de respostas a perguntas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas.

Conforme a autora, a análise de conteúdo consiste principalmente na subjetividade do pesquisador, sendo um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Desta forma, é necessário a categorização através de recortes, aplicando a unidade de registro no tema escolhido para o trabalho. Para a seleção das categorias, foram selecionadas as campanhas eleitorais do segundo turno das eleições de 1989 e 2018 postadas no site Youtube. Os vídeos das campanhas foram visualizados cinco vezes, e a partir disso, foi realizado o levantamento dos termos mais utilizados pelos programas eleitorais. As palavras mais mencionadas foram: economia (25 vezes); polarização política (24 vezes); educação (16 vezes); corrupção (13 vezes); e segurança pública (11 vezes). Os termos “cidadania” e “democracia” foram citados de forma direta em poucas ocasiões.

As campanhas foram comparadas para identificar as semelhanças e diferenças entre os discursos dos candidatos que participaram da eleição. A comparação foi feita a partir das produções de José D’Assunção Barros sobre a História Comparada. Segundo o autor, a História Comparada impõe a escolha de um recorte geminado de espaço e tempo que obrigará o historiador a atravessar duas ou mais realidades socioeconômicas, políticas ou culturais

distintas (2014, p. 143). A partir desse conceito, o recorte de tempo foi delimitado para abordar sobre o período eleitoral de 1989 e 2018 no segundo turno das duas eleições; o espaço escolhido foi o Brasil e a realidade selecionada foi a História Política no fim das décadas de 1980 e de 2010. A História Comparada foi escolhida como reforço teórico, uma vez que a pesquisa é qualitativa, conforme afirmado anteriormente.

A revisão da literatura é uma ferramenta metodológica da pesquisa qualitativa e que será aqui empregada pela análise e seleção de fichamentos de artigos, livros e revistas, organizados em pastas no computador, conforme os temas que se referem à pesquisa. Goldenberg (2004, p. 81) faz a seguinte afirmação a respeito da revisão da literatura:

Durante o período de coleta de dados, o pesquisador deve organizar o material pesquisado de tal forma que na hora da análise e do relatório final não se sinta perdido. O fichamento dos livros lidos, a partir das questões da pesquisa, é uma forma prática de juntar a teoria e o material empírico. (...) Ao fichar um livro, somos obrigados a ler com profundidade, buscando compreender cada ideia e categoria utilizada.

As principais características apontadas foram as mudanças e permanências no discurso dos candidatos durante as propagandas eleitorais. Para isso, utilizou-se a análise de discurso crítico, que procura debater de forma metodológica e teórica a linguagem como uma prática social. Fairclough é um importante teórico sobre a análise de discurso. Conforme o autor (2001, p. 17):

Estabelece-se uma relação dialética entre o discurso e estrutura social: discurso é uma prática tanto de representação quanto de significação do mundo, constituindo e ajudando a construir as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crenças.

Dessa forma, o discurso presente nas campanhas eleitorais associa com o contexto de cada campanha e adquirem da análise de conteúdo as categorias acima expostas como caminho para as reflexões das campanhas. A análise de conteúdo consiste em uma técnica de análise de dados qualitativos com três etapas: a pré-análise, a exploração de material e por fim o tratamento dos resultados obtidos, utilizando-se da interpretação. Assim, a associação entre as duas análises possibilitou ressaltar as falas dos candidatos na medida em que proporcionou a escolha de categorias para a análise, além de fazer com que as duas metodologias dialoguem e complementem entre si.

Conforme citado anteriormente, a pesquisa quantitativa serve como apoio no presente trabalho. A metodologia “lida com números, usa modelos estatísticos para explicar os dados, sendo o protótipo mais conhecido as pesquisas de levantamento de opinião” (BAUER, GASKELL; 2015). Com a análise de conteúdo como fundo para afirmar os discursos e permitir

a análise de discurso, levou-se em consideração que a imprensa é um meio de comunicação parcial, atendendo aos interesses econômicos dos financiadores e dos compradores⁴.

Nesses períodos, a imagem dos candidatos é apresentada através de entrevistas, reportagens e propagandas, influenciando diretamente a opinião do eleitor. Dessa maneira, Luca e Martins (2013, p. 6) comentam:

[...] a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo e do destino nacional.

A pesquisa quantitativa está presente no trabalho através dos dados sobre a situação socioeconômica e eleitoral do país de 1989 e de 2018, que ajudam a compreender o contexto dos dois períodos históricos. Outro meio quantitativo foi a análise das pesquisas de opinião realizadas pelos institutos de pesquisa Datafolha e IBOPE sobre a intenção de voto dos candidatos das eleições presidenciais selecionadas para o trabalho.

O critério para seleção dos vídeos foi a exibição do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) sem cortes e do segundo turno das duas eleições. A fonte principal para do presente trabalho constitui-se de vídeos disponíveis no site YouTube contendo as propagandas eleitorais da eleição de 1989 e de 2018. A rede de computadores e as redes sociais são fontes de informação e, portanto, se caracterizam como imprensa nesse estudo.

Para contextualização das eleições presidenciais entre 1994 e 2014, foram utilizados aportes estatísticos. São um total de oito programas eleitorais do ano de 1989 e cinco de 2018, sendo que os programas de 1989 computam 65 minutos e os de 2018 computam 50 minutos.

No percurso da execução do trabalho, a metodologia da análise de conteúdo sinaliza para o entendimento da necessidade de refletir os temas democracia e cidadania nas campanhas eleitorais, os quais são pertinentes no ensino de História e compõem os documentos da área, já os Parâmetros Curriculares Nacionais⁵ (1997) estabelecem que o objetivo geral para o ensino fundamental “compreender a cidadania como participação social e política, assim como

⁴ Devido a extensão desse debate, ele é apenas apresentado como sugestão para novos estudos relacionados ao tema aqui proposto.

⁵ Conforme o documento do Ministério da Educação e da Cultura, o PCN tem como função orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual.

exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito” e, especificamente para o conteúdo de História, a “valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia”. A presença destes dois objetivos reforça a importância de manter como princípio de formação básica da população a defesa dos direitos garantidos por lei e do respeito às pluralidades da sociedade brasileira, estabelecendo a necessidade de ampliar e aprimorar através da educação e, principalmente do ensino de história, os debates acerca da cidadania e da democracia.

Sendo assim, a experiência eleitoral ampliada no Brasil é recente, com um pouco mais de três décadas. Portanto, as campanhas eleitorais são instrumentos formadores de eleitores, uma vez que contribuem para o conhecimento e debate acerca das ideias dos candidatos, considerando que a campanha eleitoral televisiva tem se mantido ao longo dos anos.

Traçado o percurso teórico metodológico que acompanha esse trabalho, a dissertação é apresentada em capítulos. O capítulo um consiste na introdução aqui exposta. O capítulo dois trata das condições basilares para compreensão das eleições de 1989 e 2018.

Na sequência, o capítulo três aborda as eleições de 1989 e de 2018, através da análise das campanhas eleitorais. São contemplados dados estatísticos sobre a população brasileira, tempo das campanhas e possibilidades de escolhas. Os discursos dos candidatos, através das categorias que indicam as propostas e ações que melhor foram aceitas pelo eleitorado, constituem processos comparativos dos dois pleitos que revelaram escolhas por candidatos e partidos que apresentaram similitudes discursivas em contextos diferentes. As categorias dos discursos escolhidos foram: democracia e cidadania como fundantes do estudo, sendo que também a corrupção e ameaça comunista aparecem com frequência. Essas categorias poderão estar associadas ao macroeconômico brasileiro, uma vez que o contexto neoliberal acabou por determinar a presença maior ou menor destas palavras nos discursos eleitorais.

O capítulo quatro é destinado para apresentação de um produto voltado ao ensino de História. O produto é um curso de extensão para professores, estudantes e público em geral disponibilizado em plataformas digitais, tendo como fundamentação teórica do Ensino de História, Luís Fernando Cerri (2013). Na composição do capítulo será refletido sobre a constituição dos professores tendo por base tais (TARDIF; LESSARD, 2009, p. 243), que contribuem: “Se quisermos que os professores sejam sujeitos do conhecimento, precisaremos

dar-lhes tempo e espaço para que possam agir como atores autônomos de suas próprias práticas e como sujeitos competentes de sua própria profissão”.

O capítulo cinco refere-se às considerações finais do trabalho, refletindo a análise realizada no capítulo três. Por fim, o capítulo seis possui as referências bibliográficas utilizadas na dissertação.

2 - CONTEXTOS DAS CAMPANHAS E AS ELEIÇÕES DE 1989 E DE 2018

Neste capítulo, apontam-se os temas considerados como essenciais para o diálogo entre os pleitos de 1989 e de 2018. Entre eles, destacam-se: a televisão, os partidos políticos, o processo de reabertura política e os governos desde José Sarney até Michel Temer.

Considero importante ressaltar que o Brasil viveu, entre 1989 e 2018, um processo de amadurecimento da democracia no país, que abrange as propagandas eleitorais exibidas na televisão, a preferência do eleitorado pelos partidos políticos a cada eleição presidencial, iniciada na década de 1980 e as razões da eleição de cada candidato.

2.1 - TELEVISÃO

Ao estabelecer diálogo com o objetivo central desse estudo, é importante refletir sobre o voto e a televisão, para possibilitar compreensões a partir das campanhas eleitorais, dessa forma, Borba e Figueiredo são cientistas políticos que estudam a utilização da televisão como meio de propaganda eleitoral. No artigo “Quanto vale o voto na TV?”, os autores debatem sobre a comunicação entre o político e o eleitor (2014, p. 2):

Comunicar-se implica na interação de dois elementos no espaço social tempo-conteúdo. De um lado está a mensagem e de outro, o receptor. Sabemos que o receptor, *prima facie*, é reticente e desconfiado. Essa situação, por sua vez, implica que o produtor da mensagem tenha, ou venha a adquirir, credibilidade – que pode ser conseguida com a sua repetição no espaço tempo-mensagem. Todo mundo que transita nesse espaço social sabe muito disso. Políticos também sabem.

Pode-se compreender a propaganda eleitoral no Brasil como uma relação de comunicação específica: através de uma mensagem, o político procura convencer os eleitores de que possui credibilidade para exercer o cargo no qual concorre, observando a repetição de mensagens consideradas importantes e a inclusão de novos discursos a cada propaganda. Assim, ele consegue a confiança dos receptores da mensagem e, conseqüentemente, seu voto.

Nas eleições de 1989, o HGPE transmitido na televisão, de acordo com a Lei nº 7.773/89, totalizou uma soma de 1 hora e dez minutos de duração. Nessa eleição, não havia regra de financiamento de campanha. O estabelecimento de limite de gastos foi estabelecido pela primeira vez na Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997, conhecida como a “Lei das Eleições”. Em 2017, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) regulamentou o financiamento de campanhas, conforme o artigo 2º da Lei nº 13.488: “Nas eleições para Presidente da República em 2018, o limite de gastos de campanha de cada candidato será de R\$ 70.000.000,00 (setenta

milhões de reais)”. A temática foi amplamente discutida a partir da eleição de 1989, de acordo com Apolinário e Oliveira (2015):

Desde o início da década de 90 se discute a necessidade de alterações na política brasileira, cujo modelo em vigor favorece a falta de transparência, o fisiologismo partidário (troca de favores) e a predominância do fator econômico e outras situações que enfraquecem o exercício da democracia e da cidadania em nosso país.

Embora o financiamento não seja o tema central da dissertação, ele é responsável pela elaboração dos programas dos candidatos, assim, os programas eleitorais representam grande diversidade na propaganda, como: entrevistas com a população, imagens de comícios, e outros que serão analisados no estudo.

A exibição da propaganda eleitoral na televisão durante a eleição para presidente da República foi uma novidade no Brasil, uma vez que a última eleição direta havia sido realizada em 1960. Naquele período, o principal meio de comunicação era o rádio. Como a televisão era o principal meio de comunicação em 1989 e estava presente em 73,1% das residências urbanas (MATTOS, 1990), o HGPE representou o reconhecimento dos candidatos tanto física quanto ideologicamente, sendo que por significar uma novidade era assistido e debatido por grande parte da população.

Nas eleições presidenciais seguintes, o tempo de propaganda eleitoral exibida na televisão diminuiu a cada nova eleição. Se na eleição presidencial de 1989 o HGPE possuía mais de uma hora de duração, em 2018 esse tempo foi reduzido para apenas 12 minutos e 30 segundos. O quadro abaixo mostra as diferenças do tempo de propaganda eleitoral ao longo das eleições.

Quadro 1 – Tempo de Propaganda Eleitoral do Primeiro Turno (1989-2018)

ANO DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL	TEMPO DE PROPAGANDA ELEITORAL PARA PRESIDENTE
1989	70min
1994	30min
1998	25min
2002	25min
2006	25min

2010	25min
2014	25min
2018	12min30s

Fonte: Borba e Medeiros (2019). Quadro: Autor (2022).

Podemos analisar que o tempo de propaganda eleitoral nas eleições presidenciais diminuiu gradualmente. Apesar do número de presidentiáveis ter caído entre a eleição de 1989 (21 candidatos) e a de 1994 (8 candidatos), o que poderia justificar a redução de 70 para 30 minutos do HGPE, é importante apontar que houve um aumento entre a eleição de 2014 (11 candidatos) e a de 2018 (13 candidatos). Além da diminuição do número de candidatos, a questão do financiamento das campanhas e o uso de outros meios de propaganda além da televisão também justificam a redução do tempo de propaganda eleitoral.

A partir de 2015, houve uma alteração do HGPE devido a Lei nº 13.165, que diminuiu os dias de campanha, o tempo de exibição das propagandas e mudou a divisão de tempo para 90% proporcional e 10% igualitário⁶. Em 2018, houve a primeira experiência da nova lei sendo aplicada numa eleição para presidente da República. De acordo com Borba e Medeiros (2019, p. 2): “Dos 13 candidatos a presidente, 10 tiveram menos de 40 segundos, dos quais seis não alcançaram 10 segundos”. Apesar do pouco tempo de exibição do HGPE e do uso de outros meios de comunicação pelos candidatos, as propagandas eleitorais exibidas na televisão continuaram a ter uma audiência expressiva. Conforme Prado (2018):

A mobilização geral se refletiu na TV, mídia que muitos querem decretar apressadamente como desimportante em campanhas [...]. (Uma pesquisa inédita sobre os programas eleitorais noturnos e vespertinos de 2014 e 2018 revela um aumento da audiência das propagandas. Segundo o Ibope, mais brasileiros assistiram este ano ao momento em que candidatos a presidente, governador, senador e deputados federal e estadual pedem votos na televisão. Um fator que pode ter ajudado: os programas encurtaram e passaram a ter apenas 25 minutos de duração.

Podemos verificar que a televisão continua sendo um meio de comunicação importante para a divulgação de informações sobre os candidatos. É necessário observar que a redução do tempo da propaganda eleitoral acontece desde a primeira eleição presidencial após a redemocratização. Conforme outros meios de comunicação ganharam espaço ao longo dos

⁶ Fonte: Site do Governo Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113165.htm. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

anos, os partidos políticos voltaram sua atenção para divulgar sua propaganda através de outras formas além da televisão.

Sendo a televisão o meio de comunicação mais presente nas casas dos brasileiros, o formato de campanha eleitoral televisiva foi importante, uma vez que, esteve presente nos dois pleitos eleitorais, pois, tendo acesso em praticamente todos os lares brasileiros, sua influência acaba por persuadir, ou não, o eleitor.

2.2 - PARTIDOS POLÍTICOS

Os partidos políticos fazem parte da História Política do Brasil desde o período imperial, quando as eleições aconteciam por meio do voto censitário. Na atual legislatura, os candidatos são obrigados a possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de seis meses e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo segundo o artigo 9º da Lei nº 9.504.

É pertinente considerar que é através da política que se efetivam ações benéficas ou não. Porém, para o senso comum, a política é apenas relacionada a partidos políticos. Bobbio utiliza o sociólogo Max Weber para conceituar os partidos políticos, de acordo com o autor (1998, p. 898-899):

O partido político é "uma associação que visa a um fim deliberado, seja ele 'objetivo' como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja 'pessoal', isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente". Esta definição põe em relevo o caráter associativo do partido, a natureza da sua ação essencialmente orientada à conquista do poder político dentro de uma comunidade, e a multiplicidade de estímulos e motivações que levam a uma ação política associada, concretamente à consecução de fins "objetivos" e/ou "pessoais". Assim concebido, o partido compreende formações sociais assaz diversas, desde os grupos unidos por vínculos pessoais e particularistas às organizações complexas de estilo burocrático e impessoal, cuja característica comum é a de se moverem na esfera do poder político.

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 9.096, “o partido político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal”.

Michels (2001) destaca-se como sociólogo e autor de diversas obras sobre a democracia. Ele possui uma definição de partido político, colocando em debate a função a partir da sua origem (p. 9-10 apud FERNANDES, 2019, p.7):

Na arena dos combates políticos, sociais e culturais entrou um terceiro elemento, nascido de fato dos interesses e dos sentimentos, mas que em grande medida, na sua estrutura e nos seus objetivos, se assemelha ao Estado, de tal modo que pode ser

entendido como uma espécie de Estado individualizado ou como um Estado dentro do Estado. Este novo elemento, que representa um significativo coeficiente da história contemporânea, é hoje o partido político.

O site do Tribunal Superior Eleitoral também possui uma definição sobre o que é o partido político, porém, fazendo uma distinção entre ela e o Estado: “Pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.” Segundo essa definição, os partidos políticos são um meio de representar a população como uma forma de legitimar a democracia.

A ARENA (Aliança Nacional Renovadora) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) foram partidos políticos criados como maneira de substituir o antigo pluripartidarismo do período anterior ao golpe. O primeiro era formado por políticos conservadores, a maioria da União Democrática Nacional, e pelos militares que estavam no governo. Desta maneira, a ARENA era o partido da situação. Como o único partido legalmente permitido pelo governo além da ARENA, o MDB era conhecido por ser a “oposição”. O partido acolheu os políticos de outros partidos como o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Social Democrático.

De 1965 até 1979, os únicos partidos reconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral eram a ARENA e o MDB. O primeiro partido era da situação, e o segundo era controlado pelo governo da Ditadura Civil-Militar. A partir da permissão para que outros partidos pudessem participar dos processos eleitorais, diversos exilados, intelectuais, militantes, políticos e sindicalistas começaram a se organizar. Dessa maneira, boa parte dos maiores partidos políticos do país tiveram origem nesse período.

O partido da ARENA foi extinto, dando lugar ao Partido Democrático Social (PDS). Em 1985, um grupo de dissidentes do PDS saiu do partido e fundou o Partido da Frente Liberal (PFL). No mesmo ano, o partido lançou Paulo Maluf como candidato à presidência da República, fato que se repetiu em 1989. Dessa forma, a ARENA manteve-se como partido da situação até 1980, quando o partido mudou de nome para Partido Democrático Social. Qualquer vantagem do MDB em relação ao partido da situação era revertida através de medidas autoritárias.

No início da década de 1980 durante o governo do general João Batista Figueiredo (1979-1985), começou o processo de redemocratização do país, por pressão externa e interna, sobretudo a partir da ação dos exilados políticos que puderam retornar ao país bem como os

presos políticos que obtiveram a liberdade a partir da Lei da Anistia⁷. Em decorrência de ações citadas, é desencadeado no país o movimento das Diretas Já (1983 – 1984).

A partir do início do processo de redemocratização do país, muitos partidos políticos tiveram grande destaque na política brasileira. Entre eles podemos citar os Democratas, MDB, PDT, PSDB, PT, PTB e o Republicanos. Estes partidos têm sua origem vinculada ao período da Ditadura Civil-Militar e ao período do processo de redemocratização. Em outras situações, partidos pequenos tiveram uma votação expressiva numa determinada eleição, como o PSL.

O início das Diretas Já foi em maio de 1983 através da movimentação de milhões de brasileiros que exigiam a volta das eleições diretas para presidente da República após o governo do presidente João Batista Figueiredo. Diversos partidos como o PDT, PMDB e PT apoiaram o movimento. Através de passeatas e comícios a população mostrava seu interesse em voltar a participar do processo eleitoral. O movimento permaneceu até a votação da emenda Dante de Oliveira, realizada em 25 de abril de 1984. O resultado, porém, manteve a realização da eleição do ano seguinte de forma indireta. A votação no Congresso Nacional não teve os 2/3 necessários para aprovação⁸, frustrando a vontade popular.

Os meios de comunicação utilizados para propaganda política sofreram mudanças em comparação com o período anterior à ditadura civil-militar. Conforme o andamento da redemocratização do país houve eleições para vereador, prefeito, governador, senador, deputado estadual e federal, onde os candidatos começaram a fazer o uso da televisão como meio de divulgação do material eleitoral.

O MDB adicionou a palavra “partido” no nome, tornando-se PMDB, dessa forma, o partido foi beneficiado pela base eleitoral construída no período da ditadura. Em sua dissertação, Lucas (1996, p. 52) fala a respeito do monopólio emedebista no início do processo de abertura política:

O sistema partidário que vigorou entre 1965 e 1979 favorecia o aparecimento de fenômenos oligarquizantes: tanto pelo controle dos políticos mais moderados do poder no MDB, como pela própria ideologia hegemônica mais limitada a dimensão

⁷ Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Quando assinou a histórica norma, em 28 de agosto de 1979, o presidente João Batista Figueiredo concedeu o perdão aos perseguidos políticos (que a ditadura militar chamava de subversivos) [...]. Foram anistiados tanto os que haviam pegado em armas contra o regime quanto os que simplesmente haviam feito críticas públicas aos militares. Graças à lei, exilados e banidos voltaram para o Brasil, clandestinos deixaram de se esconder da polícia, réus tiveram os processos nos tribunais militares anulados, presos foram libertados de presídios e delegacias. Fonte: Agência Senado (2019).

⁸ Disponível em: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Acesso em:

institucional e formalista, entre os membros deste partido (e dos que depois foram criar o PMDB). Por isso, a possibilidade de quebra desse monopólio para os líderes emedebistas representava a perda da base de sustentação de seu poder, justamente porque a separação partidária que se concretizaria, caso a reforma viesse, apartaria o bloco de cima (mandatários de perfil mais centralista entre os quais estavam: Ulisses Guimarães e Pedro Simon) dos setores mais à direita e esquerda.

Assim, a troca do nome do partido significou uma ruptura simbólica com o período de fundação do partido, ao mesmo tempo que manteve sua sustentação política construída ao longo dos anos.

Em 1985, Tancredo Neves foi eleito presidente da República através do voto indireto. Com a saúde debilitada, Tancredo Neves não tomou posse e acabou falecendo pouco tempo depois, em 21 de abril de 1985. Em virtude disso, quem assumiu o cargo foi o vice-presidente da chapa, José Sarney.

Em 2017, a legenda tomou a decisão de retornar ao antigo nome, voltando a se chamar MDB⁹. Atualmente, o MDB é o partido político com maior número de filiados: 2.392.404 (2019).¹⁰ Durante o período da Assembleia Nacional Constituinte, em 1988, um grupo de políticos dissidentes do PMDB formou o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB)¹¹.

De 1994 até 2014, o PSDB teve Fernando Henrique Cardoso eleito para dois mandatos consecutivos como presidente da República (1994 e 1998). José Serra concorreu a eleição de 2002 e 2010, Geraldo Alckmin a de 2006 e 2018, enquanto Aécio Neves, neto do presidente eleito Tancredo Neves, concorreu em 2014. O partido tem 1.466.963 filiados (2019).

Outro partido que se destaca na conjuntura anterior ao período propriamente referido no estudo é o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Após o fim do Estado Novo (1937 – 1945), Getúlio Vargas fundou o Partido Trabalhista Brasileiro. Até o golpe que instaurou a Ditadura Civil-Militar em 1964. O PTB teve grandes conquistas eleitorais, elegendo Getúlio Vargas como presidente em 1950, João Goulart como vice-presidente em 1955 e 1960 (posteriormente assumindo a presidência da República em 1961). Destacou-se também Leonel Brizola, eleito governador do Rio Grande do Sul em 1958 e deputado federal da Guanabara em 1962, que liderou a Campanha da Legalidade, responsável por assegurar a posse de João Goulart como presidente da República após a renúncia de Jânio Quadros.

⁹ Disponível em: <https://www.mdb.org.br/>. Acesso em:

¹⁰ Embora outros partidos políticos tenham sido existentes no período, foram privilegiados apenas alguns, os quais se mantiveram com representatividade significativa nas campanhas eleitorais.

¹¹ Disponível em: <https://www.psd.org.br/>. Acesso em:

Durante a Ditadura Civil-Militar, o pluripartidarismo foi extinto. Com isso, muitos membros do antigo PTB filiaram-se ao MDB, enquanto outros foram perseguidos e exilados do país. O ex-presidente João Goulart, filiado ao PTB desde sua fundação, faleceu em 1976. Com o início do processo de redemocratização, os antigos membros do PTB movimentaram-se para registrar a legenda na Justiça Eleitoral. Houve uma disputa entre Leonel Brizola, considerado o herdeiro do trabalhismo de Getúlio Vargas, e a sobrinha do ex-presidente, Ivete Vargas. O julgamento concedeu a Ivete Vargas o direito do registro do PTB. Em razão disso, o grupo liderado por Leonel Brizola fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Apesar da vitória, a direção do PTB afastou a sigla da influência da figura de Getúlio Vargas e da ideologia do trabalhismo, adotando um viés conservador¹². De acordo com o estatuto do partido do site oficial “o PTB é refundado por uma corrente política conservadora, fiel ao alinhamento histórico da sigla, enquanto outros segmentos, outrora trabalhistas, mas adeptos do socialismo e do comunismo, se reorganizam em outras legendas”.

O PTB lançou uma candidatura própria apenas em 1989, com Affonso Camargo. Nas demais eleições presidenciais, o partido apoiou o PSDB e o candidato Ciro Gomes em 2002, do Partido Popular Socialista (PPS, atual Cidadania). Atualmente, o partido possui 1.191.273 filiados¹³ (2019).

Em contrapartida, o PDT adotou uma postura fiel aos princípios do trabalhismo¹⁴. O manifesto do site oficial do PDT afirma que o partido “tem seus fundamentos na consciência democrática nacional e nas grandes lutas históricas do Trabalho brasileiro” e que a legenda “inspira-se na Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas, no conteúdo da Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas e na Carta de Lisboa.”

O PDT teve Leonel Brizola como candidato à presidência da República em 1989 e 1994 e a vice-presidente em 1998, em coligação com Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Cristovam Buarque e Ciro Gomes foram candidatos à presidência pelo partido em 2006 e 2018, respectivamente. Ciro Gomes também teve o apoio da legenda em 2002, quando concorreu pelo PPS. O PDT apoiou Dilma Rousseff, do PT, nas eleições presidenciais de 2010 e 2014. O partido possui 1.258.176 filiados (2019).

¹² Disponível em: <https://ptb.org.br/>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

¹³ Todos os números de filiados neste trabalho foram retirados de uma tabela de 2019, divulgada pelo site Poder360, que utilizou como fonte os dados do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://graficos.poder360.com.br/WZblp/1/>. Acesso em: 01 de dez. de 2021.

¹⁴ Disponível em: <https://www.pdt.org.br/>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

Em 1980, um grupo de artistas, intelectuais e militantes uniram-se para formar o Partido dos Trabalhadores (PT). Com origem em São Paulo¹⁵, o partido foi fundado em uma época em que grandes greves aconteciam ao redor do país exigindo melhores salários. Ao longo dos anos, o PT foi conquistando vitórias importantes em eleições, como prefeituras de capitais, deputados federais, governadores e senadores. O partido tinha 1.599.174 filiados em outubro de 2019.

Em 1993, o PDS fundiu-se com o Partido Democrata Cristão (PDC), formando o Partido Progressista Reformador (PPR). Dois anos depois, uma nova união com o Partido Progressista (PP) criou o Partido Progressista Brasileiro (PPB). Ao longo dos anos, o partido mudou de nome para Partido Progressista, em 2003 e depois para Progressistas¹⁶ em 2017. O partido possui um total de 1.444.951 filiados (2019).

Conforme citado anteriormente, o PFL foi formado por um grupo que fazia parte do PDS. O ex-vice-presidente Aureliano Chaves concorreu à presidência da República em 1989, ficando em nono lugar. Nas demais eleições, o partido aliou-se com as candidaturas do Partido da Social-Democracia Brasileira, conseguindo eleger Marco Maciel como vice-presidente da República em 1994 e 1998.

Em 2007 o nome do partido foi alterado para Democratas (DEM)¹⁷. De acordo com o site oficial do partido, “o partido se reposicionou de forma programática. O nome Democratas, com a abreviação DEM, significou um contraponto ao populismo entranhado no Brasil e em demais regimes políticos da América Latina”. O partido possui 1.095.666 de filiados (2019).

Na eleição presidencial de 1989 o PFL (Partido da Frente Liberal, atual DEM), PDS (Partido Democrático Social, atual Progressistas) e o PTB optaram por lançar suas próprias candidaturas. O quadro abaixo mostra os candidatos mais votados daquela eleição. A abordagem, mesmo que sucinta a respeito dos partidos políticos, objetiva apresentar suas características, pois estão envolvidos nas campanhas eleitorais:-

O Partido Social Liberal (PSL) foi fundado em 1994 pouco depois das eleições daquele ano. Em 2006 Luciano Bivar, fundador do partido, concorreu às eleições presidenciais daquele ano ficando em último lugar. Até a eleição de 2018 o partido teve poucos candidatos eleitos, sendo eles deputados estaduais e federais.

Com a candidatura de Jair Bolsonaro para presidência da República pelo PSL, o partido conseguiu eleger 53 deputados federais e 2 senadores, além de eleger o presidente da República.

¹⁵ Disponível em: <https://pt.org.br/>. Acessado em: 20 de jun. de 2022.

¹⁶ Disponível em: <https://progressistas.org.br/>. Acessado em: 20 de julho de 2022.

¹⁷ Disponível em: <http://democratas.org.br/>. Acessado em: 20 de julho de 2022.

A candidatura de Jair Bolsonaro teve um efeito maior se comparado com o resultado do PRN de Fernando Collor na eleição geral de 1990, quando o partido conseguiu eleger 40 deputados e 3 senadores. O Partido Social Liberal aumentou consideravelmente o número de filiados desde 2018, possuindo hoje 271.701 filiados (2019).

Desde 1985, o MDB, PT, PSDB, PSL e o extinto PRN passaram pela presidência da República. Apesar de grandes partidos como DEM, Progressistas e PTB não obterem sucesso em eleger um presidente, esses partidos constituíram a base aliada dos governos eleitos através do Congresso Nacional.

2.3 - REDEMOCRATIZAÇÃO E PRIMEIRA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL (1980-1989)

A compreensão a respeito das campanhas eleitorais televisivas de 1989 e de 2018 tornam necessária a inserção ao contexto anterior aos processos em estudo, pois conforme Rösen (2020) a ciência da História fornece o saber histórico necessário à interpretação e à compreensão das mudanças temporais do mundo humano, representando uma forma particular desse saber e de seu manejo. Portanto, como ciência, a História aporta elementos e fatores específicos à cultura histórica de seu tempo: crítica e método. Ambos servem à consolidação do poder de convencimento do saber histórico.

Na percepção da expansão do horizonte temporal, brevemente apresento características do processo anterior a 1989. Mesmo parecendo demasiado, salienta-se que a última constituição promulgada antes do período da ditadura civil-militar foi a Constituição Federal de 1946. A Carta Magna garantiu o direito de voto para as mulheres, mas ainda sim excluía outros grupos da sociedade de participar das eleições. O art. 132/1946 tratava a respeito dos brasileiros que não tinham direito ao voto: “não podem alistar-se eleitores: I - os analfabetos; II - os que não saibam exprimir-se na língua nacional; III - os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos.” (DEVECHI, 2012). Ou seja, mesmo com a participação feminina estabelecida legalmente, o sufrágio não era amplamente democrático.

Sendo esta a primeira aproximação democrática entre dois períodos ditatoriais, o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), portanto, tardiamente a sociedade brasileira experimentou democracia e cidadania, mesmo com as limitações do período.

Em decorrência dos resultados da Assembleia Nacional Constituinte, formada por 594 Parlamentares constituintes, sendo 559 titulares e 35 suplentes, foi aprovada no congresso

nacional a Constituição Federal de 1988, que ampliou o direito do voto para os analfabetos¹⁸. Além disso, o voto tornou-se obrigatório, com exceção dos brasileiros de dezesseis e dezessete anos, conforme o art. 14/1988, § 1º da Constituição Federal de 1988: “o alistamento eleitoral e o voto são: I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos; II – facultativos para: a) os analfabetos; b) os maiores de setenta anos; c) os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos;”. Além disso, nas eleições para governador e presidente, se um dos candidatos não atingisse 50% e mais um dos votos válidos, ficou determinada a realização de um segundo turno entre os candidatos que ficaram em primeiro e segundo lugar no primeiro turno. Dessa forma, é afirmativo dizer que, a democracia brasileira é recente e frágil, pois quando associada ao direito de votar que, apenas em 1988, ampliou a participação de setores sociais antes negligenciados pelos processos eleitorais.

Sendo assim, a experiência eleitoral ampliada no Brasil é recente, com um pouco mais de três décadas. Portanto, as campanhas eleitorais são instrumentos formadores de eleitores, uma vez que contribuem para o conhecimento e debate acerca das ideias dos candidatos, ainda mais ao considerar que a campanha eleitoral televisiva tem se mantido ao longo do período.

Ressalto sobre os aspectos históricos que desencadearam os acontecimentos temporais escolhidos para este estudo, a partir de 1964. Naquele ano, houve o rompimento de uma breve experiência democrática, quando o então presidente João Goulart foi deposto por um grupo de militares com o apoio de setores da sociedade civil. O resultado do movimento culminou na ditadura civil-militar no Brasil, instaurando o autoritarismo através dos Atos Institucionais¹⁹ (AIs).

No ano seguinte ao golpe, o Ato Institucional nº 2 (AI-2) determinou que as eleições para presidente da República aconteceriam de forma indireta. Além disso, também foi instaurado o bipartidarismo, extinguindo todos os partidos políticos fundados no período da República Populista (1946-1964), permanecendo apenas a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reforçaram a política do sim e do sim senhor (COLOMBO; SOARES; TAUIL, 2016). Essa decisão afetou totalmente o

¹⁸ Artigo 14 da Constituição Federal de 1988. Nas Constituições anteriores, sempre havia alguma restrição para que um grupo social não participasse da escolha dos seus representantes. A eleição de 1989 ficou marcada como a primeira onde os brasileiros puderam exercer o direito de voto independentemente de sua escolaridade, gênero ou renda. (MAZIERO, 2019, p. 16). Acesso em: 23 de jul. de 2022.

¹⁹ Os Atos Institucionais foram normas elaboradas no período de 1964 a 1969, durante o regime militar. Foram editadas pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Esses atos não estão mais em vigor. No total, foram decretados um total de 17 atos. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em: 23 de jul. de 2022.

processo eleitoral de um país que vivia sua experiência mais democrática até então (FERREIRA, 2010).

Durante os vinte e um anos de ditadura civil-militar no país não ocorreram eleições presidenciais de forma direta, mas aconteceram eleições para o congresso nacional, para deputado federal e senador, sendo necessária filiação aos partidos permitidos no período. Durante esse período aconteceram situações nas quais o governo teve desvantagem no resultado eleitoral. Para assegurar a governabilidade, o governo promovia perseguições e realizava intervenções através do fechamento do Congresso Nacional, como foi o caso do Pacote de Abril²⁰.

A fim de elucidar sobre quem era a população brasileira em cada um dos processos eleitorais escolhidos, são relacionados dados sobre as características da população para ajudar a compreender o cenário eleitoral do segundo turno de 1989 e de 2018. Os dados do IBGE mostram que o Brasil continha 82 milhões de eleitores em 1989, em uma população total de 146 milhões, sendo 20% destes analfabetos²¹. Em 2018, o país possuía 147 milhões de eleitores e 210 milhões de habitantes, sendo 6,8% deles analfabetos²².

Através da contextualização política, econômica e social é possível melhor analisar o formato das campanhas. De forma inicial, ambas as campanhas estão inseridas no contexto de aplicação de práticas neoliberais, que conforme Anderson (1995, p.1):

Começamos com as origens do que se pode definir como neoliberalismo enquanto fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar.

As origens do neoliberalismo apontadas por Anderson explicam que as prerrogativas do modelo foram pensadas por economistas e políticos durante décadas e foram tendo sua prática

²⁰ Segundo o site do CPDOC, o então presidente Ernesto Geisel fechou o Congresso Nacional no dia 1º de abril de 1977 para conseguir realizar as alterações necessárias para aprovar projetos de lei do governo. Durante os 14 dias em que o Congresso esteve fechado, foi baixado um conjunto de medidas voltadas principalmente para garantir a preservação da maioria governista no Legislativo, especialmente no Senado. Geisel não podia se esquecer da estrondosa vitória nas eleições de 1974 do partido oposicionista, que elegeu 16 das 22 cadeiras senatoriais então em disputa. Por isso mesmo, uma das "novidades" do chamado "Pacote de Abril" foi a criação da eleição indireta para 1/3 dos senadores, logo denominados pejorativamente de "biônicos". Acesso em: 18 de jun. de 2020.

²¹ Dados retirados dos arquivos disponibilizados pelo IBGE nas Estatísticas do Século XX. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/educacao/660-analfabetismo>. Acesso em: 18 de jun. de 2018.

²² Os dados retirados do site Gazeta do Povo. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/educacao/analfabetismo-no-brasil-em-2018/>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

adaptada às necessidades de cada nação que as implementou, portanto, nos anos 1989 e 2018, as ações neoliberais estavam consolidadas no Brasil.

2.4 – GOVERNO COLLOR ATÉ O GOVERNO TEMER

O período abordado neste subitem tem o propósito de apresentar dados a respeito do que ocorreu nos processos eleitorais entre as duas eleições 1989 e 2018. Desde o governo de José Sarney (1985-1990), quando o país passava por um grave problema com a inflação, as pesquisas de avaliação do governo são importantes instrumentos para estudar os governantes. A popularidade e a satisfação da população a respeito do presidente da República também são determinantes para a eleição de sucessores.

Eleito como sucessor de José Sarney, Fernando Collor de Mello tomou posse como presidente da República no dia 15 de março de 1990. Com o grande objetivo de mudar a situação econômica do país, o presidente não conseguiu acabar com a hiperinflação de forma definitiva. Seu governo ficou marcado pelos conflitos com o Congresso Nacional e denúncias de corrupção envolvendo o tesoureiro de sua campanha, Paulo César Farias. A denúncia foi feita pelo irmão do presidente, Pedro Collor de Mello. Em agosto de 1992, uma onda de protestos contrários ao então presidente tomou conta do país, onde a população foi às ruas usando preto. Conforme Sallum Jr. (2018, p. 195):

Tais manifestações exacerbaram o conflito, aprofundando a crise política e levando a disputa a um novo patamar. A mobilização foi forte o suficiente para ampliar o campo das disputas políticas, alterando as referências usuais da esfera político-organizacional, mas não a ponto de colocar em xeque as instituições democráticas.

Podemos observar que os protestos contra o presidente Fernando Collor tinham o intuito de mostrar a insatisfação²³ da população quanto ao seu governo, sem ameaçar outras instituições, como o poder Judiciário e o Legislativo. O desejo era de destituir o cargo de presidente e passar adiante ao seu vice, conforme determinado pela Constituição Federal, sem necessidade de intervenção das forças armadas, como foi no caso de abril de 1964. A partir disso, compreende-se que os conflitos seriam resolvidos pela via da legalidade.

No mesmo mês o processo de impeachment foi iniciado na Câmara dos Deputados, de 503 deputados, 441 foram favoráveis à abertura do processo. Em 29 de dezembro de 1992,

²³ De acordo com o site da revista Veja, apenas 12% da população avaliava o governo de Fernando Collor como ótimo/bom em agosto de 1992. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/collor-tinha-o-dobro-da-popularidade-de-temer/>. Acesso em: 10 de jul. de 2022.

Fernando Collor de Mello renunciou ao cargo, sendo condenado no Senado Federal à perda do mandato e inelegível por oito anos. Depois de menos de três anos de governo, o primeiro presidente eleito após a redemocratização não concluiu o mandato.

Vice-presidente de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco assumiu como presidente da República. Em 1989, filiou-se ao PRN para participar da chapa que compôs com Fernando Collor de Mello. Permaneceu no partido até maio de 1992, quando retornou ao PMDB. Conforme Motta (2018, p. 224):

Havia chegado a hora de Itamar, agora “presidente interino”, mostrar a sua proposta de “entendimento nacional”, cujos componentes não chegaram a causar grande surpresa. Para abrigar um maior número de aliados, ampliou a quantidade de pastas ministeriais, com o desmembramento de algumas já existentes e a elevação de secretarias ao status de ministério.

Durante seu mandato, foi realizado o Plebiscito que decidiu que o país seguiria o modelo de República presidencialista. Mas a principal realização do governo foi a criação do programa Plano Real, que diminuiu drasticamente a inflação e aumentou o poder aquisitivo da população brasileira. O programa foi resultado de uma contribuição de vários economistas, reunidos pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB.

Apoiado pelo então presidente Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso foi candidato à presidência da República em 1994. Na campanha eleitoral de 1994, os efeitos do Plano Real foram um ponto forte a favor de Fernando Henrique Cardoso. Além do sucesso do programa, o candidato do PSDB tinha Marco Maciel, do Partido da Frente Liberal (PFL), como vice de sua chapa.

O PFL foi fundado na metade da década de 1980 por dissidentes do PDS, antiga ARENA. Nas eleições gerais de 1994, o PFL elegeu 89 deputados e 11 senadores, sendo a segunda maior bancada do Congresso Nacional. No dia 3 de outubro de 1994 Fernando Henrique Cardoso venceu a eleição presidencial com 54,24% dos votos válidos, sem necessidade de segundo turno²⁴. O impacto econômico do Plano Real teve influência direta no resultado da eleição.

No primeiro mandato, o presidente adotou uma política de superação do modelo de desenvolvimento implantado durante o governo de Getúlio Vargas, com a abertura da economia para o capital estrangeiro, também deu continuidade no processo de privatizações, iniciado na gestão de Fernando Collor de Mello, conforme Reis (2014, p. 117):

²⁴ Verificar tabela com os resultados da eleição no Apêndice A.

Nos seus dois períodos, FHC retomou propostas avançadas por Collor para a abertura do país aos mercados internacionais e de diminuição do escopo e do tamanho do Estado. Correspondiam ao programa liberal que se tornaria hegemônico, quase compulsório, em escala mundial.

O presidente venceu diversas votações no Congresso Nacional através de negociações com os líderes dos partidos. Em 1997 foi aprovada a emenda constitucional que permitia a reeleição do presidente e vice-presidente da República, do governador e vice-governador e do prefeito e vice-prefeito por um mandato de quatro anos. Com isso, Fernando Henrique Cardoso pode concorrer à presidência mais uma vez. Em 4 de outubro de 1998, o candidato do PSDB venceu em primeiro turno, com 53,06% dos votos válidos²⁵. Na terceira eleição presidencial disputada por Luiz Inácio Lula da Silva, o candidato do PT ficou em segundo lugar, pela terceira vez.

O segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso teve grandes mudanças em relação ao primeiro. A moeda brasileira teve grande desvalorização em relação ao dólar americano ao longo dos quatro anos de mandato. Além disso, a dívida interna foi de 57% para 76% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto a dívida externa manteve-se estável. A situação do governo quanto ao apoio por parte de outros partidos e políticos sofreu alterações significativas. O PFL tomou a decisão de sair da coalizão que formava com o PSDB em março de 2002. Outro conflito marcante foi com o ex-presidente Itamar Franco do PMDB, que em 1998 elegeu-se governador de Minas Gerais e desde o primeiro ano de mandato teve diversos conflitos com Fernando Henrique Cardoso, motivados pelo pagamento da dívida interna do estado. A relação de Itamar Franco afetou a relação de seu partido com o PSDB.

Em 2002, Fernando Henrique Cardoso escolheu José Serra, do mesmo partido, para ser seu sucessor na presidência da República. Apesar de ter sido eleito duas vezes em primeiro turno, as diversas crises econômicas internacionais que afetaram o investimento no Brasil, o aumento do desemprego e a crise do apagão afetaram a opinião pública sobre a aprovação do então presidente da República. Segundo o instituto de pesquisa Datafolha (dezembro/2002), Fernando Henrique Cardoso teve 35% da opinião pública considerando o governo como ruim/péssimo. Com isso, o cenário para a eleição presidencial era favorável para os candidatos de oposição ao seu governo.

Pela quarta eleição consecutiva, Luiz Inácio Lula da Silva concorreu à presidência da República, porém, a estratégia para vencer o pleito foi diferente. Ao longo das eleições presidenciais que Luiz Inácio Lula da Silva concorreu antes de 2002, o candidato do PT mudou

²⁵ Verificar tabela com os resultados da eleição no Apêndice B.

sua postura quanto às coligações. Até então, Luiz Inácio Lula da Silva tinha apenas candidatos a vice-presidente de partidos identificados com a esquerda, como o PSB, em 1989, o próprio PT em 1994 e o PDT em 1998.

No entanto, em 2002, o candidato do PT teve como parceiro de sua chapa José Alencar, do Partido Liberal. Segundo Antoniutti (2004, p. 140): “Ao invés de dividir o país em classes – trabalhadores e empresários, buscava aglutinar forças de todos por uma causa comum convocando e aceitando amplamente a participação dos empresários e da burguesia no seu projeto de governo.” Com isso, a escolha das palavras e as promessas de campanha tornaram-se menos agressivas para os banqueiros e empresários.

A imagem ligada ao sindicalismo foi substituída por uma postura conciliadora. Em 1989, o candidato do PT aparecia no HGPE vestindo uma camisa social desbotada. Nas eleições seguintes, Luiz Inácio Lula da Silva preferiu aparecer usando um terno preto e gravata. De acordo com Fausto (2015, p. 523):

Todavia, nem o PT nem o Lula que chegaram ao poder em 2003 eram os mesmos de 1988. O partido havia abandonado a defesa de um “governo dos trabalhadores”, o rechaço a alianças com partidos que não fossem de esquerda e, senão na retórica, com certeza na prática, o ideal de construção de uma sociedade socialista, em ruptura com o capitalismo e a chamada democracia burguesa.

Com a mudança de postura, Luiz Inácio Lula da Silva ancorado ao desgaste do governo de Fernando Henrique Cardoso, o candidato do PT conseguiu derrotar José Serra no segundo turno da eleição presidencial de 2002, conseguindo 61,27% dos votos válidos²⁶. Pela primeira vez na história do Brasil, um candidato sem ensino superior chegava à presidência da República.

Segundo dados do IBGE de 2000, apenas 6,77% da população brasileira possuía ensino superior completo. Com essa informação, podemos dizer que a formação de Luiz Inácio Lula da Silva representava grande parte da realidade nacional.

Luiz Inácio Lula da Silva iniciou seu primeiro governo investindo nos programas de política social, entre eles, podemos citar o Auxílio-Gás, o Bolsa Alimentação, o Bolsa Escola e o Cartão Alimentação. Ao longo de seu mandato esses programas foram unificados, sendo criado o programa de transferência de renda condicionado conhecido como Programa Bolsa Família. A partir dessas políticas, milhões de pessoas conseguiram ascender socialmente, de acordo com Bomeny (2011):

O movimento que levou 29 milhões de pessoas à Classe C entre 2003 e 2009 reúne famílias com renda domiciliar entre R\$ 1.126 e R\$ 4.854 mensais, com variações relacionadas ao número de dependentes [...]. Os dados salientam o deslocamento de

²⁶ Verificar tabela com os resultados da eleição no Apêndice C.

milhões de pessoas oriundas do que seriam as classes D e E para a Classe C: estimativa de 30 milhões saindo da miséria e ingressando na Classe C.

Entre 2004 e 2005 houve uma série de denúncias contra o PT, acusando o partido de comprar votos nas votações do Congresso Nacional, esse escândalo ficou conhecido como Mensalão. Apesar de envolver o partido de Luiz Inácio Lula da Silva, a opinião pública sobre o presidente não mudou. Em julho de 2005 sua aprovação estava em 60%, o então presidente iria disputar a eleição no ano seguinte com grande possibilidade de reeleição.

Em 2006 Luiz Inácio Lula da Silva participou pela primeira vez como candidato da situação em uma eleição presidencial. Dessa vez, seu adversário era o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin do PSDB. Apesar da cisão interna do PT, onde um grupo contrário à aprovação da reforma da Previdência formou o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o candidato do PT sempre liderou as pesquisas de intenção de voto tanto no primeiro turno quanto no segundo. Apesar da pouca diferença de votos entre Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin no primeiro turno, o então presidente reelegeu-se em 29 de outubro de 2006 com 60,83% dos votos válidos²⁷.

Logo na cerimônia de posse, Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que englobava um conjunto de políticas econômicas que tinha como objetivo acelerar o crescimento econômico do país. Na área da educação, o governo implementou o Programa Universidade para Todos (ProUni) nas universidades privadas. Além disso, as políticas sociais também continuaram a receber investimento, uma vez que o presidente apontou que a desigualdade social era o principal problema do Brasil.

Na eleição presidencial seguinte, em 2010, Luiz Inácio Lula da Silva tinha como objetivo eleger o sucessor de seu governo após cumprir dois mandatos. A escolhida foi Dilma Rousseff, que exerceu os cargos de Ministra de Minas e Energia e de Ministra-chefe da Casa Civil entre 2003 e 2010. Sobre a sucessão do então presidente da República, Bignotto (2020, p.203):

O governo Lula (2003-2010) terminou tendo alcançado resultados positivos em várias áreas e acumulado polêmicas em outras. Em que pesem as dificuldades, ao deixar o cargo, Lula tinha um nível de aprovação elevadíssimo, o que lhe permitiu indicar e eleger sua sucessora, Dilma Rousseff, e entrar para o rol das personalidades mais conhecidas do planeta.

Conforme a citação acima, fica em evidência que Dilma Rousseff foi beneficiada pela aprovação recorde de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 31 de outubro de 2010 a candidata derrotou

²⁷ Verificar tabela com os resultados da eleição no Apêndice D.

José Serra do PSDB com 56,05% dos votos válidos no segundo turno²⁸. Nos primeiros dois anos do primeiro mandato Dilma Rousseff conseguiu alcançar 65% de aprovação, segundo dados do Datafolha. Entre as razões da boa avaliação da opinião pública estão a continuidade do PAC e a situação econômica do país em relação aos outros países. Em dezembro de 2011, foi noticiado que o Brasil era a sexta maior economia do mundo.

A grande queda da aprovação do governo de Dilma Rousseff aconteceu em 2013. Durante a realização da Copa das Confederações uma manifestação contrária ao aumento do valor das passagens de ônibus em São Paulo desencadeou uma grande mobilização da população brasileira. Os participantes pediam pelo fim da corrupção, melhor qualidade dos serviços públicos e fim da corrupção. A mobilização afetou o índice de aprovação do governo de Dilma Rousseff que foi de 65% (abril/2013) para 30% (junho/2013). Gripp (2013) fez uma matéria no jornal Folha de São Paulo definindo dessa maneira a manifestação:

Quando um grupo de jovens se reuniu no dia 6 de junho na avenida Paulista para contestar o aumento da tarifa de ônibus de São Paulo ninguém poderia imaginar que aquele seria o marco zero da maior sequência de protestos no país desde o Fora Collor. [...] É possível distinguir ao menos três fases de protestos. A primeira teve foco na tarifa e reuniu majoritariamente estudantes. A segunda – com forte apoio popular e mais efêmera – arrastou multidões contra a baixa qualidade dos serviços públicos, a corrupção, a polícia e tudo o mais. Por fim, restaram as "manifestações" mais radicais, já sem o apoio da maioria da população, marcadas pela quebradeira dos adeptos da tática "Black block".

Foi a segunda fase das manifestações a responsável pela queda da popularidade da então presidente da República. Segundo o autor, a primeira fase foi responsável por iniciar a movimentação, enquanto a terceira é explicitamente criticada por utilizar meios agressivos para protestar.

Em 2014, houve uma nova eleição presidencial, a sétima após o fim da Ditadura Civil-Militar. Inicialmente, Eduardo Campos do PSB tinha grandes chances de disputar o segundo turno com Dilma Rousseff. Porém, em 13 de agosto de 2014 o candidato foi vítima de um acidente aéreo na cidade de Santos em São Paulo. Marina Silva, vice da chapa de Eduardo Campos, foi escolhida para substituí-lo.

A disputa entre os candidatos que iriam para o segundo turno eram Dilma Rousseff do PT, Marina Silva do PSB, e Aécio Neves do PSDB. Na véspera do primeiro turno o Datafolha (outubro/2014) realizou uma pesquisa de intenção de votos, Dilma Rousseff estava com 40%, Marina Silva tinha 24% e Aécio Neves com 21%. No dia 5 de outubro de 2014 o eleitorado escolheu pela quarta vez consecutiva o PT e o PSDB para disputa do segundo turno.

²⁸ Verificar tabela com os resultados da eleição no Apêndice E.

A eleição presidencial daquele ano era muito favorável para candidatos de oposição ao governo. Contudo, Dilma Rousseff conseguiu chegar às vésperas do segundo turno empatada tecnicamente com Aécio Neves. Mesmo com grande insatisfação da população, na onda de protestos iniciada ainda no ano anterior, a candidata conseguiu a reeleição na eleição com 51,64% dos votos válidos²⁹.

O resultado do pleito teve impactos inéditos na democracia brasileira, como mostram Coberllini e Moura (2019, p. 44):

As eleições de 2014 foram intensamente polarizadas e registraram o resultado mais equilibrado na série histórica do confronto entre PT e PSDB. [...] Também foi a primeira vez desde a redemocratização que os vencidos questionaram judicialmente os vencedores. O PSDB pediu a cassação da chapa Dilma/Temer. O segundo mandato da presidente iniciou-se sob “tempestade perfeita” combinando alta instabilidade institucional com o agravamento da crise econômica.

Conforme a citação acima, Dilma Rousseff tinha a missão de alcançar a estabilidade política e econômica, porém, logo no primeiro ano de mandato o PMDB saiu do grupo de partidos de apoio ao governo. Durante 2015, a presidente fez diversas trocas nos ministérios para conseguir formar alianças com o Congresso Nacional. Houve também a continuidade nas manifestações contrárias a Dilma Rousseff, que pediam seu afastamento do cargo. Parte dessas manifestações foram motivadas pela Operação Lava-Jato, que investiga casos de lavagem de dinheiro e distribuição de propina onde parte dos investigados eram filiados ao PT.

Em 2 de dezembro de 2015 o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou um pedido de impeachment contra Dilma Rousseff, por acreditar que a presidente havia cometido crime de responsabilidade. A então presidenta foi acusada de pedaladas fiscais e créditos suplementares sem autorização legislativa. Em votação no congresso nacional, diversos deputados e senadores não seguiram a orientação de seus respectivos partidos e foram favoráveis à cassação do mandato da então presidente. Apesar de seu mandato ter sido cassado, o Senado Federal rejeitou a inelegibilidade de Dilma Rousseff em cargos públicos, podendo participar de eleições.

O impeachment da presidenta reforça a fragilidade democrática brasileira. Historicamente, a república brasileira é ameaçada, como demonstra o quadro abaixo³⁰.

²⁹ Verificar tabela com os resultados da eleição no Apêndice F.

³⁰ O quadro é apenas demonstrativo, objetivando salientar a fragilidade da democracia, inserindo o debate na dissertação. Para aprofundar estudos sobre a república brasileira, sugiro a leitura dos livros da coleção O Brasil Republicano (Volumes 1, 2, 3, 4 e 5).

Quadro 2 – Fragilidade Democrática Brasileira

1889	Proclamação da República
1930	Getúlio Vargas toma o poder
1937	Estado Novo – Ditadura
1945	Deposição de Vargas / Eleição de Dutra – início da primeira experiência mais democrática com homens e mulheres alfabetizados votando
1961	Renúncia do presidente Jânio Quadros - Tentativa de tomada do poder por Forças Militares
1964	Golpe – Ditadura Civil-Militar
1992	Impeachment do presidente Fernando Collor de Mello – eleito em 1989
2016	Impeachment da presidenta Dilma Rousseff – eleita em 2014.

Fonte: Autor (2022).

A visualização de alguns momentos que marcaram a necessidade de defesa permanente da democracia, permitiram perceber que a prática democrática tem sido ameaçada, resultando em duas ditaduras, e dois impeachments, mais duas tomadas de poder que não consideraram os resultados eleitorais (1930 – 1961).

A última data exposta no quadro é de 2016, quando ocorreu o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Tal fragilidade foi atestada por matéria do Jornal Correio Braziliense, que publicou uma notícia com o posicionamento do ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, a respeito das motivações do impeachment, admitindo que o motivo real para o afastamento de Dilma Rousseff não foi por conta das pedaladas fiscais, alegado em processo. A declaração do ministro reforça a frágil democracia no qual o país vivenciou e continua repercutindo os efeitos até a atualidade. Segundo o manifesto Historiadores pela Democracia, publicado em julho de 2016, “o golpe ameaça a continuidade das políticas que buscam a integração da população negra, pobre, indígena na sociedade brasileira. Ameaça brutalmente direitos adquiridos com muita luta por trabalhadores e trabalhadoras do país” (BESSONE, MAMIGONIAN, MATTOS; 2016, p. 221-222). As políticas públicas mencionadas no manifesto são essenciais para a continuidade da cidadania

no país, assim como o respeito ao resultado das urnas, visto que uma parcela da população que não apoiou o golpe, e se sentiu violada.

No dia 31 de agosto de 2016, Michel Temer, do MDB, assumiu a presidência da República. Em menos de 30 anos, dois presidentes eleitos democraticamente sofreram o processo de impeachment. Nas duas situações o vice-presidente da chapa era filiado ao mesmo partido. Porém, diferente de Itamar Franco, que concluiu seu mandato com apenas 8% de reprovação, Michel Temer teve reprovação de 62% da população.

De acordo com o IBGE (2018) o país possuía uma população de 101.971.173 homens e 106.523.727 mulheres. Antes mesmo de Michel Temer assumir o cargo de presidente da República, as mulheres foram depreciadas pela matéria divulgada pela coluna da revista *Veja*. Sua esposa Marcela Temer foi definida como uma “futura primeira-dama bela, recatada e do lar”³¹. A coluna destaca algumas características da posição-sujeito de Marcela Temer, sendo elas suas qualidades como mulher-esposa. Os pontos que a caracterizam seriam os seguintes (AZEVEDO, FILGUEIRAS E SILVA, 2017, p. 219)³²:

Sonha em ter mais filhos; participa de jantares românticos em restaurantes luxuosos; aprecia apelidos carinhosos; mãe; permanece na companhia da mãe; gosta de vestidos até os joelhos e cores claras; cuida da casa; cuida um pouco dela indo ao dermatologista para tratar da pele; aparece pouco.

Percebe-se que as características citadas são de uma mulher dedicada a cuidar da vida do filho, amorosa e preocupada com sua estética e distante da vida pública. Seu papel principal como destaque seria como esposa do futuro presidente da República. A escolha desses pontos confronta justamente a vida pessoal e política da então presidente Dilma Rousseff. Durante sua juventude, participou da resistência à ditadura civil-militar, sendo presa, torturada e interrogada. Esteve envolvida na política nacional desde o início da abertura política, quando se filiou ao Partido Democrático Trabalhista. Separou-se do marido em 2000, tendo uma filha durante o casamento. Conforme Barbosa³³ (2017, p. 8):

Não deve passar despercebido o jogo político/ideológico envolto nesse cenário, a saber, as relações de oposição entre a jovem esposa do então vice-presidente e a presidente na época, Dilma Rousseff, cuja vida pessoal sempre esteve associada à vida

³¹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

³² Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/download/27917/22953>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

³³ Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/508/o/Deliorrane_Sousa_Barbosa.pdf. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

pública, sendo que o engajamento político aparece desde sua juventude e, sobretudo, sem a presença masculina ao seu lado.

Pela citação acima, percebe-se o posicionamento da revista em criticar a postura da vida de Dilma Rousseff, um mês antes da votação do processo de impeachment na Câmara dos Deputados, a publicação da coluna teve grande repercussão. Em 2017 a juíza do Trabalho Ângela Maria Konrath justificou a paralisação dos trabalhos da Justiça por uma hora em adesão à greve no Dia Internacional da Mulher. Na ata escreveu: “Nem bela, nem recatada, nem do lar. Bonita mesmo é qualquer mulher que se levanta e luta”³⁴. Durante manifestações contrárias ao presidente Michel Temer, cartazes com a frase “belas, destemidas e de luta” fizeram parte do cenário dos protestos. A manifestação demonstra que a sociedade brasileira passou a evidenciar um modelo distinto de gestão, sendo apenas uma amostra de transformação, uma vez que a presidenta deposta demonstrava a importância da mulher para a sociedade brasileira.

Ainda em 2014, durante a campanha eleitoral para presidente da República, Dilma Rousseff ressaltou em um ato a mudança do papel social das mulheres no país³⁵: “Nos últimos doze anos nós tiramos da extrema pobreza 36 milhões de brasileiros. Uma parte expressiva desses brasileiros eram mulheres, mães, que tinham sob sua guarda sua família e seus filhos, muitas delas chefiando sua família”. A representação da mudança social anuncia o diálogo entre as campanhas eleitorais de 1989 e de 2018, contextualizando permanências e rupturas.

Atentando para o contexto próximo ao pleito eleitoral de 2018, segundo o boletim publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta dados sobre a desigualdade social: com ênfase aos critérios de raça e cor em 2018 a população era 57,7 milhões de pessoas, sendo 25,2% a mais que a população de cor branca que totalizava em 46,1 milhões na força de trabalho. Os dados denotam características como o preconceito reforçadas continuamente com a diminuição de políticas inclusivas e de reparação³⁶ visto que a população desocupada e subutilizada de pessoas da cor preta ou parda representam cerca de $\frac{2}{3}$ dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018.

³⁴Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/nem-bela-nem-recatada-nem-do-lar-diz-juiza-que-autorizou-paralisacao-no-dia-da-mulher/>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

³⁵ Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2014/2014/09/em-ato-com-mulheres-dilma-ressalta-conquistas-economicas-e-prioridade-em-programas-sociais-3138/>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

³⁶ No período de 2003 até 2016, as políticas estatais estiveram nas mãos de presidentes eleitos a partir das coligações do Partido dos Trabalhadores com o Partido Comunista do Brasil, o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Democrático Trabalhista, entre outros, com práticas que estiveram acentuando políticas públicas.

3. ANÁLISE DAS PROPAGANDAS ELEITORAIS DE 1989 E 2018

A propaganda eleitoral estabelece diálogos entre candidatos, partidos políticos e com o eleitor. Conforme o TSE³⁷: “Propaganda política são todas as formas de realização de meios publicitários que têm por objetivo conquistar simpatizantes ao conjunto de ideias de um partido e garantir votos.” Segundo Cândido (2010, p. 151), há três tipos de propaganda política: a intrapartidária, a partidária e a eleitoral. Já Gomes (2012, p. 333) afirma existirem quatro tipos de propaganda política: a intrapartidária, a partidária, a eleitoral e a institucional.

A aproximação com o eleitor pode se dar de formas diversas, desde que obedeça a legislação, esclarece ainda o TSE que:

É a propaganda em que partidos políticos e candidatos divulgam, por meio de mensagens dirigidas aos eleitores, suas candidaturas e propostas políticas, a fim de se mostrarem os mais aptos a assumir os cargos eletivos que disputam, conquistando, assim, o voto dos eleitores. A propaganda eleitoral tem suas diversas formas regulamentadas pela legislação eleitoral. Essa regulamentação visa, primordialmente, impedir o abuso do poder econômico e político e preservar a igualdade entre os candidatos.

Conforme exposto anteriormente no primeiro capítulo, houve diversas adequações na legislação eleitoral. No escopo do presente estudo, analisa-se as campanhas eleitorais na televisão no segundo turno das eleições de 1989 e de 2018, uma vez que influenciaram os resultados eleitorais.

3.1 PROPAGANDAS ELEITORAIS DE 1989

A apresentação das campanhas obedece ao resultado das eleições, assim iniciava com a campanha eleitoral na televisão do candidato Fernando Collor de Mello, em seguida Lula, intercaladas objetivando uma interpretação de cada dia da campanha. A maior emissora de televisão do país em 1989, a Rede Globo³⁸ possuía grande cobertura do processo eleitoral. Em seu site³⁹ apresenta que no segundo turno:

³⁷ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/propaganda-politico-eleitoraL>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

³⁸ Rede de emissoras de televisão criada a partir da inauguração da TV Globo do Rio de Janeiro, em 26 de abril de 1965. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/rede-globo>. Acesso em: 20 de jul. de 2022.

³⁹ Disponível em: https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/eleicoes-presidenciais-1989/noticia/eleicoes-presidenciais-1989.ghtml#ancora_4. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

A campanha polarizou as forças políticas do segundo turno. Lula recebeu apoio do PDT, do PCB, do PMDB e do PSDB; Collor dos demais partidos. A disputa foi se tornando mais tensa na medida em que o candidato do PT ia crescendo nas pesquisas. No início de dezembro, segundo o Ibope, Lula estava oito pontos percentuais atrás do adversário, diferença que baixou a sete pontos quatro dias depois e a apenas um ponto na semana seguinte. O Jornal Nacional acompanhou, dia a dia, a rotina dos candidatos. Abordou, de forma semelhante e com tempo equilibrado, as campanhas eleitorais dos dois partidos. No dia 14 de dezembro, por exemplo, a economista Zélia Cardoso de Melo, assessora econômica de Collor, explicou em entrevista a proposta de política cambial do PRN; enquanto Aloísio Mercadante, assessor econômico de Lula, esclareceu a posição do PT quanto à dívida interna.

Além da disputa eleitoral, a questão econômica era prioridade naquele período, uma vez que, conforme explicado anteriormente, o país vivenciou problemas em decorrência da hiperinflação na década de 1980.

A eleição de 1989 é um marco importante na história nacional. De acordo com o TSE, o pleito deu prosseguimento à modernização dos trabalhos da Justiça Eleitoral, pois apesar da apuração ser feita de maneira manual, a somatória foi feita de forma eletrônica. Assim sendo, o pleito teve sua importância não só como marco de um novo período no país, sob uma constituição promulgada, mas também como marco centenário da Proclamação da República do país. Ainda sobre as campanhas eleitorais televisivas, os políticos podem utilizar o recurso da propaganda eleitoral para promover-se. Avelar (1992) explica que a televisão política expõe uma impressão de liderança e capacidade de desempenho governamental, executando funções como responder questões, caminhar pelas ruas, debater com a população, olhar e falar com a sua audiência.

Em função das imagens produzidas através das campanhas eleitorais televisivas no segundo turno de 1989, apresento a análise dos programas.

3.1.1 Collor⁴⁰

28 de novembro de 1989

O programa inicia com uma animação. As letras “LL” do sobrenome do candidato Fernando Collor, uma em amarelo e a outra em verde, aparecem correndo sobre trilhos, passando por placas de publicidade com os dizeres “transporte, escola, casa e emprego” até

⁴⁰ De acordo o site do CPDOC, Fernando Afonso Collor de Melo nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 12 de agosto de 1949, filho de Arnon de Melo e de Leda Collor de Melo. Seu pai foi governador (1951-1956) e senador por Alagoas (1963-1981) [...]. Matriculou-se na União Pioneira de Integração Social (UPIS), onde se formou em ciências econômicas. Seu primeiro cargo político foi como Prefeito de Alagoas (1979-1983).

chegar ao final do caminho e formar “Collor” na tela do programa. As cores do “LL” são associadas às cores da bandeira brasileira, e as placas de publicidade aparecem como as pautas que Fernando Collor defende como necessário o investimento para o desenvolvimento do país que, segundo a campanha, deveria se movimentar para sair da estagnação.

Imagem 1: Logo de campanha de Fernando Collor em 1989



Fonte: Disponível em: <https://twitter.com/Collor/status/1270545976391065601/photo/1>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

Considero importante salientar a recorrência das cores verde e amarela, ao estudar cartazes de propaganda eleitoral. Conforme Cotrim⁴¹ (2018, p. 913):

O nome “Collor”, trabalhado como um logotipo, com a tipografia “italizada” (inclinada) procura dar a sensação de movimento e dinamismo; as cores verde e amarela nas duas letras centrais remetem a um sentimento de nacionalismo e ao sentido de amplitude territorial do pleito. A utilização de símbolos nacionais (cores da bandeira, uniformes, brasões e flâmulas), que simbolizam a ideia de pátria, é recorrente na comunicação política da direita, não só no Brasil,

O uso das cores nas letras estimula o espectador a se sentir parte do nacionalismo, uma vez que o verde-amarelismo é uma permanente alusão simbólica ao país. Como afirma Pesavento (2003), “as imagens são dotadas de alto poder mobilizador, como verdadeiros ícones prenhes de significado e que impulsionam a ação”, ou seja, ocorre um certo empoderamento do candidato através de reforço a um vínculo nacional.

⁴¹ Disponível em: Fonte:

http://anpap.org.br/anais/2018/content/PDF/27encontro____COTRIM_Miguel_Antonio.pdf. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

O candidato aparece no programa, usando um terno cinza, camisa branca e gravata preta⁴². A cor branca é associada à pureza, leveza e paz, assim, a campanha “visual” apresenta a solidez associada a um governo que limpará o país dos erros do passado. Fica evidente a transmissão de elegância, bem como dos demais atributos relacionados à vestimenta cinza, sendo está relacionada ao poder econômico, uma vez que Collor pode ser associado à categoria de homem bom. Para Mesgravis (1983) ser branco, possuidor de terras, ter formação universitária são alguns dos critérios que caracterizam o homem bom. As vestimentas passam a imagem de um candidato forte fisicamente. O fundo possui a cor azul, com duas faixas na diagonal com as cores amarela e verde, o azul também é cor presente na bandeira nacional, logo há direcionamento patriótico ao eleitor.

Em seu discurso, afirma que a sua voz não é somente dele, mas de milhões de brasileiros, que acreditaram nele para ser um país justo e solidário em Cristo. Defende que iniciou a campanha sozinho, sem apoio do setor empresarial e lutando contra os marajás, denunciando casos de corrupção e que sua candidatura cresceu com o apoio popular, apresentando indignação contra a injustiça social e os poderosos. Afirma que seu eleitorado é constituído pelos mais humildes e pobres, assim como outros governantes populistas, como por exemplo Getúlio Vargas.

Imagem 2 – Fernando Collor em Campanha Eleitoral



⁴² Segundo significado da cor preta: a cor preta consiste na cor mais escura de todo o espectro das cores e simboliza respeito, morte, isolamento, medo. Disponível em: <https://www.significados.com.br/cor-preta/>. Acesso em:

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/fotogalerias/eleicoes-de-1989-completam-30-anos-relembre-em-imagens-24082410>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

O discurso de Fernando Collor possui elementos de nacionalismo (com o fundo preenchido com as cores da bandeira nacional) religiosidade (menção ao país ser justo e solidário a Cristo) e populismo (quando menciona que seus eleitores são os mais humildes). Os três elementos procuram atingir um eleitorado específico: conservador, através de suas falas contra o comunismo; de baixa renda, através de termos como “minha gente” e “meu povo”; e otimista quanto ao futuro do país, uma vez que o contexto de crise econômica fazia com que a população buscasse novos rumos para o país. A partir de elementos utilizando o termo no singular para se referenciar à população, podemos observar que o populismo de Fernando Collor é explicitamente de direita, conforme Przeworski:

O populismo é um gêmeo ideológico do neoliberalismo. Ambos alegam que a ordem social é criada espontaneamente por um único demiurgo: “o mercado” ou “o povo”, este último sempre no singular, como em “le peuple” “e Pueblo” ou “lud”, e não no plural, como “as pessoas”. Nenhum dos dois vê uma função para as instituições: a espontaneidade basta.

O candidato afirmava que seu adversário tinha como objetivo alterar o plano de governo para conseguir apoio de outros partidos políticos. Essa frase serve para deslegitimar as alianças feitas por Luiz Inácio Lula da Silva com Leonel Brizola e Mário Covas, que foram candidatos durante o primeiro turno da eleição.

A eleição presidencial de 1989 foi a primeira a ter dois turnos, conseqüentemente, a política de alianças também foi uma novidade no pleito. Os candidatos derrotados no primeiro turno, muitos deles presidentes de seus partidos políticos, posicionaram-se a respeito das candidaturas de Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva com o intuito de fazer parte da base aliada do governo em caso de vitória. em estudo sobre ministros e secretários de estado da nova república, D’Araújo e Ribeiro (2018) afirmam:

É que as nomeações decorrem de arranjos político-partidários que desconsideram, na maior parte das vezes, as habilidades específicas ou a qualificação técnica dos escolhidos. Em geral, sabemos pouco sobre as características desse grupo, sua distribuição pelas regiões da federação, sua composição socioeconômica e como suas experiências e saberes disciplinares são distribuídos entre as diferentes pastas.

As observações dos autores alertam para a compreensão necessária acerca das alianças e compromissos assumidos durante as campanhas eleitorais.

Fernando Collor, mostrando-se oposto ao candidato do PT, ressalta que seu programa de governo é claro e definido, com foco no combate à inflação. Segundo o site do Banco

Central⁴³: “inflação é o aumento dos preços de bens e serviços, implicando na diminuição do poder de compra da moeda”. Os índices inflacionários de dezembro de 1989 foram de 53,55%⁴⁴, o que elevava a miséria da população brasileira.

Com confiança, lembra que venceu o primeiro turno, e vencerá no segundo. Afirma que o momento da eleição é de reflexão do eleitorado para decidir quem terá capacidade para fazer um bom e um mau governo. Pede atenção ao público indeciso para analisar as propostas dos dois candidatos. Finaliza sua fala com o bordão: “Vamos juntos, minha gente, para construir um Brasil novo”. Compreende-se que, após ter exposto suas ideias e desprestigiado o candidato opositor, a propaganda responsabiliza o eleitor sobre o resultado das eleições, indicando que esse é capacitado a decidir.

07 de dezembro de 1989

O programa inicia mostrando imagens da cidade de São Paulo. A cidade elegeu no ano anterior Luiza Erundina⁴⁵, do Partido dos Trabalhadores, para a prefeitura da cidade. O locutor afirma que a prefeita não fez nenhuma ação efetiva em um ano e meio de gestão. Um entrevistador questiona os eleitores sobre a escolha do candidato para presidência da República. Os entrevistados, insatisfeitos com Luiza Erundina, afirmam que votarão em Fernando Collor.

Desde o período imperial brasileiro, São Paulo demonstra crescimento econômico considerável o que eleva sua inserção política e econômica permanente. A significativa importância de São Paulo se faz presente em Campanário e Komarick ⁴⁶ (1993):

Fruto de uma longa conjuntura de progresso — que se expressa nos 7,1 % de crescimento do Produto Interno Bruto entre 1950-80 — a Grande São Paulo, epicentro desse dinamismo, reunia no final do período considerado 36% do pessoal ocupado no parque manufatureiro do país, 46% do total dos salários, 40% do valor de transformação industrial e dos investimentos de capital na indústria, concentrando 70% do valor de transformação dos ramos de material de transportes e elétricos, 60% dos produtos farmacêuticos e plásticos, 55% do referente à indústria mecânica, além da presença significativa em quase todos os outros ramos fabris. Nas décadas de setenta e oitenta, esta concentração transborda a fronteira metropolitana, fazendo a chamada Região do Entorno (Sorocaba, Campinas e São José dos Campos, além da Baixada Santista) crescer a ritmos bem mais intensos que a própria Grande São Paulo.

⁴³ Site do Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em: 18 de jun. de 2022.

⁴⁴ Fonte: Folha de São Paulo. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/dinheiro_29dez1989.htm. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

⁴⁵ Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luisa-erundina-de-sousa>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

⁴⁶ Fonte: <https://www.scielo.br/j/ln/a/wHZxgHpQDJvx4WGQW8nTMpC/?lang=pt#>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

Assim, tendo São Paulo como teatro eleitoral, inicia a campanha eleitoral na televisão de Fernando Collor de Mello no dia 07 de dezembro de 1989. De forma acusatória, a narração continua afirmando que o Partido dos Trabalhadores de não intervir no desabamento do terreno da favela Nova República. O programa usa o bordão: “quem conhece o PT, não vota no PT”. Associando a prefeita com o partido, o programa visou prejudicar a credibilidade da candidatura do adversário, pressupondo que Luiz Inácio Lula da Silva não faria uma boa gestão de governo tal qual a prefeita Luiza Erundina estaria fazendo em São Paulo.

A escolha da gestão da prefeita para atingir o adversário se justifica como uma maneira de assegurar os votos no estado com maior número de eleitores do país, que conforme o TSE era de 18.500.980. Além disso, a eleição de Luiza Erundina significou uma mudança significativa no contexto, pois a eleição municipal foi uma disputa acirrada, com a prefeita vencendo o pleito por pouco mais de 5% dos votos. A opção dos eleitores pelo partido de esquerda era vista pelos apoiadores de Collor como uma ameaça, pois a esquerda havia sido eleita em outras capitais como Curitiba, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

A presença do presidente do Sindicato dos Caminhoneiros de Minas Gerais durante o programa que acredita na candidatura de Fernando Collor para atender as demandas do serviço público do país e da defesa dos direitos dos caminhoneiros. Sua participação se explica pelo fato de que no Brasil, conforme Pereira e Gonçalves⁴⁷ (2010, p. 8):

No Brasil, tais vias de acesso e integração territorial têm por objetivo intensificar o desenvolvimento econômico e a infraestrutura do sistema rodoviário nacional. Esta é fundamental para a circulação eficiente da economia de um país ou região, assim como suas relações sociais, e é dever do Estado Nacional proporcionar rodovias em boas condições de tráfego aos usuários. A fala do sindicalista demonstra que o candidato considera importante os trabalhadores responsáveis pelo transporte de carga para o país.

Decorre dessa afirmativa que os motoristas de caminhão são usuários das rodovias além de serem responsáveis pela distribuição dos produtos no território nacional, bem como o transporte de pessoas e outros produtos. Em 2017 conforme anuário CNT de transporte, o país possuía 1.720.700,3 km de rodovias⁴⁸, portanto, a presença de um representante do setor afirma para o eleitor diversos compromissos do candidato.

⁴⁷ GONÇALVES, Suellen Amaral; PEREIRA, Jackeline Maria dos Santos. Rede Rodoviária e **Concessões no Brasil**: Uma Análise da BR-101 no Trecho Fluminense Campos dos Goytacazes-Niterói. In: III Encontro de Geografia – A Geografia e suas vertentes: reflexões. VI Semana de Ciências Humanas. 2010, Campo dos Goytacazes.

⁴⁸ Disponível em: Fonte: <https://anuariodotransporte.cnt.org.br/2018/file/principaisdados.pdf>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

Jovem, sorridente, a campanha anuncia desenvolvimento, progresso e juventude no poder. Além da capital paulista, o candidato aparece em comícios ao redor de cidades do interior do estado de São Paulo, discursando energicamente para o público, gesticulando e alterando o tom de voz, aproximando-o junto ao eleitorado do interior.

A bandeira do Brasil, símbolo nacional, apresenta na edição da campanha os dizeres “Collor é progresso” substituindo os dizeres “ordem e progresso”⁴⁹. Novamente, mais uma referência aos símbolos nacionalistas, indicando que Fernando Collor se identifica desta forma. Sendo a bandeira um símbolo nacional, Carvalho explica sua função como símbolo representativo desde sua criação na fundação da república brasileira, conforme o autor (1990, p. 113):

[...] o emblema nacional deve ser símbolo da fraternidade e ligar o passado ao presente e ao futuro (...). Conservavam-se o desenho imperial e as cores, representações de nossa natureza e nossas riquezas. Até mesmo a cruz permaneceu no Cruzeiro do Sul, uma cruz leiga que podia ser vista com simpatia pelos católicos. Reconhecia-se, desse modo, o passado, a tradição, tanto política como religiosa, pois a Monarquia e o catolicismo eram fases da evolução da humanidade a ser superadas, mas necessárias e portadoras de aspectos positivos.

Ou seja, desde sua criação, a bandeira é associada com o país bem como os demais símbolos, permitindo, portanto, nas campanhas eleitorais sua associação com o nacional e suas necessidades, como as apresentadas na propaganda.

A infância é tema presente na campanha do dia, pois além de ser um problema histórico social no Brasil, apresenta e pode ser utilizado pelo viés afetivo e, portanto, comovedor. O responsável pelo Direito da Criança do programa de governo de Fernando Collor afirma que o candidato procurará vacinar todas as crianças do país e lutar pelo direito da vida. No setor da educação, o candidato irá investir na alimentação das escolas públicas para auxiliar no desenvolvimento das crianças. Conforme a Unicef⁵⁰:

Até a década de 90, a desnutrição infantil estava presente em grande parte dos grupos populacionais mais pobres do Brasil, aumentando a incidência de doenças infecciosas e desempenhando um papel importante na sequência de eventos que levavam ao óbito.

Para demonstrar o compromisso do candidato, o responsável mostra para a câmera a localização das propostas sobre Educação dentro da cartilha do plano de governo de Fernando Collor, fazendo com que seu discurso seja fundamentado em propostas concretas. Como afirmado na propaganda, questões permanentes como educação e saúde se fizeram presentes,

⁴⁹ Disponível em: www.significados.com.br/bandeira-do-brasil/. Acesso em: 17 de jun. de 2022.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/desnutricao>. Acesso em: 17 de jun. de 2022.

demonstrando que não são apenas temas recorrentes, mas sim necessidades que se fazem sempre presentes na sociedade brasileira.

13 de dezembro de 1989

O programa inicia reprisando o conteúdo exibido no dia anterior, com as falas da ex-namorada do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, Miriam Cordeiro. O locutor define-a como uma trabalhadora honrada e que conhece o “verdadeiro Lula”. De acordo com o site Memória Globo⁵¹:

Na reta final da campanha, dia 13 de dezembro, Collor apresentou, no programa eleitoral gratuito, o depoimento da enfermeira Miriam Cordeiro, ex-namorada do candidato petista e mãe de sua filha Lurian. Ela contou que, quando ficou grávida, Lula lhe ofereceu dinheiro para abortar e acusou o ex-namorado de racista. O depoimento teve grande repercussão e abalou a candidatura de Lula.

A relação com a figura feminina e trabalho sustenta a aproximação do candidato com duas categorias historicamente menos privilegiadas no Brasil, as mulheres e os trabalhadores. Ambas as categorias estão interligadas através do movimento feminista. Sobre esse assunto, Pedro (2013) afirma:

A partir dos anos 1960, o país viu surgir o feminismo de “Segunda Onda”: um movimento com objetivos um tanto distintos dos que haviam movido as militantes no passado. [...] Os grupos de oposição ao governo contavam com grande participação de mulheres que também estavam envolvidas nos chamados “movimentos de mulheres” e na militância feminista. Com isso, no Brasil, a questão do trabalho e os problemas da mulher trabalhadora tiveram inicialmente prioridade sobre tantas outras pautas feministas da “Segunda Onda”.

A partir da citação acima, percebe-se que a Segunda Onda do movimento feminista ocorreu em paralelo com o início da ditadura civil-militar no país, onde as manifestações sociais eram reprimidas. Com o fim da repressão e o processo de abertura política, o discurso procura distanciar o candidato do período anterior, colocando a Miriam Cordeiro como uma “trabalhadora honrada”, conforme citado acima.

Miriam Cordeiro também repudiou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, acusando-o de oferecer dinheiro para abortar sua filha. Para contextualizar a situação atualmente, o locutor afirma que a filha nasceu, possui quinze anos, e pode falar o que lhe for mandado dizer. Miriam Cordeiro diz que Luiz Inácio Lula da Silva tentou voltar com o

⁵¹ Fonte: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/eleicoes-presidenciais-1989/noticia/eleicoes-presidenciais-1989.ghtml#ancora>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

relacionamento, mesmo casado com Marisa, que era então a esposa do candidato. Quando Miriam recusou, ela acusou o candidato de dizer que “faria a cabeça da filha”. Desta maneira, Luiz Inácio Lula da Silva estaria objetificando sua ex-namorada. Sobre a objetificação das mulheres, Belmiro⁵² (apud LIMA, 2015) afirma: “A objetificação, termo cunhado no início dos anos 70, consiste em analisar um indivíduo a nível de objeto, sem considerar seu emocional ou psicológico.” Sendo assim, o candidato estaria desconsiderando o estado emocional de Miriam Cordeiro ao chantageá-la através da filha.

Na percepção do autor ao analisar o programa, a ênfase dada para a fala da senhora Cordeiro, visou reafirmar que a conduta do candidato Luiz Inácio Lula da Silva foi inadequada e agrediu os valores da sociedade brasileira. Vale a pena salientar que a maioria da sociedade no Brasil ainda defendia valores oriundos do patriarcado⁵³. Também reforça a ideia de homem imoral quando Miriam afirma a proposta de relação extraconjugal, uma vez que a moral constitui o *ethos*, e por *ethos* entende-se, a partir de Geertz⁵⁴ (1989, p. 143) como “o tom, o caráter, e a qualidade de sua vida, seu estilo moral, e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao mundo que a vida reflete”.

Além da questão moral, Miriam Cordeiro também diz que Lula possui aparelhos eletrônicos caríssimos em sua casa e que fazia constantes viagens para Cuba e Nicarágua, enquanto os trabalhadores brasileiros sofriam com a inflação. Segundo ela, o candidato do PT utiliza os sindicalistas para ascender socialmente e acusá-lo de racismo. Nesse momento, o programa mostra os cantores Gilberto Gil e Djavan cantando uma parte do trecho do jingle de Luiz Inácio Lula da Silva, com o locutor perguntando: “e agora, Gilberto Gil?” e agora, Djavan?”

Ao estabelecer conversas sobre viagens internacionais, casualmente para países socialistas – o que amedrontava parte da população devido as ideias depreciativas sobre esses países, conduzidas desde o início do século XX que afirmava existir o “perigo vermelho”, a fala de Miriam Cordeiro buscou afastar Luiz Inácio Lula da Silva dos que seriam seus eleitores.

Voltando ao programa, Miriam Cordeiro reconhece que não sabe o posicionamento da filha quanto a sua declaração. Termina sua fala declarando que participou do programa de forma espontânea e não tem medo de represália de seu ex-namorado, pois voltará a realizar outras

⁵² Disponível em Fonte: <https://www.politize.com.br/o-que-e-objetificacao-da-mulher/>. Acesso em: 06 de jul. de 2022.

⁵³ Segundo o Dicionário Online de Português, patriarcado é o “sistema social segundo o qual os homens estão no centro, como chefes de família, na vida social e política, na transmissão de valores patrimoniais pelo lado paterno”. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/patriarcado/>. Acesso em: 06 de jul. de 2022.

⁵⁴ GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, LTC, 1973.

denúncias caso seja ameaçada. Como última cena, Miriam Cordeiro aparece pedindo para que o vídeo seja finalizado, chorando. O corte de cena procura dar um ar dramático ao depoimento.

Fernando Collor aparece no programa. Iniciando com seu bordão “minha gente”, diz que os ânimos estão exaltados na reta final de campanha, uma vez que a campanha adversária invade os comícios de seus apoiadores, agredindo-os. Segundo o candidato, a justificativa das agressões seria pela defesa da “cor vermelha” e não das cores “verde amarela”. Logo, percebe-se a repetição do uso do “perigo vermelho” para definir o adversário e o nacionalismo como sua qualidade.

3.1.2 Lula⁵⁵

28 de novembro de 1989

O programa começa com o candidato falando com o eleitor. O fundo é branco. O candidato veste uma camisa amarela que traduz prosperidade, confiança a cor amarela desperta, traz leveza, descontração, otimismo. Simboliza criatividade, juventude e alegria, além de estar presente na bandeira nacional e compor o mito do verde-amarelismo⁵⁶.

Em seu discurso, Luiz Inácio Lula da Silva afirma que é necessário lutar para que a direita conservadora não chegue ao poder. Define que as candidaturas da eleição possuem lados: um dos lados que representa o interesse dos banqueiros, empresários, latifundiários, donos de cadeias de comunicação e supermercados; e o outro lado que representa os camponeses, intelectuais, a classe média, os pequenos lavradores, comerciantes e empresários. No contexto da década de 1980⁵⁷:

A década de 1980 vivenciou o desenvolvimento de quatro greves gerais nacionais, sendo que a mais expressiva ocorreu em março de 1989, paralisando aproximadamente 35 milhões de trabalhadores – a mais abrangente greve geral da história do movimento operário brasileiro. Além desses traços fortes, o avanço da organização sindical dos assalariados rurais se ampliou significativamente, permitindo a reestruturação organizacional dos trabalhadores do campo. O

⁵⁵ De acordo com site do CPDOC, Luís Inácio da Silva nasceu em Garanhuns (PE) no dia 27 de outubro de 1945, mas foi registrado como nascido no dia 6 pelo pai, Aristides Inácio da Silva. Sua mãe chamava-se Eurídice Ferreira de Melo e era conhecida como dona Lindu. Lula, como foi chamado desde garoto, foi o penúltimo filho de uma família de sete irmãos. Seu primeiro cargo político foi como Deputado Federal (1987-1991).

⁵⁶ Chauí define mito como: um mito é uma narrativa de origem, uma conclusão sem premissas, uma maneira imaginativa de explicar a nossa origem e existência. Pois bem, qual é o nosso mito fundador? Brasil: “*um país tropical, abençoado por deus e bonito por natureza*”, como diz a canção.

Disponível em: <https://razaoinadequada.com/2018/11/07/chau-i-sociedade-verde-e-amarela/>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

⁵⁷ Disponível em: <https://outraspalavras.net/historia-e-memoria/classe-trabalhadora-a-brasileira/>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

sindicalismo rural, nessa nova fase, desenvolveu-se com forte presença da esquerda católica, que influenciou, posteriormente, o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984.

É para grupos sociais como os descritos acima, que a campanha se dirige, opondo-se aos grupos privilegiados economicamente. Na campanha de 1989 a posição do partido dos trabalhadores é de cunho socialista⁵⁸.

O candidato acusa seu adversário de ter interesse em manter o privilégio dos setores que enriqueceram durante o período da ditadura civil-militar, uma vez que Fernando Collor critica empresários e militares “durante o dia”, mas muda sua postura “durante a noite”. Com base no seu discurso, compreende-se que Luiz Inácio Lula da Silva procura mostrar seu adversário como contraditório e omissivo quanto às reais intenções de suas pautas, defendendo os setores que são beneficiados em momentos de crise.

O programa mostra o apoio do governador de Pernambuco Miguel Arraes do PSB, para a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, afirmando que ela representa tranquilidade ao país e que possui condições para dialogar com a população, para enfrentar os problemas sociais e sair da crise. Mário Covas, candidato no primeiro turno pelo PSDB, afirma que o candidato do PT representa a candidatura da área popular. Leonel Brizola, candidato no primeiro turno pelo PDT, defende a necessidade de derrotar Fernando Collor, o candidato do conservadorismo. A participação de diferentes líderes no programa do candidato mostra um posicionamento de união contra a candidatura adversária, alinhada ideologicamente com pautas de esquerda.

O programa mostra uma reunião de grandes líderes empresariais apoiando a candidatura de Fernando Collor: o presidente da federação das indústrias de São Paulo, o presidente da bolsa de valores de São Paulo, o presidente da sociedade rural brasileira e o presidente da associação comercial de São Paulo. Demonstrando que o candidato da oposição é associado ao capitalismo⁵⁹ e, portanto, distante dos trabalhadores.

⁵⁸ O **socialismo** é uma doutrina política e econômica que surgiu entre o fim do século XVIII e a primeira metade do século XIX, no contexto da Primeira Revolução Industrial. Baseada sobretudo no princípio de igualdade, a corrente socialista emergiu como uma forma de repensar o sistema capitalista que vigorava na época. De uma forma geral, quando falamos em socialismo frequentemente associamos o termo à corrente marxista, mas essa não é a única forma de socialismo existente.

Disponível em: <https://www.politize.com.br/socialismo-o-que-e/>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

⁵⁹ O sistema capitalista é adotado em quase todo o mundo e começa a dar seus primeiros sinais de existência no século XV, com o enfraquecimento do sistema feudal. Apesar de nos referirmos ao capitalismo como um sistema econômico, é fundamental ter em mente que o modo de produção vai interferir diretamente em aspectos políticos, sociais e econômicos, ou seja, o sistema vai influenciar na organização de todos os aspectos de uma sociedade. Disponível em: https://www.politize.com.br/sistema-capitalista-origem/?https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KCQjwzLCVBhD3ARIsAPKYTcQ7RN3TlwMMfwBh7auYHDxjkzU9cBs6atvWHqRBpt2cRbw0hL8tFglaAlt_EALw_wcB. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

Por fim, termina dizendo que o candidato do povo brasileiro é Luiz Inácio Lula da Silva. A partir dessa última frase, o programa deixa claro sua crítica ao setor empresarial e coloca Fernando Collor em posição de distanciamento do eleitorado trabalhador.

05 de dezembro de 1989

O programa inicia com a paródia da vinheta da Rede Globo, intitulada “Rede Povo”, com o bordão “aqui você vê o que não vê na outra TV”. Após, são mostradas imagens da reunião entre o candidato e Leonel Brizola. A partir das alianças asseguradas no segundo turno, o apoio de Leonel Brizola era fundamental a qualquer candidato, pois ele foi o terceiro colocado no processo eleitoral com 16,57% dos votos.

Na entrevista, Luiz Inácio Lula da Silva defende um país pluripartidário e que fará um programa de governo para salvar o país. Leonel Brizola afirma que a posição do seu partido é de alinhamento com a candidatura do candidato após a realização do primeiro debate do segundo turno. Os dois levantam os braços e dão as mãos. A cena de confraternização entre Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola simboliza a união de dois líderes de seus partidos políticos, ambos identificados como partidos de esquerda e defensores de pautas sociais. A imagem a seguir ilustra o apoio de Leonel Brizola e de Mário Covas ao candidato Lula no segundo turno.

Imagem 3 – Covas, Lula e Brizola



Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/deutschewelle/2018/07/30/os-ecos-de-1989-na-eleicao-de-2018.htm>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

Em seguida, o programa mostra cenas do primeiro debate do segundo turno. Nela, o jornalista Luiz Fernando Emediato acusa Fernando Collor de agredir verbalmente seus opositores, mostrando a foto da manchete do jornal Folha de São Paulo, onde o candidato grita e mostra o punho. Em contrapartida, o programa mostra um trecho do debate em que Luiz Inácio Lula da Silva afirma que seu adversário sairá do debate sendo chamado de Pinóquio por mentir tantas vezes. Entrevistas realizadas com os espectadores do debate elegem Luiz Inácio Lula da Silva como vencedor do debate. O programa procurou explorar a participação do candidato no debate para fortalecer sua candidatura e mostrar o adversário como despreparado e desequilibrado para governar o país.

Na sequência, o programa mostra imagens da trajetória política de Lula, iniciando por 1979, nas greves organizadas por causa do arrocho salarial. Enquanto isso, Fernando Collor ganha a prefeitura de Alagoas. Em 1980, Lula foi preso pela organização das greves como líder sindical, enquanto o adversário estava empregado na TV Gazeta, associada à Rede Globo e que apoiava a ditadura civil-militar. O programa põe o eleitor a refletir em quem realmente defende os trabalhadores. O uso da comparação do passado político associa o adversário à ditadura civil-militar e a grande mídia.

O programa mostra imagens realizadas em um comício em Florianópolis, onde Luiz Inácio Lula da Silva e o candidato a vice-presidente, Bisol, aparecem juntos no palanque.

O locutor destaca a importância da militância dos partidos que fazem parte da Frente Brasil Popular no comício realizado. Por fim, o programa termina com diversos atores, atrizes, cantoras e cantores brasileiros cantando o *jingle* do candidato Lula: *Lula lá, brilha uma estrela / Lula lá, cresce a esperança / Lula lá, o Brasil criança / Na alegria de se abraçar*. Diversos artistas fizeram parte da gravação do *jingle*⁶⁰:

A estrofe faz parte do *jingle* de Luiz Inácio Lula da Silva também nas eleições de 1989. Na época, a música chegou a ser gravada por um enorme time de artistas composto por Marieta Severo, Caetano Veloso, Lucélia Santos, Gal Costa, Chico Buarque, José Mayer, Cláudia Abreu, Malu Mader, Betty Faria, Aracy Balabanian, Beth Carvalho, Elba Ramalho, Adriana Esteves e Gilberto Gil. Por essas e outras, ela é considerada ainda hoje uma das campanhas políticas mais aderidas por personalidades das artes no País.

⁶⁰ Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/lembra-veja-quem-os-artistas-apoiaram-em-eleicoes-passadas,c33cfd7c6bb38410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

A participação de artistas e pessoas reconhecidas pelo público brasileiro atestam que esses grupos sociais diversos apoiavam a candidatura de Lula, ao mesmo tempo, que tornava a campanha ampla e aderida por muitos brasileiros.⁶¹

13 de dezembro de 1989

Assim como anteriormente, o programa inicia com a paródia da vinheta da Rede Globo, intitulada “Rede Povo”, com o bordão “aqui você vê o que não vê na outra TV”. O programa mostra uma manchete jornalística com o depoimento de uma ex-assessora de Fernando Collor. Na entrevista, ela confessa ter pagado dinheiro para Miriam Cordeiro participar do programa do adversário e realizar uma falsa denúncia contra o candidato. Luiz Inácio Lula da Silva aparece no programa com sua filha, Lurian. O candidato diz que foi surpreendido com a denúncia de Miriam Cordeiro, pois não esperava que o debate entre ele e seu adversário chegasse a um nível baixo. Respondendo a denúncia de sua ex-namorada, alega que o que importa para ele é o julgamento que sua filha faz dele, e não o de Miriam Cordeiro ou o candidato adversário.

A fala do candidato e a presença de sua filha durante o programa procuram tirar a legitimidade do depoimento de Miriam Cordeiro, assim como a manchete jornalística do início do programa. Assim como o programa de Fernando Collor utilizou boa parte de seu tempo de propaganda para denunciar o adversário, Luiz Inácio Lula da Silva usou o seu tempo para se defender.

Imagem 4 – Lula com sua filha Lurian no Programa Eleitoral

⁶¹ Em 2022 no lançamento da campanha eleitoral do candidato Lula à presidência da república, a música da campanha de 1989 foi atualizada.



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=ZaBS2umaYnc&list=PLY283wbHUcn8wxxSyZBQP7EcEb_OXSNd&index=7. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

Miguel Arraes, então governador de Pernambuco, afirma em entrevista que a escolha de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da República trará tranquilidade ao país, pois o candidato tem poder de negociação e faz parte do povo. Leonel Brizola, terceiro colocado no primeiro turno da eleição, usou parte do programa para fazer uma comparação entre a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva com a situação política da Austrália na década de 1980. Afirma que no país da Oceania existia um “capitalismo selvagem” como no Brasil, situação que mudou quando foi eleito um candidato do partido trabalhista, que promoveu mudanças no modelo econômico e na distribuição de renda, influenciando o desenvolvimento do padrão de vida e o nível de educação do país. A partir do exemplo, afirma que é possível sim um sindicalista ser eleito e promover um processo de transformação no país, com justiça social. As contribuições de Miguel Arraes e Leonel Brizola procuram aproximar o candidato com os eleitores a partir de sua origem trabalhadora.

Luiz Inácio Lula da Silva aparece no programa vestindo um terno preto, camisa branca e gravata vermelha. O candidato ressalta a importância da volta do voto direto para presidente da República após 30 anos, sendo resultado de muita luta. Posiciona-se a favor da população, juntamente com os partidos aliados da Frente Brasil Popular e afirma que Fernando Collor possui ligações com os candidatos conservadores e liberais do primeiro turno. Como finalização de seu programa, Luiz Inácio Lula da Silva culpa os banqueiros e grandes latifundiários pela

situação da inflação do país. Como solução para o arrocho salarial causado pela inflação, o candidato promete atacar os grandes lucros para aumentar os salários. Dessa forma, Luiz Inácio Lula da Silva deixa claro seu posicionamento a favor de uma intervenção estatal direta nas grandes fortunas para melhorar a condição de vida dos trabalhadores.

3.2 PROGRAMAS ELEITORAIS DE 2018

A campanha eleitoral de 2018 ocorreu em cenário tumultuado politicamente, resultado de contextos políticos marcados pela polarização de dois projetos distintos, um tendendo a ideologia conservadora e outro reafirmando propostas de cunho social.

O entendimento dessa polarização pode ser percebido sob vários ângulos e movimentos que perpassam a sociedade brasileira. Busca-se sinalizar alguns processos internos desde 2013. Naquele o país estava sendo governado pela política desenvolvida desde o resultado eleitoral de 2002, o governo da presidente Dilma Rousseff sinalizava a manutenção de programas sociais e compromissos assumidos desde sua eleição em 2010. Para Bastos, uma das questões geradoras da crise de governabilidade da presidente, está associada à área econômica (2017, p. 3-4):

O objetivo do governo Rousseff era imenso: eliminar o rentismo com a dívida pública como meio sistemático de acumulação de capital (uma forma essencial de ganhar e, assim, forçar a ampliação do investimento produtivo e em infraestrutura. A ação, contudo, foi precedida por políticas austeras que reforçaram a desaceleração cíclica e, depois, não foi acompanhada de uma ampla campanha pública pela hegemonia da interpretação técnica e convencional da questão perante a opinião pública. Isso permitiu que o poder estrutural do capital financeiro se reafirmasse, apresentando-se como meramente técnico e não como profundamente político, inclusive usando o controle dos meios de comunicação para taxar o governo de “irresponsável tecnicamente” e “politicamente populista”.

Assim, ocorreu o descontentamento de setores ligados à denominada elite econômica brasileira, que passaram a apoiar o impeachment da presidente. O autor associa a crise e os movimentos sociais (como o de 2013, que reivindicava a diminuição do valor da passagem de ônibus em R\$ 0,20) por serem responsáveis a motivar outros movimentos contrários ao governo Dilma (p. 4):

Ao mesmo tempo, os conflitos sociais se ampliavam de um modo que o governo não conseguia controlar, o que dificultava a conciliação de interesses entre classes. No plano da relação capital-trabalho, ganhos salariais propiciados pela redução do desemprego e pelo ativismo sindical manifesto no crescimento do número de greves vitoriosas eram objeto de reclamação empresarial crescente. No plano da relação entre Estado e movimentos populares, a pressão por bens públicos e direitos sociais manifesta, por exemplo, nas jornadas de junho de 2013, empurrava uma agenda de

reivindicações de gasto público que dificilmente poderia ser atendida sem aumento da dívida pública, pressão “populista” para redução da taxa de juros e/ou uma reforma tributária que eliminasse privilégios empresariais.

O cenário político institucional foi agravado pela dificuldade em conciliar interesses diversos; empresários e movimentos sociais. É importante lembrar que, em março de 2013, a aprovação do governo de Dilma Rousseff pelos brasileiros era de 63%⁶²: “O governo de Dilma Rousseff teve a aprovação de 63% dos brasileiros, de acordo com a pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com o Ibope divulgada nesta terça-feira (19) em Brasília”.

Estudos recentes têm se dedicado a refletir sobre o processo de impeachment da presidente, e, é incontestável que vários foram os fatores, menciona-se apenas dois cenários com o objetivo de contextualizar, mesmo que de forma breve, o contexto que antecedeu o pleito de 2018. Lembrar sobre elogios feitos pelo então deputado federal Jair Bolsonaro a um dos torturadores da ditadura civil militar, também possibilita refletir sobre o contexto, assim a Revista Cult publicou:⁶³

Em abril de 2016, na Câmara dos Deputados, o então deputado federal do PSC fez o seguinte pronunciamento ao votar a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff: “Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história pela forma como conduziu os trabalhos nessa casa: parabéns, presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora, em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve (sic), contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o terror de Dilma Rousseff, pelas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, por Deus acima de todos”

A repercussão de falas similares permitiu que setores conservadores da sociedade brasileira, passassem a se associar à candidatura do deputado, em 2018. A eleição de 2018 apresentou uma peculiaridade advinda da escolha do candidato do partido dos trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores anunciou em 11 de setembro de 2018 Fernando Haddad como candidato no lugar de Lula. O ex-presidente foi preso em abril de 2018, acusado de receber um triplex em Guarujá (SP) como propina dissimulada da construtora OAS para favorecer a empresa em contratos com a Petrobrás.

⁶² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

⁶³ Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/bolsonaro-ustra-e-a-naturalizacao-da-barbarie/>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

3.2.1 Bolsonaro⁶⁴

12 de outubro de 2018

O programa mostra inicialmente imagens da Queda do Muro de Berlim definida pelo locutor como “um marco do fim do comunismo” e da fundação do Foro de São Paulo, realizada menos de um ano depois, em julho de 1990, destacando as imagens onde aparecem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Foro de São Paulo é uma organização que reúne os principais partidos políticos dos países da América Latina. O programa define a organização como “um projeto de doutrinação e domínio político” e usa trechos de áudios em que Luiz Inácio Lula da Silva discursa durante uma reunião do Foro de São Paulo.

As cenas iniciais do programa deixam claro o posicionamento anticomunista do candidato Jair Bolsonaro. Associando a eventos do início da década de 1990, onde o país vivia uma nova experiência democrática após anos de censura e repressão, a escolha da Queda do Muro de Berlim e a fundação do Foro de São Paulo procuram colocar Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores como inimigos das liberdades de expressão, uma vez que, tanto o ex-presidente quanto o partido político defendem a ideologia comunista. Desta forma, reaparece um dos temas presentes na sociedade brasileira, a ameaça comunista, tema presente desde o advento da República e intensificado a partir da Revolução Russa, Chinesa e Cubana. O uso desse discurso, recorrente, reafirma a polarização de projetos governamentais e de uma das categorias presentes nas campanhas.

Mesmo sem clareza do que é o comunismo, muitos apoiam tal discurso por se verem ameaçados por um suposto estado comunista que lhes tirariam os direitos privados de propriedade. A partir disso, é importante lembrar que a Constituição Federal de 1988 destaca a defesa dos direitos civis, ou seja, as liberdades individuais, através do Art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

⁶⁴ De acordo com o site do CPDOC, Jair Messias Bolsonaro nasceu em Campinas (SP) no dia 21 de março de 1955, filho de Perci Geraldo Bolsonaro e de Olinda Bonturi Bolsonaro. Em 1977 concluiu o curso de formação de oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), localizada em Resende (RJ), e o curso de paraquedismo militar na Brigada Paraquedista do Rio de Janeiro. Seu primeiro cargo político foi como Vereador do Rio de Janeiro (1989-1990).

Segundo o locutor, o Brasil se encontra em uma crise moral, ética e financeira, onde a corrupção, violência e desemprego predominam no país. O programa destaca o vermelho na tela, com o locutor dizendo que “o vermelho jamais foi de esperança, e sim de um sinal de alerta para o que não queremos”. Nesse contexto, a cor seria uma analogia tanto para o Partido dos Trabalhadores quanto para o comunismo. Entrevistados, alguns eleitores afirmam que, se eleito, o candidato Fernando Haddad será comandado por Luiz Inácio Lula da Silva. Fechando a primeira parte do programa, o locutor proclama o bordão da campanha de Jair Bolsonaro: “nossa bandeira é verde e amarela e nosso partido é o Brasil”. Assim como Fernando Collor em 1989, percebe-se que o verde-amarelismo está presente como símbolo do nacionalismo.

No segundo momento, o programa mostra imagens de comícios realizados com o candidato. O locutor afirma que o sentimento pela campanha é de gratidão a Deus pela votação no primeiro turno e ao candidato, por ter sobrevivido a tentativa de homicídio no primeiro turno. O programa mostra a trajetória pessoal e política do candidato, falando sobre sua carreira militar e seus filhos, com destaque para a mais nova, Laura. O candidato fala do processo do nascimento de Laura, revertendo seu processo de vasectomia. Bolsonaro faz seu relato de maneira emocionada.

Os elementos presentes procuram colocar Jair Bolsonaro como um líder cristão, através do agradecimento a Deus. Em artigo que analisa a relação entre evangélicos e pleito eleitoral no Rio de Janeiro em 2002, Bohn, apresenta que (2004, p. 330):

Perguntados se gostam de algum partido, a maioria entre os católicos, kardecistas, candomblecistas e umbandistas respondeu positivamente. Entre esses três grupos, as porcentagens são bastante similares. Novamente os evangélicos e as pessoas sem religião são os que menos dizem gostar de algum partido político.

O crescimento de evangélicos e de outras religiões no país, atesta que esse eleitorado carece de representatividade, assim Jair Messias Bolsonaro, acabou por identificar sua candidatura com esses eleitores. Em 2016, o candidato foi batizado novamente, o que garantiu sua aproximação simbólica com os evangélicos⁶⁵:

Casado com uma evangélica, o militar da reserva viajou a Israel em 2016 e deixou-se batizar, nas águas do Rio Jordão, por Everaldo Dias Pereira, pastor da Assembleia de Deus e presidente do Partido Social Cristão (PSC). Cacifou-se entre os fiéis, garantiu doutrinação eleitoral durante os cultos e ganhou cobertura amiga dos veículos de comunicação ligados às igrejas.

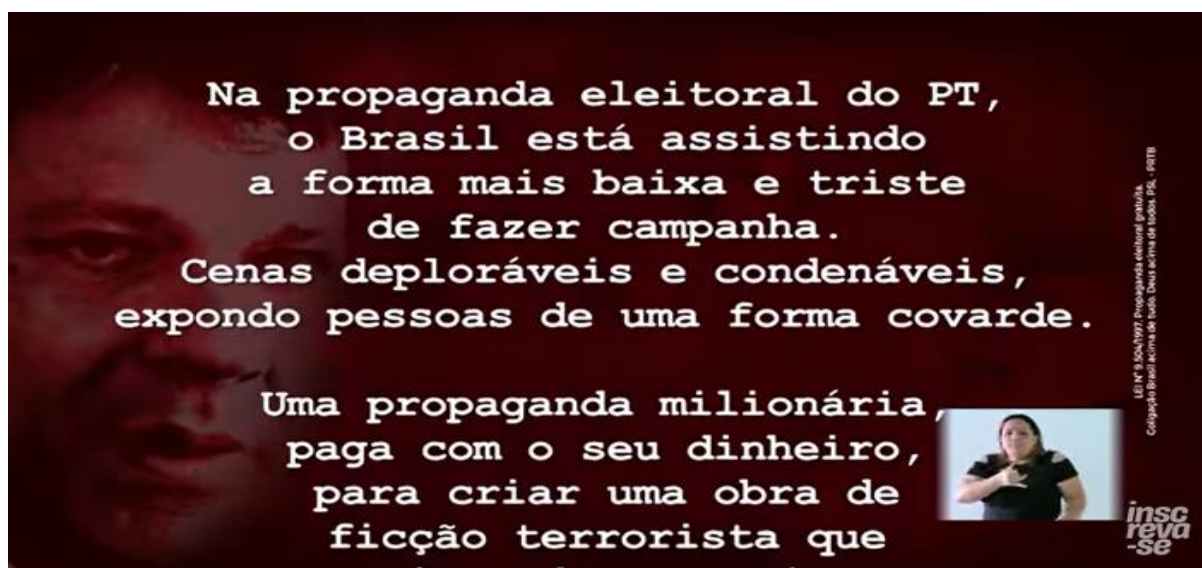
⁶⁵ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/11/novo-batismo-deu-impulso-a-ligacao-de-bolsonaro-com-os-evangelicos-cjo0m3ed50axn01pi6b3nd76w.html>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

Além de cristão, o candidato é colocado como um político experiente, uma vez que o programa destaca sua trajetória como deputado federal. A escolha de falar sobre sua filha Laura mostra o candidato como um pai dedicado e presente na vida da filha, além de ser extremamente preocupado com sua família. Esses elementos procuram engajar o eleitorado mais conservador, que defendem a família constituída por um pai, esposa e filhos, modelo oriundo da sociedade patriarcal que desde o período colonial se estabeleceu no Brasil.

17 de outubro de 2018

O programa passa um texto com letras brancas e com fundo vermelho. Neste fundo vermelho, há uma foto de Fernando Haddad na parte esquerda. O texto narrado pelo locutor diz que o Partido dos Trabalhadores fez uma propaganda mentirosa e covarde, financiada pelos cofres públicos. O fundo troca para a foto de Luiz Inácio Lula da Silva. O texto continua, e o locutor diz que a campanha adversária é um sinal de desespero, e que a campanha de Jair Bolsonaro é baseada em fatos.

Imagem 5 – Texto do programa de Jair Bolsonaro



Fonte: Folha. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vT0zJrMiaAs>. Acesso em: 28 de junho de 2022.

A partir desse momento, as cores do fundo mudam para um tom branco, e o texto aparece em verde. Fica visível a ideia de transformação, utilizando cores para chamar a atenção dos eleitores. O locutor define Jair Bolsonaro como um candidato honesto, independente e que

levará a esperança ao país. Por fim, o texto é finalizado com a frase: “meu partido é o Brasil, e o Brasil vai vencer o PT”.

Com algum tempo, se desenvolveu em parcela da população brasileira o denominado antipetismo. Em um artigo que analisa variáveis econômicas, de escolaridade, localização geográfica entre outras, Krause, Lameirão e Paiva⁶⁶ apontam que (2016, p. 665):

Tratando-se especificamente do antipetista, pode-se resumir o seu perfil como sendo um eleitor predominantemente de cor branca, de maior escolaridade, maior renda familiar mensal e de estratos sociais mais elevados. É um eleitor que tem preferência partidária pelo PSDB e, inclusive, possui uma aproximação ideológica com esse partido, pois se auto localiza na escala ideológica na posição de centro-direita a direita e identifica essa legenda como estando na mesma posição ideológica. Além disso, ele faz uma avaliação negativa do governo Dilma Rousseff (PT) e da economia do país. Cabe ressaltar, por fim, que o antipetismo é um fenômeno localizado predominantemente no Sudeste, principalmente, no estado de São Paulo.

Como o estudo aborda o período iniciado no século XXI e se estende até 2014, apresenta conceitos antipartidário e antipetista de forma diferente, mas que estão no contexto da eleição de 2018.

Na sequência, eleitores entrevistados mostram seu descontentamento com os programas do Partido dos Trabalhadores, descritos como apelativos e mentirosos. O texto exibido, juntamente com a narração do locutor, frisa o uso das cores vermelha para associar o Partido dos Trabalhadores ao “terror vermelho” e o verde para associar a Jair Bolsonaro ao nacionalismo. A candidatura de Fernando Haddad é ligada ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e, conseqüentemente, às acusações de corrupção. No momento em que o locutor diz que a campanha de Jair Bolsonaro é baseada em fatos, o discurso coloca o adversário em uma posição de enganador e deturpador.

Em sequência, o programa mostra uma apresentadora, uma mulher branca, jovem, usando um vestido branco e com o cenário de fundo com as cores verde, amarelo e azul. A apresentadora diz que o Brasil está quebrado pelas administrações corruptas e atrapalhadas do Partido dos Trabalhadores. Ela acusa os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff de negociarem com os presidentes de Cuba e Venezuela, causando afastamento de investidores estrangeiros. Finalizando seu discurso, a apresentadora diz que apenas com um presidente forte e capaz de enfrentar o sistema o Brasil poderá vivenciar outro momento.

⁶⁶ PAIVA, Denise; LAMEIRÃO, Adriana Paz; KRAUSE, Silvana; LAMEIRÃO, Adriana Paz. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 638-674, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912016223638>. Acesso em:

Imagem 6 – Apresentadora do programa de Jair Bolsonaro



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vT0zJrMiaAs&list=PLY283wbHUcn93xVIK5TMHc-IZMUcgslbb&index=2>. Acesso em: 10 de jan. de 2022.

Utilizando uma mulher como apresentadora no programa, há visivelmente a aproximação com o programa do seu opositor na edição anterior, ou seja, a necessidade de construir uma imagem positiva em relação ao gênero feminino, uma vez que em todo o país crescia as manifestações de mulheres contrárias ao candidato, cuja amostragem principal se deu através da campanha #Elenão.

Jair Bolsonaro aparece no programa sentado em uma cadeira de escritório e vestindo um terno preto com camisa branca. O candidato diz que está preparado para resolver o problema econômico do país, pretendendo desburocratizar a estrutura da economia brasileira e realizar comércio sem viés ideológico. O discurso de Jair Bolsonaro mostra que sua candidatura defende que a economia brasileira é uma das suas principais bandeiras como presidente da República, além de reforçar que não pretende fazer comércio com países de viés socialista, tal qual fizeram os ex-presidentes filiados ao Partido dos Trabalhadores. O apelo econômico é outro recorrente em campanhas eleitorais, pois em países com marcantes desigualdades sociais, o tema atinge a todos, pois a sobrevivência passa pela possibilidade de adquirir condições de qualidade de vida, como lembra Brech no seu poema.

18 de outubro de 2018

O locutor inicia o programa relatando que o Partido dos Trabalhadores se encontra sempre do lado errado da História. Usando declarações de José Dirceu ministro-chefe da Casa Civil (2003-2005) durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, o programa acusa o ex-ministro de tentar enfraquecer a operação Lava-Jato⁶⁷, definida pelo locutor como a maior operação anticorrupção da história do mundo moderno. Assim, o programa procura colocar Fernando Haddad em um mesmo patamar de outros filiados ao Partido dos Trabalhadores, como se todos os membros do partido estivessem envolvidos em algum escândalo de corrupção. Novamente, a corrupção alça um dos temas principais da campanha.

Assim como no programa do dia anterior, a apresentadora aparece dizendo que o Brasil está quebrado pelas administrações do Partido dos Trabalhadores, que foram corruptas e fizeram negociações com países socialistas. Ela anuncia a decisão de Jair Bolsonaro em escolher Paulo Guedes⁶⁸ como seu futuro Ministro da Economia. O economista aparece em entrevista ao programa, afirmando que, caso eleito, o candidato Jair Bolsonaro distribuirá os recursos do Brasil para as áreas prioritárias, como a da educação e da saúde.

Novamente, a parte final do programa anterior é repetida. A apresentadora afirma que Jair Bolsonaro é um candidato forte e que é capaz de enfrentar o atual sistema político para levar o Brasil para a prosperidade. O candidato aparece na parte final do programa, dizendo-se preparado para a questão da economia do país, com foco na desburocratização e com comércio sem viés ideológico.

A escolha da menção da questão econômica no final do programa procura dar sustento à opinião do leitor a respeito do candidato. Como Jair Bolsonaro optou por não participar dos debates do segundo turno, tornou-se necessário afirmar por outras maneiras suas propostas para a economia brasileira.

⁶⁷ A Operação Lava Jato, uma das maiores iniciativas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história recente do Brasil, teve início em março de 2014. Na época, quatro organizações criminosas que teriam a participação de agentes públicos, empresários e doleiros passaram a ser investigadas perante a Justiça Federal em Curitiba. A operação apontou irregularidades na Petrobras, maior estatal do país, e contratos vultosos, como o da construção da usina nuclear Angra 3. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

⁶⁸ Paulo Roberto Nunes Guedes é Ministro da Economia. PhD em economia pela Universidade de Chicago. Foi professor da PUC-RJ, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/quem-e-quem>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

24 de outubro de 2018

O programa mostra os dados sobre a violência doméstica no país. A partir deles, aponta que, durante o governo de Lula e Dilma, os números de violência aumentaram, contradizendo o discurso do programa de Haddad sobre defesa das mulheres⁶⁹. Jair Bolsonaro aparece no programa, com terno preto e camisa branca. Faz uma fala direta com o público feminino, dizendo que o Partido dos Trabalhadores não cumpriu suas promessas para garantir a segurança das mulheres, e que como presidente da República, tornará as leis mais rígidas para punir os agressores.

O candidato relembra da eleição da deputada federal Joice Hasselmann⁷⁰, filiada ao PSL. A deputada afirma que “a esquerda” fez muitas críticas a Jair Bolsonaro pelo modo como falava das mulheres, mas que apoia o candidato para vencer o segundo turno da eleição. A deputada Dayane Pimentel diz que o candidato defende os valores fundamentais da família, dos cristãos, da ordem e da hierarquia. A família mencionada pela deputada seria a família tradicional, “formada pelo pai e mãe, unidos por matrimônio, e por um ou mais filhos, compondo uma família nuclear ou elementar”⁷¹.

A apresentadora diz que as mulheres brasileiras lutam por respeito e oportunidade em todos os setores da sociedade. Ela cita o apoio de Eliana Calmon, primeira juíza a fazer parte do Supremo Tribunal de Justiça. Eliana Calmon⁷² mostra-se horrorizada com a proposta de reforma do sistema judiciário⁷³ do programa de Fernando Haddad e demonstra apoio ao candidato Jair Bolsonaro por defender o combate à corrupção. Por fim, o programa mostra o

⁶⁹ Lei Maria da Penha (lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006). De acordo com o Art. 1º, “esta lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da constituição federal, da convenção sobre a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher”.

⁷⁰ De acordo com o site do CPDOC, *Joice Cristina Hasselmann* nasceu em Ponta Grossa (PR) no dia 29 de Janeiro de 1978. Entre 2006 e 2012, foi diretora de jornalismo e âncora do jornal matutino da *BandNews FM* de Curitiba. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joyce-cristina-hasselmann>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

⁷¹ Disponível em: <https://www.significados.com.br/familia/>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

⁷² Eliana Calmon Alves, nasceu em Salvador/BA, foi ministra do Supremo Tribunal de Justiça entre 1999 e 2013 e ministra do Supremo Tribunal Eleitoral entre 2008 e 2010. Disponível em: <https://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/institucional/memoria-institucional/eliana-calmon.htm>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

⁷³ O programa de governo que será apresentado na convenção do PT daqui duas semanas, irá propor uma reforma no Judiciário, com inclusão de mandatos para ministros de tribunais superiores e mudanças na composição do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho do Ministério Público, disse na sexta-feira, 20, o coordenador do programa, Fernando Haddad. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/eleicoes/noticias/programa-de-governo-do-pt-vai-propor-reforma-no-judiciario-16307833>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

relato de Dona Denize, que recebeu ajuda de Jair Bolsonaro para financiar os custos do tratamento de sua filha, em 1999.

Durante todo o programa, o discurso procurou desmoralizar os posicionamentos do candidato adversário em relação à defesa das mulheres. Com postura defensiva, os relatos das deputadas Joice Hasselmann e Dayane Pimentel procuram apresentar Jair Bolsonaro como um candidato que respeita as mulheres e defende valores conservadores. O discurso procura não só mostrar o candidato como politicamente favorável às pautas das mulheres, mas moralmente também, como pode ser observado na exibição do relato de Dona Denize, representada como uma mulher negra, de baixa renda e humilde no programa.

26 de outubro de 2018

O programa culpabiliza o Partido dos Trabalhadores pelo aumento no número dos casos de violência e de desempregados. Mostra um trecho da fala de Antônio Palocci no julgamento da Lava-Jato, onde diz que Luiz Inácio Lula da Silva tinha um total de 300 milhões de reais para realizar sua campanha eleitoral⁷⁴. O locutor diz que o Partido dos Trabalhadores foi responsável pelos dois maiores escândalos de corrupção da História: Mensalão e Lava-Jato. Além disso, culpabiliza o partido pela gestão de Michel Temer, onde foi feito um estrago na história do país.

Ao citar Michel Temer, o programa aponta que não houve um real rompimento com a gestão do Partido dos Trabalhadores, mesmo com o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Nesse caso, o problema da corrupção e da crise econômica ainda estariam associados ao então presidente.

O locutor coloca a responsabilidade em Fernando Haddad pela criação do “Kit Gay”, define o candidato como ateu e acusa-o de querer mudar a Constituição Federal, para poder soltar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Da mesma maneira como em outros programas, o Partido dos Trabalhadores é culpado pelas obras públicas não finalizadas no Brasil e por direcionar o dinheiro público para financiar obras públicas em outros países.

⁷⁴ De acordo com o site G1, Antônio Palocci “acusou Lula de receber um pacote de propina que incluía o terreno do Instituto Lula, o sítio em Atibaia, palestras com cachê de cachê de R\$ 200 mil e mais R\$ 300 milhões para despesas pessoais de Lula e para campanhas do PT”. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/09/antonio-palocci-acusa-lula-de-receber-r-300-milhoes-para-campanha.html>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

A acusação de intervenção na Constituição Federal deslegitima a imagem de democrata no qual Fernando Haddad procurou explorar durante seus programas. Além disso, o programa também procura conseguir o voto dos cristãos conservadores ao associar o adversário ao ateísmo e a luta contra a homofobia.

Bolsonaro aparece no programa de terno preto e camisa branca. Relata sua decisão de se candidatar para presidente ainda em 2014 e falou sobre o desafio de concorrer ao cargo, sem apoio político e dinheiro. O candidato afirma que é necessário permanecer unidos e define-se como contrário ao que a candidatura adversária representa. Termina sua frase com o *slogan* de sua campanha: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Imagem 7 – Jair Bolsonaro fala o slogan de sua campanha durante o programa Eleitoral



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YrLHb1z-5To&list=PLY283wbHUcn93xVIK5TMHc-IZMUcgs1bb&index=5&t=1s>. Acesso em 20 de jun. de 2022.

A finalização de sua fala com o *slogan* de campanha reforça a ideia de enfatizar sua defesa de ideias nacionalistas e cristãos. A repetição do *slogan* tem função essencial para fazer com que o eleitor não esqueça sua fala. Manhanelli⁷⁵ (1992, p. 43) aponta a repetição constante de um mesmo conteúdo como uma estratégia fundamental para a memorização do eleitor.

⁷⁵ MANHANELLI, Carlos Augusto. **Eleição é guerra:** marketing para campanhas eleitorais. São Paulo: Summus, 1992.

3.2.2 Haddad⁷⁶

12 de outubro de 2018

O início do programa se dá destacando a apresentadora uma mulher adulta, negra, usando uma blusa amarela. Com olhar sério e fixo no centro da imagem, ela denuncia os atos de violência cometidos pelos eleitores do adversário. Entre eles, estão a morte de um mestre capoeirista que defendeu seu voto em Haddad. Alguns eleitores entrevistados afirmam que o atentado sofrido por Jair Bolsonaro no primeiro turno é resultado de sua postura violenta. Voltando às denúncias, o programa destaca dois eventos: a notícia em que uma jovem teve seu corpo com uma suástica nazista com um canivete por supostos eleitores de Jair Bolsonaro e a quebra da placa de Marielle Franco⁷⁷ por um deputado federal recém-eleito, filiado ao Partido Social Liberal, tal qual o adversário de Fernando Haddad.

A escolha de uma mulher como narradora busca a conexão do programa com o eleitorado, uma vez que, conforme mencionado anteriormente, as mulheres são a maior parte da população brasileira. É importante lembrar que Dilma Rousseff foi a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da República, usando a legenda do Partido dos Trabalhadores.

O primeiro momento do programa procura deslegitimar Jair Bolsonaro como candidato para presidente. Através dos relatos sobre defesa da violência e da postura de seus eleitores, a intenção é colocar o adversário como incapaz de governar o país de maneira diplomática. Dessa maneira, Jair Bolsonaro não conseguiria respeitar a democracia.

Fernando Haddad aparece no programa, usando terno preto e camisa branca. O candidato defende um país pacificado, com a garantia dos direitos de alimentação, saúde, educação, emprego e oportunidades para toda a população. O programa mostra a trajetória

⁷⁶ De acordo com o site do CPDOC, Fernando Haddad nasceu em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1963, Filho de Khalil Haddad e de Norma Thereza Goussain Haddad. Graduiu-se em direito em 1985, concluiu mestrado em economia em 1990 e doutorado em filosofia em 1996. Todas essas atividades foram realizadas na Universidade de São Paulo (USP). Exerceu a advocacia, e a partir de 1990 foi professor de ciência política na USP. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1983. Então envolvido com o movimento estudantil, foi eleito presidente do centro acadêmico de sua faculdade em 1985. Foi Ministro da Educação entre 2005 e 2012 e prefeito de São Paulo (2013-2016). Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/haddad-fernando>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

⁷⁷ Marielle Francisco da Silva, mais conhecida como Marielle Franco, foi uma vereadora do Rio de Janeiro assassinada aos 38 anos de idade em uma emboscada no centro da capital fluminense no dia 14 de março de 2018. Socióloga e ativista dos direitos humanos, foi presidente da Comissão da Mulher na Câmara do Rio e integrava a comissão que investigava os abusos das Forças Armadas e da polícia durante a intervenção federal na área da Segurança Pública do Estado. Até a publicação deste trabalho, o julgamento a respeito de sua morte não foi concluído. Disponível em: Fonte: <https://tudo-sobre.estadao.com.br/marielle-franco>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

política e pessoal do candidato, mostrando seus feitos como Ministro da Educação. O programa mostra o vídeo de um comício onde o ex-presidente Lula diz que ninguém é mais capacitado do que Fernando Haddad para fazer as transformações na área da educação. Em seu discurso, o candidato defende as políticas públicas e os deveres do Estado para o exercício da cidadania no país.

O programa mostra Fernando Haddad em outro momento, vestindo uma camisa bege. Ele agradece a Deus e aos eleitores pela campanha até o momento. Define sua campanha como democrática, pois a democracia é o melhor caminho para chegar à paz. Posiciona-se contra as *Fake News* divulgadas através do *WhatsApp*. Através da citação do verso “pátria mãe gentil”, do Hino Nacional Brasileiro, Fernando Haddad diz que uma nação necessita cuidar de seus filhos, dando oportunidade para todos. O programa divulga as propostas do Meu Emprego de Novo, Salário-Mínimo Forte, Ensino Médio Federal para diminuir o desemprego, aumentar o poder de compra da população, melhoria de estrutura em escolas e formação continuada aos professores. Essas propostas que dariam prosseguimento aos governos desenvolvidos por Lula e Dilma.

As falas de Fernando Haddad posicionam o candidato como um democrata que pensa em um país com menor desigualdade social, além de usar elementos nacionalistas ao citar o trecho do Hino Nacional Brasileiro e colocar-se como cristão ao mencionar o agradecimento a Deus. Considero importante mencionar que Fernando Haddad teve Manuela D’Ávila como candidata à vice-presidência.

17 de outubro de 2018

O programa inicia com a mesma apresentadora do programa anterior. Ela anuncia a ordem do Tribunal Superior Eleitoral de proibir o programa de Jair Bolsonaro de associar Fernando Haddad ao *Kit Gay*, no qual o adversário acusa o candidato de ter distribuído durante sua gestão como prefeito de São Paulo. A associação é voltada a postura de Bolsonaro de tornar imoral as ações dos governos anteriores. Como se colocava como defensor da moral e da família, sem explicar o que isso significa, associava a condição LGBTQIA+ de forma negativa. O uso de *Fake News* como essa foi constante na campanha eleitoral de 2018, a ponto de o STF e TSE precisarem repensar suas atuações, uma vez que a ampla utilização de mensagens falsas passou a preocupar.

O locutor do programa associa o adversário com a ditadura civil-militar, ao Coronel Brilhante Ustra e às práticas de tortura do período. Uma vítima das torturas feitas pelo Coronel apresenta seu relato. Jair Bolsonaro é definido como um candidato contra a democracia, favorável à morte de inocentes, e que incita seus apoiadores a cometerem atos de violência.

Nesses dois momentos, o programa procura novamente associar o adversário a uma postura antidemocrática e agressiva. Os trechos com imagens de Jair Bolsonaro mostram um homem grosseiro e mal-educado, com a intenção de colocá-lo como despreparado por sua postura rude. Em um dos vídeos exibidos o candidato afirma: “Através do voto, você não vai mudar nada nesse país. Você só vai mudar quando um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro. E fazendo um trabalho que o regime militar não fez: matando uns trinta mil. Se morrer alguns inocentes, tudo bem”.

A apresentadora volta ao programa enaltecendo os períodos em que o Partido dos Trabalhadores governou o país. Ela afirma que, mesmo com os erros cometidos durante a gestão, o Brasil teve um período próspero. Ressalta os avanços na área da economia, dos empregos, a valorização do salário-mínimo e da Petrobrás como empresa. Conforme Marques, Ugino e Ximenes⁷⁸ (2018, p. 543-544):

Pode-se dizer que as políticas sociais realizadas pelos governos Lula e Dilma, no campo da Seguridade Social, na implantação e desenvolvimento do Programa Bolsa Família, em relação ao salário-mínimo e na educação superior, apresentam um duplo caráter. De um lado, não há dúvida de que constituíram um avanço, melhorando as condições de vida e de reprodução das parcelas mais pobres do país. É isso que foi feito mediante o massivo BF e a valorização do salário-mínimo. Mas, de outro, nota-se que a via ou o instrumento eleito para que essa melhora ocorresse foi a renda ou o salário, mantendo-se, em geral, sem alteração as estruturas seculares que geram a pobreza e a desigualdade no país.

Os autores do artigo apontam através de análise de dados estatísticos que, embora os governos de Lula e Dilma tenham sido promissores com as políticas públicas desenvolvidas, também houve tentativas de agradar a outros interesses.

Fernando Haddad aparece no programa usando uma camisa azul. O candidato afirma que os brasileiros não são inferiores a ninguém, e pede uma nação com democracia e paz. Usa a frase “ditadura nunca mais, tortura nunca mais”, distanciando-se dos trechos exibidos com a fala do adversário. Afirma que sua campanha é baseada na ideia de “um livro numa mão, e a

⁷⁸ MARQUES, Rosa Maria; XIMENES, Salomão Barros; UGINO, Camila Kimie. Governos Lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 526-547, set. 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-35172018-2784>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

carteira de trabalho na outra”. Identifica-se como professor, finalizando que sua campanha é de uma representação para o Brasil.

O discurso do candidato apresenta elementos que procuram mostrá-lo como oposto ao adversário. A ação de se identificar como professor coloca-o como um profissional sério, paciente e como um homem estudioso. Pedindo uma nação com democracia e paz, Fernando Haddad posiciona-se como um candidato educado, diplomático e respeitoso. Esse posicionamento entra em conflito com a imagem representada por Jair Bolsonaro na parte inicial do programa.

Apresenta-se aqui a preocupação com a democracia, suas ameaças e fragilidades. A aproximação ocorre na campanha da TV através da fala, sempre pontual e não agressiva, dos gestos e da própria postura do candidato. Quanto à camisa azul, é presente na perspectiva da moda masculina que a camisa azul é acessório indispensável no guarda-roupa masculino. Mas também é perceptível o afastamento do uso das cores vermelhas na campanha, como mostra a imagem abaixo:

Imagem 8 – Foto de campanha de Fernando Haddad



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xhv24S19wfA>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

Conforme a jornalista Paloma Rodrigues, em reportagem para o site Poder360, a mudança de identidade visual tem caráter estratégico⁷⁹:

O candidato do PT, Fernando Haddad, está mesmo disposto a fazer 1 aceno ao Centro e alterou a identidade visual de sua campanha no 2º turno adotando o verde e amarelo. Na 1ª fase do pleito, as peças da propaganda eram baseadas no vermelho,

⁷⁹ Disponível em: <://www.poder360.com.br/eleicoes/haddad-tira-lula-e-usa-verde-e-amarelo-no-material-de-campanha/>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

cor tradicional utilizada pelos petistas. Haddad tem feito 1 esforço para agregar eleitorado para além da base petista.

Como sequência dos processos de campanha eleitoral, é comum os candidatos buscarem aproximações e apoios para sua eleição. Foi o que ocorreu, também, na campanha de Fernando Haddad.

18 de outubro de 2018

O programa repete o trecho exibido no dia anterior, referente à homenagem de Jair Bolsonaro ao Coronel Carlos Brilhante Ustra, e o relato da vítima de uma sessão de tortura feita pelo coronel. Na sequência, a apresentadora do programa questiona se o eleitor realmente conhece o adversário. Mostra o vídeo de Jair Bolsonaro fazendo continência para a bandeira norte-americana. Ela fala sobre Steve Bannon, ex-assessor do presidente Donald Trump, que foi chamado pelo filho do adversário, Eduardo Bolsonaro, para propagar *Fake News* durante a campanha eleitoral. Outro vídeo de Jair Bolsonaro é exibido, onde o candidato afirma que entregará as bases militares ao governo dos Estados Unidos.

Imagem 9 – Jair Bolsonaro falando sobre a proposta da Base de Alcântara



Fonte: YouTube: Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=4_M_zcRM4wA&list=PLY283wbHUcn93xVIK5TMHc-IZMUcgslbb&index=4. Acesso em: 20 de jan. de 2022.

Ao mostrar os trechos de vídeos de Jair Bolsonaro fazendo continência para a bandeira dos Estados Unidos e prometendo entregar a Base de Alcântara para os norte-americanos, o

programa procura enfraquecer a postura nacionalista do candidato do PSL. O outro trecho do vídeo dá ao candidato um posicionamento de entreguismo e submissão. Dessa forma, Jair Bolsonaro seria um candidato que não teria posicionamentos firmes para defender o Brasil. É evidente o alinhamento do candidato opositor ao capitalismo dos EUA, pois para ele e seus apoiadores aquele país é exemplo de progresso e de democracia.

Fernando Haddad aparece no programa, com camisa bege. Afirma que ama o Brasil e defende sua soberania, o lucro do pré-sal⁸⁰ para investimentos internos e o gás de cozinha como produto da cesta básica. O jingle do candidato toca, mostrando o candidato em comícios ao redor do país. O locutor chama o público para os atos a favor da democracia, marcados para o dia 24 de outubro. A fala de Fernando Haddad coloca-o como um candidato preocupado com o desenvolvimento do país. Sua proposta de direcionar os lucros obtidos pela extração do pré-sal para investimentos no país reforça seu posicionamento de manter a Petrobrás como uma empresa com participação estatal⁸¹, o que seria um contraponto ao adversário.

A finalização do programa com a defesa do investimento nas políticas públicas procura aproximar Fernando Haddad do eleitorado de menor renda. Além disso, o discurso do candidato alinha-se com a Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores, de 1º de maio de 1979: “O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos trabalhadores [...] que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política⁸².”

24 de outubro de 2018

A apresentadora começa o programa afirmando que Jair Bolsonaro não possui preparo para participar dos debates, e sua gestão como presidente será pior do que a atual, do então presidente Michel Temer.

⁸⁰ O pré-sal é uma sequência de rochas sedimentares formadas há mais de 100 milhões de anos, no espaço geográfico criado pela separação dos atuais continentes Americano e Africano – como a própria Petrobras explica. Aqui, a camada se estende ao longo de 800 quilômetros entre os estados do Espírito Santo e Santa Catarina abaixo do leito do nível do mar – a mais de 7 mil metros de profundidade. Disponível em: <https://www.politize.com.br/pre-sal/>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

⁸¹ Atualmente, a União possui 36,61% do total de ações da empresa, mas detém pouco mais de 50% dos papéis ordinários, que dão direito a voto, levando a um controle da estatal e sua política estratégica. Além do governo, há ainda acionistas minoritários estrangeiros e individuais nacionais. [...] A estatal também mantém programas de fomento em áreas como pesquisa científica, saúde, sustentabilidade e cultura. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/entenda-a-importancia-da-petrobras-para-a-economia-e-a-sociedade/>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

⁸² Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <https://pt.org.br/carta-de-principios-do-partido-dos-trabalhadores/>. Acesso em: 29 de jun. de 2022.

Imagem 10 – Apresentadora fazendo a comparação entre Michel Temer e Jair Bolsonaro



Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4_M_zcRM4wA&list=PLY283wbHUcn93xVIK5TMHc-IZMUcgslbb&index=4. Acesso em: 20 de jan. de 2022

A fala da apresentadora comparando o então presidente da República com o adversário tenta relacionar ambos às reformas trabalhistas, recorde de rejeição e alto desemprego que marcaram o governo Temer⁸³.

Segundo ela, o país não terá médicos, professores, moradia, apoio aos pobres e compaixão. Após, é exibido um trecho de vídeo onde o adversário se mostra favorável a entrega de setores para investidores norte-americanos. A apresentadora avisa que Jair Bolsonaro representa a velha política, lembrando o período da ditadura civil-militar. Por fim, ela pede ao eleitor para imaginar o país tal qual os governos do Partido dos Trabalhadores, antes do impeachment de Dilma Rousseff, feito por Eduardo Cunha e Michel Temer⁸⁴.

Ao ligar o governo de Michel Temer com Jair Bolsonaro, o programa acredita que o eleitor está insatisfeito com a gestão do então presidente desde o processo de impeachment de Dilma Rousseff. A partir disso, o país teria sido muito diferente no período anterior, nas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva e da própria Dilma Rousseff. As gestões dos ex-presidentes do

⁸³ Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/relembre-os-principais-momentos-do-governo-michel-temer-mes-a-mes.shtml>. Acesso em: 22 de jun. de 2022.

⁸⁴ Um mês após o resultado do segundo turno da eleição de 2018, o governo de Cuba anunciou sair do programa social Mais Médicos. Naquele período, os profissionais de Cuba eram responsáveis por 8.556 dos 16.707 médicos do programa. Disponível em: Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/11/14/cuba-decide-deixar-programa-mais-medicos-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

Partido dos Trabalhadores significam um investimento nas políticas públicas, bem como na defesa dos serviços públicos.

Fernando Haddad aparece no programa, vestindo uma camisa azul. Diz que tomará três medidas a partir do primeiro dia do mandato: aumento do salário-mínimo acima da inflação, reajuste do Bolsa Família em 20% e fixação do preço do gás de cozinha em 49 reais. O anúncio das medidas pelo candidato procura chamar a atenção da população de menor renda, que sofre mais com o aumento nos preços dos produtos básicos e que necessita dos programas sociais para conseguir garantir a renda para a família.

26 de outubro de 2018

A apresentadora aparece no programa dizendo que, no dia da exibição do programa, aconteceria o debate final entre os dois candidatos do segundo turno. Segundo ela, o debate foi cancelado porque Jair Bolsonaro defende ideias que desrespeitam os pobres. A fala da apresentadora coloca o adversário em uma oposição contrária aos interesses de menor poder financeiro e aproxima o candidato Fernando Haddad.

As críticas a Jair Bolsonaro continuam, ela afirma que o adversário, durante seus mandatos de deputado federal, votou contra os direitos da população e a favor de manter seus privilégios como político, sendo assim um representante da velha política. Além disso, a candidatura de Jair Bolsonaro representa os milionários, a violência e a incerteza. No discurso do programa, a vida política de Jair Bolsonaro é criticada tanto pela atuação do candidato como parlamentar quanto seus posicionamentos, procurando tirar do eleitor a visão de que ele seria um representante de uma política diferente.

Fernando Haddad aparece no programa com camisa azul. O candidato diz que os brasileiros desejam um governo sem a perda de seus direitos, com garantia de emprego e de oportunidades. Promete governar com honestidade, seriedade, coragem, respeito e zelo por todos os brasileiros. Agradece a Deus, sua família e seus apoiadores. Por fim, diz que acredita em um Brasil com inclusão social e da prevalência da democracia.

A fala de encerramento da campanha de Fernando Haddad reforça, mais uma vez, o posicionamento progressista do candidato ao defender as políticas públicas, os direitos sociais, a diminuição da desigualdade social e pleno emprego. Sua mensagem de manter a paz através de uma postura diplomática e serena procura colocá-lo como um candidato democrata, com postura de respeito e pronto para assumir o cargo de presidente da República.

4 – CIDADANIA, DEMOCRACIA E ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

A modalidade de mestrado profissional recomenda uma proposição de intervenção didática, para ambientes educacionais ou não, com o propósito de desenvolver uma função social do ensino de história. Nesse sentido, utilizo Cerri (2013, p. 38-39):

Para isso, é preciso considerar que a Didática da História é também uma área de produção de conhecimento, mas não como uma área aplicada, da qual a História seria uma espécie de “ciência básica”. O historiador, na reflexão didática como historiador, na pesquisa da Didática da História, também não significa pesquisar a História da Educação. Se alguém imaginasse que essa seria a única possibilidade de o historiador dedicar-se à educação, incorreria no equívoco de imaginar que o historiador apenas história, quando na verdade reflete teórica e didaticamente, e grande parte do seu trabalho é apresentar os resultados do seu trabalho para o público, seja ele de estudantes, formuladores de políticas, ou a opinião pública em geral. E essa parte do seu trabalho é também um campo próprio de reflexão teórica e de especialização, quando se trata de formação de novos historiadores.

Ao “apresentar seu trabalho para o público” o historiador pode fazê-lo de formas diversas. Nesse sentido, proponho um curso de extensão sobre democracia, cidadania e eleições presidenciais para estudantes do curso de licenciatura em história, bem como os profissionais que estão atuando na área, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, visando na contribuição para a formação de educadores, estudantes sobre temas denominados sensíveis, que emergiram das análises das campanhas eleitorais televisivas, utilizo Rüsen (2020, p. 17):

A Didática da História é a ciência da aprendizagem histórica. Seu objeto é a consciência histórica das pessoas como lócus dessa aprendizagem, seu formato, seu desenvolvimento e sua função na vida pessoal e na social dos alunos. Essa definição está mundialmente consagrada, pelo que se instalou igualmente um amplo debate sobre a consciência histórica.

Para a compreensão e efetivação do curso, a aproximação com o referencial da extensão da Universidade De Caxias Do Sul. No site institucional⁸⁵, foi imprescindível, a extensão é descrita como:

A extensão universitária visa socializar o conhecimento produzido na Universidade, ampliando os canais de interlocução da Instituição com a sociedade. Articulada com o ensino e a pesquisa, ela se concretiza através de cursos, ações, projetos, programas e serviços que, ao fazer a interface entre a universidade e a sociedade, estabelecem um diálogo permanente e articulado, do qual todos se beneficiam.

⁸⁵ Disponível em: https://sou.ucs.br/extensao/internas/programas_projetos. Acesso em: 01 de jul. de 2022.

O passo seguinte foi o contato com o setor de extensão da Universidade de Caxias do Sul para informações sobre os passos a serem seguidos a respeito das ofertas. Questionando o setor responsável sobre a viabilização da realização do curso nas dependências da universidade, sendo ofertado de maneira gratuita, tendo retorno positivo em relação à aplicação da proposta.

MODELO DE FICHA DE INSCRIÇÃO



Ainda Somos os Mesmos: Campanhas Eleitorais Presidenciais entre 1989 e 2018

Dias e horários: sábados, das 14h às 18h

Carga horária: 12 horas

A quem se destina: acadêmicos e profissionais de História.

Objetivos: promover um espaço de reflexão e debate sobre a crise da democracia liberal, tanto em âmbito nacional quanto na esfera internacional.

Docente(s): Arthur Fachini Maziero – UCS

Investimento: gratuito

Fonte: UCS (2022). Modelo: Autor (2022).

Para a averiguação positiva ou não da proposta, realizei algumas práticas propostas para o curso, com alunos do ensino médio.

A compreensão desses percursos reafirmou a opção pela modalidade de extensão, a qual proporciona também reflexões acerca da consciência histórica, a partir das questões provocadas por Rüsen (2020, p. 17):

Para engendrar tal atenção, algumas questões preliminares devem ser esclarecidas. Como a consciência histórica se relaciona com as condições sociais e políticas de seu contexto? Ou seja: 1) Como se relaciona ela e como ela está relacionada à situação em que se desenvolve e se torna oportunidade de processos de ensino e aprendizagem? e 2) Pertence também a essa situação, por certo, a importância da ciência da História como fator influente na respectiva cultura histórica?

Essas questões foram direcionando a dissertação considerando a necessidade de selecionar o público a quem seria ofertada o curso de extensão. Dessa forma os capítulos 2 e 3 atentaram à aproximação, uma vez que o capítulo 2 trata das eleições entre 1989 e 2018, e o capítulo 3 da análise do discurso e conteúdo (percebendo as questões de cidadania e democracia) das campanhas eleitorais em 1989 e 2018.

EXPERIÊNCIA DA APLICAÇÃO DO CURSO DE EXTENSÃO

Atuando como professor de ensino fundamental e ensino médio no Colégio São João Batista, de Caxias do Sul, foi possível aplicar parte do curso de extensão através dos conteúdos trabalhados com os alunos. No sexto ano, através do conteúdo sobre Grécia Antiga, foi trabalhado com os alunos sobre a questão da democracia durante aquele período e atualmente. O conteúdo foi visto com entusiasmo pelos alunos. Muitos já sabiam um pouco sobre a Grécia Antiga através de jogos e filmes, e outros por livros, como a série *Percy Jackson*. A série de livros conta uma história fictícia, utilizando elementos da mitologia grega, como os Deuses do Olimpo, além de criaturas como centauros, sátiros e górgonas.

Utilizando o exemplo dos deuses gregos, questionei se eles tinham conhecimento de algum deles. Foram mencionados: Zeus, Poseidon, Ares, Afrodite e Atena. Expliquei aos alunos que Atena era a deusa da sabedoria na Grécia Antiga, e que deu nome à capital: Atenas; também mencionei de Ares, deus da guerra, que era o deus de uma outra cidade importante: Esparta.

Iniciando o conteúdo, expliquei que Atenas e Esparta eram modelos de cidade-Estado. A cidade-Estado é uma região que possui um governo e leis próprias, tendo sua própria autonomia. Ela é chamada dessa forma porque é constituída de uma cidade delimitada de maneira geográfica. Para compreender como era cada modelo, expliquei da seguinte maneira:

- Atenas: formada por jônios, prevaleceu uma cultura filosófica, de valorização da arte, conhecimento e cultura; a Democracia foi a forma de governo que prevaleceu; sociedade com mobilidade social.
- Esparta: formada por aqueus; prevalecia uma cultura militar, voltada para a guerra, com a Oligarquia como forma de governo; sociedade hierarquizada.

Em Atenas, a participação política era possível apenas para um grupo específico de habitantes: para ser considerado um cidadão ateniense e participar dos debates, era necessário ser um homem livre, ter nascido em Atenas, ser filho de pai e mãe atenienses, ser descendente de jônios e ter mais de 18 anos de idade.

A partir desses critérios, os alunos foram questionados: os critérios para ser cidadão em Atenas atingiam toda a população? A cidadania, atualmente, inclui um grupo maior de pessoas? Por que é importante que os cidadãos participem da democracia? Com as respostas, os alunos observaram que a democracia sofreu alterações ao longo do tempo, ao mesmo tempo que compreenderam a importância da cidadania como direito essencial para nossa sociedade.

Além da participação dos cidadãos nos debates, foi destacado a preparação para a vida pública na cidade de Atenas. Como ser um cidadão era visto como importante e valorizado, os meninos eram educados desde cedo, de forma que quando tivessem idade suficiente para participar das reuniões, estivessem preparados para participar. Com esse comentário, perguntei aos alunos se hoje existe uma formação para a cidadania. Alguns alunos responderam que “sim, através da escola”, outros disseram que “sim, mas não como era em Atenas”. Logo, a turma chegou a um consenso que a formação para a cidadania também teve mudanças com o tempo.

No oitavo ano, o conteúdo da Revolução Francesa possibilitou conscientizar os alunos dos processos que deram origem ao atual formato de organização do Estado: a divisão dos três poderes, as leis regulamentadas através de uma Constituição e a defesa dos direitos civis, políticos e sociais. No Antigo Regime, a França vivia em uma monarquia absolutista, onde os setores da nobreza e do clero eram privilegiados, enquanto o restante da população, que na época consistia em 95% dos franceses, passava por situação de fome e pobreza. A Assembleia dos Estados Gerais (onde o clero era o primeiro Estado, a nobreza era o segundo Estado e os burgueses e camponeses o terceiro Estado) não foi suficiente para resolver as dificuldades da população, uma vez que cada Estado tinha direito a apenas um voto. Dessa forma, o primeiro e segundo Estados se uniam, o que fazia com que os interesses do terceiro Estado continuassem reprimidos.

Os membros do terceiro Estado formaram, então, a Assembleia Nacional Constituinte. A reunião tinha como objetivo elaborar uma constituição para a França. Através dela, foram promovidas diversas reformas políticas e sociais, como o fim dos privilégios dos membros do primeiro e segundo Estados e a revogação dos impostos obrigatórios ao clero. O principal documento elaborado foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que serviu de base para a Constituição Francesa.

Depois da introdução sobre a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, foram lidos alguns dos artigos da declaração:

Artigo 1º- Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum.
 Artigo 2º- O fim de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses Direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.
 Artigo 4º- A liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique outrem: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão os que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela Lei.
 Artigo 5º- A Lei não proíbe senão as ações prejudiciais à sociedade. Tudo aquilo que não pode ser impedido, e ninguém pode ser constrangido a fazer o que ela não ordene.

A seleção dos artigos teve como objetivo destacar a importância dos direitos imprescindíveis para os homens, bem como a função dos governantes para a população. Ao serem questionados sobre qual a relação entre a declaração e a sociedade atual, os alunos rapidamente fizeram a associação com a questão da cidadania.

A partir das conversas sobre o sufrágio, também foi trabalhado a questão da mudança de modelo político. Se anteriormente a França vivia sob uma monarquia absolutista, passou a ser uma república. Dessa forma, justificou-se o porquê de a Revolução Francesa ser a divisão entre a Idade Moderna e a Idade Contemporânea. Na Idade Contemporânea, na qual vivemos hoje, possuímos como legado da Revolução Francesa as bases da cidadania e democracia. Como exemplos, expliquei que os sistemas políticos democráticos se dividem da seguinte maneira:

- República Presidencialista, onde o chefe do governo e do Estado é o presidente, eleito pelo povo;
- República Parlamentarista, onde o chefe do governo e do Estado é o primeiro-ministro, eleito por membros do parlamento que foram escolhidos pelo povo;
- República Semipresidencialista, onde chefe do Estado é o presidente, que é eleito pelo povo; o chefe do governo é o primeiro-ministro, sendo eleito por membros do parlamento que foram escolhidos pelo povo, com a diferença que o presidente possui um poder maior sobre o parlamento;
- Monarquia Parlamentarista, onde o chefe do governo é o primeiro-ministro, eleito por membros do parlamento que foram escolhidos pelo povo, e o líder do Estado é o monarca (sendo rei ou rainha).

Quando questionados sobre exemplos de países em que cada sistema funciona, os alunos apontaram o Brasil como uma República Presidencialista, a Alemanha como uma República Parlamentarista e a Inglaterra como uma Monarquia Parlamentarista. Ao falar sobre a República Semipresidencialista, citei a França como um exemplo que ainda segue os mesmos modelos de governo atualmente.

Outra ideia debatida em sala de aula foi o conceito de “liberdade”. A liberdade é um dos principais pontos defendidos pelo iluminismo, estudado por eles no início do ano letivo. Porém, em um mundo onde a escravidão ainda vigorava de forma legal, é correto afirmar que a liberdade abrangia todas as pessoas? Por esse questionamento, voltamos ao ponto da cidadania: os escravos eram considerados cidadãos? Os alunos responderam: “não eram”.

Mencionando o conteúdo do Brasil Colônia, lembrei os alunos que os europeus não consideravam os indígenas nem os povos africanos como “civilizados”. Ou seja, se eles não são civilizados, não podem ser cidadãos. Esse pensamento durou quase quatro séculos no país, até a assinatura da Lei Áurea em 1888.

Novamente, os alunos foram questionados: se hoje as populações indígena e negra possuem seus direitos garantidos por lei, isso significa que não há mais diferença entre ambos e a população branca? Essa pergunta gerou tanto reações imediatas, quanto pensamentos sobre a sociedade atual. Muitos responderam: “mais ou menos”, com a justificativa de que “os direitos existem, mas nem sempre são cumpridos”.

A aplicação do produto também foi possível nas turmas de ensino médio. Na segunda série, através do conteúdo sobre República Velha, foi apresentado aos alunos os critérios para participar de eleições de acordo com a Constituição Federal de 1891: ser homem, alfabetizado, maior de 21 anos e não podendo exercer funções militares ou religiosas.

Ao citar os requisitos, os alunos acreditaram que esse grupo era composto por 30% da população brasileira. Explicou-se que esse percentual era menor, uma vez que ser alfabetizado era um privilégio no período. Além disso, como o voto não era obrigatório, muitos não participavam dos pleitos.

Na terceira série, trabalhei o conteúdo de República Populista. Ressaltou-se que, pela primeira vez, as mulheres tiveram a possibilidade de escolher o presidente da República. Apesar de ser legalizado em 1932, a primeira eleição para presidente de forma direta depois da instituição da lei do sufrágio feminino aconteceu apenas em 1945.

Outro ponto comentado foi que o período da República Populista foi a primeira experiência democrática do país até então. Desde a Proclamação da República, tivemos sete

períodos: um monárquico e seis republicanos. Na Monarquia, o voto era censitário; na Primeira República, houve eleições, mas com constantes fraudes e uma política oligárquica; na Segunda República, houve eleições indiretas para presidente; a Terceira República foi a Ditadura do Estado Novo; a Quarta República, seria a República Populista, a mais democrática até então, mas que durou apenas 18 anos; a Quinta República foi a Ditadura Civil-Militar; por fim, a Sexta República começou em 1985 e dura até os dias de hoje.

Com a análise dos períodos, fiz a seguinte análise com os alunos: em duzentos anos de Brasil independente, tivemos apenas cinquenta e cinco anos democráticos. Ou seja, a democracia foi respeitada e assegurada em pouco mais de um quarto de toda nossa história. As reações dos alunos foram de choque e indignação. Por essa fala, enfatizou-se que vivemos hoje em um período privilegiado em relação a tantos outros, uma vez que temos nossas liberdades individuais e nossos direitos civis, políticos e sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988.

A partir do resultado positivo, a proposta reafirmou sua inserção como ferramenta importante aos professores das áreas das ciências humanas, pois, o resultado com participações, reflexões dos alunos possibilitaram a percepção de que a metodologia é assertiva. Para asseverar a proposta de extensão, utilizo Rüsen em sua defesa sobre a importância do Ensino de História (2020, p. 19):

A Didática da História possui três vertentes distintas: empírica, normativa e pragmática. Empiricamente, ela analisa os processos de ensino e aprendizagem da História. Normativamente, ela reflete os objetivos do conteúdo e da apropriação dos conhecimentos históricos. Pragmaticamente, ela elucida as competências do ensino de História e seus efeitos sobre a consciência histórica dos alunos. Nas três vertentes, a Didática da História, mediante investigação própria, produz entendimento, saber e competência para atuar (no ensino), característico da especificidade profissional do ensino de História.

Com a experimentação junto aos alunos do ensino fundamental, séries finais, as reflexões e questionamentos feitos pelos alunos sobre democracia, cidadania, eleições, sufrágio e legislação contribuíram para o desenvolvimento de sua consciência histórica, que, para o autor (p. 21):

Aprendizagem histórica é um processo mental, no qual o acontecimento humano do passado passa de dado externo a dado interno. Um diálogo nos quadrinhos “Peanuts” (Míndim) entre Charlie Brown e sua irmã Sally, pode exemplificar o que quero dizer aqui.

Assim, fazendo uso de temas que aparentemente não estão vinculados com a História do Brasil do Tempo Presente, as práticas realizadas junto aos alunos, aproveitando temas

anunciados pelo programa seriado, foram relacionadas entre o passado de outros povos com o Brasil atual, o que possibilitou maior significado ao ensino de história.

4.1 CURSO DE EXTENSÃO – AINDA SOMOS OS MESMOS: CAMPANHAS ELEITORAIS PRESIDENCIAIS ENTRE 1989 E 2018

O curso será dividido em três módulos e em cinco dias, sendo que cada módulo possui quatro horas. As leituras para cada encontro serão disponibilizadas para serem feitas antes dos encontros.

MÓDULO 1 – DEMOCRACIA

Primeiro dia: O primeiro dia é voltado para receber os alunos do curso, desejando boas-vindas. Caso se sintam à vontade, poderão fazer uma breve apresentação sobre si: qual a formação, se estão atuando na área e o que levou a optarem por fazer o curso. Depois do momento de interação entre os alunos, será apresentado a divisão dos módulos e dos conteúdos a serem trabalhados.

O primeiro assunto a ser trabalhado será a respeito da democracia. Ao escrever a palavra no quadro, será lembrado quais eram os princípios da democracia em sua origem, na Grécia Antiga. Ao revisar este assunto, pretendo verificar como os alunos reagem ao observar como a democracia funcionava naquele período. Para auxiliar na compreensão, será projetado uma imagem representativa das reuniões realizadas em Atenas para debates:

Imagem 11 – A Democracia Grega



Fonte: O que a democracia Grega desenvolveu no contexto histórico. Disponível em: <https://profclaudio.wordpress.com/2011/12/29/o-que-a-democracia-grega-desenvolveu-no-contexto-historico/>. Acesso em: 07 de jul. de 2022.

A partir da análise da imagem, os alunos serão instigados a responder às seguintes perguntas: o modelo de tomada de decisão, a partir dos debates realizados como na imagem, está muito distante de como compreendemos a democracia hoje? Vivemos em uma sociedade que permite o respeito e a compreensão para argumentar? O objetivo dos questionamentos é levar aos alunos a pensarem que não apenas o modelo de democracia como política sofreu alterações, mas também o exercício da mesma pelos indivíduos. Para complementação, serão exibidos alguns trechos da obra “A República”, de Platão:

- *“Em verdade, Céfalo, eu aprecio conversar com os velhos. Penso que devemos aprender com eles, pois são pessoas que nos antecederam num caminho que também iremos trilhar, para assim conhecermos como é: áspero e árduo ou tranquilo e cômodo.”*
- *“Pois, a meu ver, a democracia surge quando os pobres, tendo vencido os ricos, eliminam uns, expulsam outros e dividem por igual com os que ficam o governo e os cargos públicos.”*
- *“Na democracia, pelo contrário, é ela que governa quase com exclusividade. Os mais ousados do grupo falam e atuam. Os demais, sentados perto da tribuna, se intimidam e fecham a boca ao contraditor, de modo que, num tal governo, todos os assuntos são regulados por eles, com exceção de um pequeno número.”*

- *“A terceira classe é o povo, todos os que trabalham com as mãos e os que são estranhos aos negócios e não possuem quase nada. Numa democracia, esta classe é a mais numerosa e a mais poderosa quando está unida.”*

As frases acima permitem aos alunos pensarem sobre como funcionavam as ideias de um dos principais filósofos gregos. Para encerrar a primeira parte da aula, serão feitas duas discussões sobre a democracia grega: qual o principal objetivo do estabelecimento da democracia para Platão? Por que a ideia de democracia foi esquecida durante tantos séculos?

Na segunda parte da aula, será escrito no quadro a palavra “Iluminismo” para contextualizar a retomada da ideia de democracia. Nos contextos de Revolução Inglesa e Revolução Francesa, a utilização da razão permitiu aos pensadores do período não só resgatar a ideia de um modelo democrático, mas modernizá-lo. A partir disso, serão exibidos dois vídeos: “Boaventura de Sousa Santos - Democratizar a Democracia⁸⁶” e “Entrevista com Boaventura de Souza Santos⁸⁷”. A escolha dos vídeos do sociólogo português deve-se por seu destaque nos estudos de democracia participativa, direitos humanos, movimentos sociais, política, entre outros. Por fim, como leitura complementar da aula, disponibilizarei o arquivo “Comunicação e Democracia⁸⁸”, de Marilena Chauí.

Segundo dia: O início do segundo dia será de revisão dos assuntos vistos na última aula. Como ponto de partida, iniciarei com o Iluminismo na Revolução Francesa: o uso da razão, o distanciamento com as pautas religiosas e a luta pelo fim dos privilégios dos nobres. Conforme mencionado na aplicação parcial do produto, a Revolução Francesa tem um impacto significativo para a democracia contemporânea.

Uma das principais contribuições desse período foi a elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que contribuíram para construir as bases da Constituição Federal de 1988. Os artigos 1º, 2º, 4º e 5º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, citados anteriormente, serão lidos para os alunos, ao mesmo tempo que será projetada a imagem abaixo para contextualizar o período:

⁸⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A0IaPR7tESc>. Acesso em: 06 de jan. de 2022.

⁸⁷ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/563035-a-dificil-reinvencao-da-democracia-frente-ao-fascismo-social-entrevista-especial-com-boaventura-de-sousa-santos>. Acesso em: 06 de jan. de 2022.

⁸⁸ Disponível em: <https://fapcom.edu.br/revista/index.php/revista-paulus/article/view/21/34>. Acesso em: 12 de jan. de 2022.

Imagem 12 – Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão



Fonte: Declarações dos direitos do século XVIII. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/declaracoes-dos-direitos-seculo-xviii-avancos-limites/>. Acesso em: 07 de jul. de 2022.

Com a leitura dos artigos, os participantes serão motivados a responderem a seguinte pergunta: o que é democracia hoje? O que a constitui? As respostas serão colocadas no quadro, através da técnica de *brainstorming*⁸⁹. Escrevendo a palavra “democracia”, as respostas dos alunos complementarão o significado do termo, até chegar a um consenso.

Depois da socialização das ideias, a palavra “democracia” será dividida em dois conceitos: democracia representativa e democracia liberal. Utilizando Santos (2016), cada um dos termos será trabalhado, conforme a citação do primeiro capítulo da dissertação.

⁸⁹ O *brainstorming* (“tempestade de ideias”, em tradução literal) é uma técnica de ideação que tem como objetivo gerar um grande volume de novas ideias. A técnica se baseia em princípios como foco em quantidade, ausência de críticas às ideias e combinação de ideias. Disponível em: <https://www.euax.com.br/2018/09/brainstorming/>. Acesso em: 13 de jul. de 2022.

Para complementar a contextualização da Revolução Francesa e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, foram separados dois trechos do livro “Do Contrato Social” de Jean-Jacques Rousseau⁹⁰:

- *Assim, de qualquer forma que se considerem as coisas, o direito de escravidão é nulo, não somente porque é ilegítimo, mas por ser absurdo e não significar nada. Estas palavras, escravo e direito, são contraditórias, excluem-se mutuamente. Seja de um homem para outro homem, seja de um homem para um povo, esse discurso será sempre igualmente insensato: "Estabeleço contigo uma convenção ficando tudo a teu cargo e tudo em meu proveito, e eu a obedecerei enquanto me aprouver e tu obedecerás enquanto for do meu agrado".*
- *As opiniões de um povo nascem de sua constituição. Embora a lei não regulamente os costumes, é a legislação que os faz nascer; quando ela enfraquece, os costumes degeneram, mas então o julgamento dos censores não fará o que a força das leis não fez. Conclui-se daí que a censura só pode ser útil para conservar os costumes, jamais para restabelecê-los. Estabelecei censores durante o vigor das leis; tão logo elas se percam, tudo estará perdido, pois nada de legítimo terá ainda força quando as leis já não a tiverem.*

Com os trechos acima, os alunos serão provocados a refletirem a importância da questão da liberdade e das leis através de uma constituição naquele período. A questão da problematização da escravidão e da censura colocou o modelo absolutista como um empecilho no progresso da sociedade da época.

Como atividade do encontro, os alunos serão desafiados a escrever os dez artigos dos Direitos do Homem e do Cidadão de forma mais simples possível, de modo que eles possam levar a defesa dos direitos humanitários para que a linguagem seja acessível a qualquer público. Após a realização da atividade, os alunos que quiserem compartilhar com os demais sobre como escreveram cada item terão o espaço da aula para apresentarem.

MÓDULO 2 – CIDADANIA

⁹⁰ Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5066673/mod_resource/content/1/ROUSSEAU.%20Do%20Contrato%20Social-%20trechos%20selecionados.pdf. Acesso em: 18 de jul. de 2022.

Terceiro dia: O terceiro dia começa com a citação dos artigos mencionados na última aula da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. A partir dela, os alunos serão questionados: quem é o “homem” e quem é o “cidadão” no contexto do século XVIII e no contexto do século XXI? A ideia de universalidade para os dois contextos é a mesma? A pergunta sobre o conceito de cidadão servirá para iniciar o assunto sobre cidadania, ao mesmo tempo que dialoga com a democracia.

Após, serão exibidos dois vídeos sobre cidadania para aprofundar o assunto: “O QUE É CIDADANIA? | História e Política #5 | Historiar-se⁹¹” e “Sociologia – Cidadania⁹²”. Com o conteúdo do vídeo, os alunos serão motivados a se reunirem em grupos de cinco integrantes para elaborar dois mapas conceituais sobre os seguintes tópicos: um sobre a compreensão de democracia e cidadania no século XVIII, e outro sobre a compreensão no século XXI. Para cada grupo, será entregue uma folha de tamanho A3, canetas, lápis de cor, lápis e caneta.

Depois da realização da atividade, os alunos serão estimulados a apresentar para os outros grupos seus mapas conceituais: quais termos usaram, no que pensaram para fazer e o que perceberam de diferenças entre a elaboração dos dois mapas.

Após a apresentação, será mostrada a imagem abaixo, com o intuito de fazer os alunos refletirem sobre a relevância da substituição da Constituição de 1967 pela Constituição de 1988. Ao mencionar as duas, será escrito no quadro as palavras “promulgada” e “outorgada”, com o fim de diferenciar os dois termos quando falamos das constituições nacionais.

⁹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U6MHPdqiA3c>. Acesso em: 13 de jul. de 2022.

⁹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K0kX343CSkY>. Acesso em: 13 de jul. de 2022.

Imagem 13 – Assembleia Nacional Constituinte (1987 – 1988)



Fonte: Referência histórica de cidadania e direitos, Constituição brasileira completa 30 anos. Disponível em: <https://cnts.org.br/noticias/referencia-da-historica-de-cidadania-e-direitos-constituicao-brasileira-completa-30-anos/>. Acesso em: 07 de jul. de 2022.

Ao mostrar a imagem acima, pretendo levar os participantes do curso a relembrem este evento marcante da política nacional. Para finalização da aula, o livro “O que é Cidadania⁹³” de Maria de Lourdes Manzini-Covre será disponibilizado para leitura complementar sobre a questão dos direitos civis, políticos e sociais.

Quarto dia: Para retomar a questão da cidadania e Constituição Federal de 1988, vista na aula anterior, a pergunta inicial do encontro será: por que a atual Constituição Federal é conhecida como “Constituição Cidadã”? O que leva ela a ter esse título?

Caso algum aluno sinta-se confortável em compartilhar memórias sobre o período, será disponibilizado um espaço para compartilhar. A memória pode estar relacionada através de momentos com parentes, amigos, ou da participação direta no evento. Essa questão é trabalhada no recorte de tempo denominado Tempo Presente. De acordo com Fico (2012, p. 4-5):

Uma das principais peculiaridades da História do Tempo Presente é a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que buscam narrar e/ou explicar. Trata-se, talvez, da única particularidade que verdadeiramente distingue essa especialidade das demais, embora muitos autores tenham tentado destacar outras singularidades do ponto de vista metodológico ou mesmo teórico. De fato, a marca central da História do Tempo Presente – sua imbricação com a política – decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma

⁹³Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3896971/mod_resource/content/1/L.aula2_grupo5_O_que_e_cidadania.pdf. Acesso em: 13 de jul. de 2022.

temporalidade, que, por assim dizer, “não terminou”. Isso traz importantes consequências epistemológicas para o conhecimento que se deseja construir.

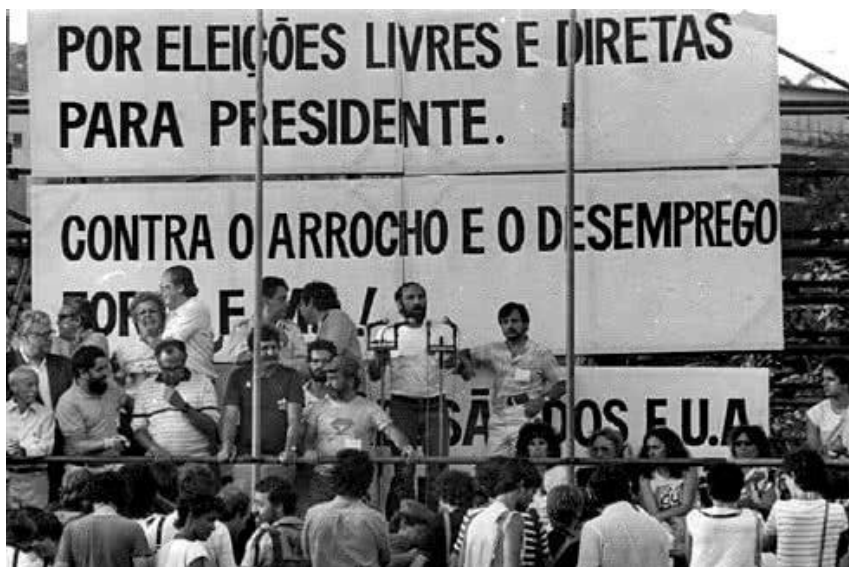
Sendo assim, pretendo comentar a respeito do Tempo Presente com os participantes do curso. Para os professores de História, será feita uma enquete: quantos alunos tiveram formação sobre o período do Tempo Presente no ensino superior? Se tiveram, até qual momento se deu o material da disciplina?

As respostas darão suporte para a continuidade da aula. Um dos termos mais citados sobre o Tempo Presente é a Redemocratização, período em que ocorreu a reabertura política no Brasil e deu fim à ditadura civil-militar. Baseado neste termo, os alunos serão instigados a problematizar a seguinte questão: quando falamos em redemocratizar, significa que o Brasil foi democrático antes do período da ditadura civil-militar? Com base na obra “Constituições do Brasil (1824-1988)” de Antônio Devechi, será colocado no quadro alguns dos principais pontos de cada constituição. Assim, é possível analisar se havia, de fato, um país democrático antes da década de 1980. O texto “Constituições Brasileiras⁹⁴” do site do Senado também será utilizado como recurso para reforçar as peculiaridades das cartas constitucionais.

Na segunda parte da aula, o assunto será sobre a década de 1980. Para iniciar o assunto, será exibida a imagem abaixo:

⁹⁴ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras>. Acesso em: 15 de jul. de 2022.

Imagem 14 – Manifestações das “Diretas Já” (1984)



Fonte: Redemocratização do Brasil. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/redemocratizacao-do-brasil/>. Acesso em: 07 de jul. de 2022.

Os participantes do curso serão instigados a lembrarem de qual momento histórico do país a imagem se relaciona. A frase “por eleições livres e diretas para presidente” dá ênfase na luta histórica do povo brasileiro pelo direito de escolher seu representante, uma vez que, naquele período, o último presidente eleito pelo voto popular havia sido Jânio Quadros, em 1960.

O texto adaptado do livro “Brasil – uma biografia⁹⁵” de Lilia Schwarcz e Heloisa M. Starling foi selecionado para contextualização da década de 1980, onde houve transformações políticas e econômicas no país (2016, p. 110-111):

- *“A crise econômica mundial provocada pelo choque dos preços do petróleo, nos anos 1970, desmascarou a natureza artificial e antipopular do “milagre” brasileiro. O crescimento estagnou e a inflação avançou com força total [...]. A sociedade recuperou seu acesso ao espaço público e as forças de oposição começaram a formar um arco de alianças para dar combate à ditadura. O núcleo aglutinador da aliança oposicionista era a exigência de regresso ao estado de direito e a reivindicação dos direitos de cidadania, e, dali em diante, as oposições iriam avançar persistentemente no rumo da retomada democrática — e não na direção do projeto de abertura controlada proposto pelos generais [...]. A cidadania*

⁹⁵ Disponível em: https://www.companhiadasletras.com.br/sala_professor/pdfs/CadernoAtividadesBrasil-umabiografia.pdf. Acesso em: 15 de jul. de 2022.

clamava por participação nos destinos do Brasil. Em janeiro de 1985, Tancredo Neves, ex-ministro da Justiça de Vargas e ex-governador de Minas Gerais, líder moderado da oposição à ditadura, foi eleito indiretamente pelo Congresso. Mas caiu doente e morreu no hospital antes de tomar posse. O vice-presidente eleito, José Sarney, da antiga Arena, assumiu em meio ao turbilhão de expectativas criadas pela autoproclamada Nova República. O governo Sarney foi uma grande decepção. A inflação, de início, controlada por um plano econômico baseado no congelamento de preços, voltou a explodir, dessa vez atingindo níveis astronômicos. Em contrapartida, a promulgação de uma nova Constituição em 1988 estabeleceu os princípios democráticos que ainda hoje sustentam nosso Estado de direito. Houve considerável ampliação dos direitos civis e fortalecimento de contrapesos democráticos como o Ministério Público”.

O texto serve como introdução ao cenário do país momentos antes da primeira eleição presidencial do país depois de quase trinta anos. Dessa forma, será possível introduzir o assunto do próximo módulo aos alunos de maneira que eles já estejam familiarizados com a questão eleitoral, política e social do Brasil.

MÓDULO 3 – ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Quinto dia: A última aula terá como foco as eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018. Para iniciar o assunto, será revisado as questões vistas no final da última aula. A partir disso, o início da aula se dará com a imagem abaixo sendo projetada para os alunos:

Imagem 15 – Presidente da Nova República 1955 até 2022



Fonte: Os presidentes da Nova República e a memória do golpe de 1964. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/https-www-cafehistoria-com-br-nova-republica-ditadura-militar-golpe-de-1964/>. Acesso em: 07 de julho de 2022.

A imagem dos presidentes serve como recurso para que os alunos observem os elementos presentes na imagem dos oito presidentes do período da Nova República. Elas também servem como resgate de memória: o momento da vitória nas eleições, a cerimônia de posse e os eventos mais marcantes de cada presidente. Assim, será iniciado o contexto dos pleitos que definiram os presidentes, através de vídeos.

Antes de exibir os vídeos sobre as eleições, será entregue uma folha de tamanho A4 para cada aluno, solicitando que façam uma tabela com as seguintes divisões: 1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018. Para cada divisão, os alunos deverão preencher quais palavras mais se destacam no material apresentado a seguir. Também serão entregues as tabelas e imagens usadas nos capítulos dois e três da dissertação para auxiliar na compreensão do assunto trabalhado.

Retomando a eleição de 1989, foram separados dois vídeos: um contendo a propaganda eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva (“Crítica à Nova República - Segundo programa de Lula - 2º turno, 1989⁹⁶”) e um contendo a de Fernando Collor (“Sem direita nem esquerda - Campanha de Fernando Collor para presidente, 1989⁹⁷”). Utilizarei o artigo “Voz ativa, destino

⁹⁶ Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=rXSNfknGqks&list=PLY283wbHUcn8wxxSyZBQP7EcE-b_OXSNd&index=2. Acesso em: 13 de jul. de 2022.

⁹⁷ Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=Bda2hEt8xPU&list=PLY283wbHUcn8wxxSyZBQP7EcE-b_OXSNd&index=1. Acesso em: 13 de jul. de 2022.

escolhido: as eleições de 1989⁹⁸” para dar ênfase na importância da eleição para o país no período.

Dando continuidade, para contextualizar a eleição de 1994, será lembrado sobre o impeachment de Fernando Collor e o início do Plano Real, aplicado durante o governo de Itamar Franco. O vídeo “Horário Eleitoral: Presidente Brasil (15/08/1994) TV⁹⁹” será exibido para os alunos, com o recorte dos trechos do minuto 1:15 até 12:35. O trecho mostra as propagandas dos principais candidatos do pleito, vencido por Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno. Como leitura complementar da eleição, será disponibilizado o texto “Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco¹⁰⁰”.

A respeito da eleição presidencial de 1998, considero importante mencionar a emenda da reeleição, que possibilitou ao então presidente tentar permanecer na presidência da República por mais quatro anos. Novamente, utilizei um vídeo contendo o HGPE do período para contextualização: “Horário Eleitoral Presidente/Dep. Federal SP 27.08.1998¹⁰¹” (utilizando dois trechos separados: do início do vídeo até o minuto 5:20; e após o minuto 11:55 até 23:45). Com o sucesso do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso consegue se reeleger.

Ao mencionar a eleição de 2002, busco destacar a mudança de discurso do candidato Luiz Inácio Lula da Silva em comparação com os anos anteriores, para que os alunos compreendam a relevância da fala “conciliadora” para que o presidenciável pudesse se eleger. O vídeo selecionado tem como título “Horário Eleitoral Presidencial 2002 2 Turno Lula x Serra¹⁰²”. O artigo “A eleição de 2002¹⁰³” auxiliará na contextualização do pleito.

Da mesma forma, apresento o vídeo “HGPE Presidente e Dep. Federal SP 31.08.2006 – Noite¹⁰⁴”; (com recorte dos trechos do minuto 2:30 até o minuto 12:40 e do minuto 17:00 até o minuto 24:15) para observar algumas mudanças e algumas permanências nas retóricas dos candidatos do Partido dos Trabalhadores e do Partido da Social-Democracia Brasileira,

⁹⁸ Disponível em: https://www.eeh2020.anpuh-rs.org.br/resources/anais/15/anpuh-rs-eeh2020/1596675436_ARQUIVO_0952ec3460d9750f4f79ede99b5da7aa.pdf. Acesso em: 14 de jul. de 2022.

⁹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0kUp0GUN2Cg>. Acesso em: 13 de jul. de 2022.

¹⁰⁰ Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IE*HMDM_MDA_60e3c_/v2n2a01.pdf. Acesso em: 13 de jul. de 2022.

¹⁰¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8pOYDljjQ4g>. Acesso em: 13 de jul. de 2022.

¹⁰² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OwMJhEe2sE0>. Acesso em: 13 de jul. de 2022.

¹⁰³ Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/PrCDsL5LptPxsBGYLjR8RTK/?lang=pt>. Acesso em: 13 de jul. de 2022.

¹⁰⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TNbQuUblzO0&t=1520s>. Acesso em: 13 de jul. de 2022.

destacadas também pelo artigo que será disponibilizado: “Revisitando algumas teses do passado: a eleição de 2006 e a disputa antagônica entre PT e PSDB¹⁰⁵”

Depois do sucesso do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o desafio era conseguir eleger seu sucessor. A escolhida foi Dilma Rousseff, que abordou os temas dos programas sociais e da aprovação do governo Lula em seus dois mandatos. Esses pontos estão presentes no artigo “A Eleição de Dilma em 2010 e seus Determinantes: Evidências Empíricas do Programa Bolsa Família¹⁰⁶”, que será entregue aos alunos. No caminho contrário, José Serra procurou argumentar sobre a inexperiência da adversária em cargos políticos. Esses elementos mostram-se presentes no vídeo “Horário Eleitoral Presidente/Dep. Federal SP 28.08.2010¹⁰⁷”, onde foram selecionados trechos do início até o minuto 10:38 e do trecho 14:48 até o minuto 22:05.

Na eleição de 2014, houve uma ruptura em relação aos pleitos anteriores. Depois de anos, as manifestações voltaram a ganhar força no cenário político a partir de 2013. No segundo turno, os partidos políticos se mantiveram: PT contra PSDB. O vídeo “Horário Eleitoral - Presidente - 1º Turno (02/10/2014)¹⁰⁸”, desde seu início até o minuto 16:05 mostram o lado de uma presidente tentando a reeleição contra o neto de um dos símbolos da abertura política, Tancredo Neves. A polarização política será complementada pelo texto “Eleição de 2014: “país dividido” e questão social¹⁰⁹”

Por fim, a eleição presidencial de 2018 mostra uma continuidade na instabilidade política, com elementos ainda mais marcantes: o *impeachment* de Dilma Rousseff, as reformas propostas por Michel Temer, o ódio ao Partido dos Trabalhadores, discursos autoritários e a defesa da democracia. A polarização política mostra-se em seu estado mais marcante desde a primeira eleição através do vídeo “Horário Eleitoral BR - 2º turno - candidatos à Presidência (26/10/2018)¹¹⁰”.

Como última atividade do curso de extensão, os alunos serão questionados a pensarem: qual o futuro das questões de cidadania e da democracia? A partir das respostas, os alunos se

¹⁰⁵ Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/3PmkNSxKmDFgB35ZFGw4shB/?lang=pt>. Acesso em: 13 de jul. de 2022.

¹⁰⁶ Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3954>. Acesso em: 14 de jul. de 2022.

¹⁰⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Kfv8n6TLnYs>. Acesso em: 13 de jul. de 2022.

¹⁰⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G4K3IgPzkPE>. Acesso em: 13 de jul. de 2022.

¹⁰⁹ Disponível em:

https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/6120/2014_reis_eleicao_2014_questao_social.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 de jul. de 2022.

¹¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N6zCD8amPX8>. Acesso em: 13 de jul. de 2022.

reunirão em trios para elaborar uma capa de jornal, em uma folha A3, com o resultado ideal para as eleições de 2022.

Com a proposta do curso de extensão, retomo a pergunta norteadora do estudo, mencionada no primeiro capítulo. No ano do bicentenário da Independência, é essencial trabalhar as compreensões de cidadania, democracia e eleições, uma vez que esses conceitos sofreram mudanças não só durante o período após o fim da ditadura civil-militar, mas durante todo o percurso da história nacional.

Assim, relembro o preâmbulo da Constituição Federal, escrito pelos congressistas que participaram de sua elaboração:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Assim, a cidadania e a democracia são temas essenciais para o Ensino de História, a fim de trabalhar a conscientização política e formação para perpetuar os princípios que a Constituição Federal defende.

5 - CONCLUSÃO

Ao longo do período conhecido como Nova República (1985 -), vivemos períodos de mudanças profundas se comparadas com o restante da história nacional. Como mencionado no primeiro capítulo, o contexto de “redemocratização” dos anos de 1980 fazia com que a população enxergasse o futuro do país de modo otimista, através de novos ares, uma vez que o poder de escolher seu representante voltava às mãos do eleitorado, e dessa vez, ainda maior: com a inclusão dos analfabetos e sendo obrigatório para aqueles entre 18 e 70 anos de idade.

A primeira eleição ocorreu justamente um ano após a promulgação da Constituição Federal. Sendo conhecida como “Constituição cidadã” é fruto de uma Assembleia Nacional Constituinte na qual seus membros foram eleitos democraticamente pelos brasileiros, era natural que o discurso dos candidatos não criticasse ou atacasse o projeto da Nova República e exaltasse a cidadania e a democracia.

Contudo, o contexto internacional do final dos anos 1980 também indicava o início de um novo período na História. A partir das políticas de Mikhail Gorbachev, conhecidas como *Perestroika* e *Glasnost*, a União Soviética, representante do sistema socialista durante a Guerra Fria, iniciava uma transição para a abertura política e econômica. Um dos grandes acontecimentos que marcaram seu fim foi a Queda do Muro de Berlim, iniciada em 9 de novembro de 1989, menos de uma semana antes da votação do primeiro turno da eleição presidencial no Brasil. O cenário era desfavorável a qualquer candidato que defendesse ideias socialistas.

No resultado do primeiro turno, o líder das pesquisas Fernando Collor (PRN) avançou com folga como primeiro colocado. Seu adversário foi definido com uma diferença de menos de 1%: o deputado federal Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O candidato petista, ao longo de sua campanha eleitoral no segundo turno, exaltou as lutas populares, como a campanha das *Diretas Já*, e apresentou propostas que diminuiriam a desigualdade social. Luiz Inácio Lula da Silva também frisou seu posicionamento a favor de uma intervenção estatal direta nas grandes fortunas para melhorar a condição de vida dos trabalhadores e comentou sobre a importância do voto direto após quase 30 anos. A partir de suas defesas, nota-se que o discurso do candidato se constitui de questões cidadãs, através da luta pelos direitos, e da questão democrática, com seu posicionamento favorável às manifestações e greves, ou seja, a liberdade de expressão.

O candidato Fernando Collor foi moldando seu discurso quando se sentiu ameaçado de perder o pleito para seu adversário. Aproveitando o contexto da Queda do Muro de Berlim, mencionou o velho “fantasma” do período antes da ditadura civil-militar: o comunismo como

ideologia perversa. Seus comentários procuraram associar Luiz Inácio Lula da Silva com o regime soviético e, a partir disso, defini-lo como “atrasado”. Seu discurso é menos agressivo que o do adversário, apresentando-se como conciliador, que recusa a definição “esquerda-direita”, define as manifestações populares como “baderna” e chama a população de “descamisados”. Fernando Collor teve postura de um candidato populista, que tenta agradar às massas e recusa rótulos de posicionamentos políticos. Repetiu diversas vezes o termo “Brasil novo”, elogiando o novo período que o país se encontrava, mas pouco falou sobre as questões de direitos da população e da Constituição Federal.

Na década de 2010, alguns países ao redor do mundo viram o avanço de candidaturas com posturas antidemocráticas. Discursos nacionalistas, xenofóbicos e com críticas aos direitos humanos ganharam força. Nos Estados Unidos e em países europeus como França, Inglaterra e Itália, candidatos que perpetuaram essas falas tiveram resultados eleitorais onde foram eleitos ou ganharam um número expressivo de votos. Enquanto isso, o Brasil encontrava-se num contexto totalmente diferente dos anos 1980. A instabilidade política pairava no país por cinco anos, desde 2013. Manifestações populares pedindo redução no preço do transporte público serviram de impulso para uma manifestação com intuito totalmente distinto. Críticas ao governo federal fizeram surgir grupos que pediam por mudança no modelo político, como no caso dos monarquistas, e até intervenção por parte das Forças Armadas. No ano seguinte, a eleição presidencial manteve a presidente Dilma Rousseff no cargo. Mas, pela primeira vez, o adversário não reconheceu a derrota nas urnas.

Um ano e meio após a eleição, a presidente sofre o processo de impeachment, o segundo ocorrido desde o início da Nova República. Sua saída não significou o fim da incerteza do futuro dos brasileiros. Até o pleito de 2018, o Congresso Nacional aprovou uma série de reformas que diminuíram os direitos adquiridos pela população, com a justificativa de melhorar o cenário econômico do país. Nesse meio, o deputado federal Jair Bolsonaro surge como possibilidade de representar um novo caminho para o país, com discursos críticos ao sistema político do país, e principalmente, ao Partido dos Trabalhadores. Em defesa das questões cidadãs e democráticas, o ex-prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad, participou do pleito em meio à campanha eleitoral do primeiro turno, uma vez que o candidato inicial, Luiz Inácio Lula da Silva, foi impedido de participar da eleição.

Jair Bolsonaro usa seu tempo de propaganda eleitoral para repetir a mesma retórica de Fernando Collor: associar o adversário com o “fantasma” comunista. A mudança vem do fato da definição de comunismo entre ambos: para Fernando Collor, o comunismo é atraso; para

Jair Bolsonaro, o comunismo é autoritário. Ou seja, segundo o candidato do PSL, seu adversário estaria representando uma ideologia que viria contra os princípios democráticos.

Fernando Haddad também acusou seu adversário de ter uma postura autoritária. Durante a exibição dos programas eleitorais, o candidato explorou o passado e o presente do adversário para associá-lo à ditadura civil-militar, mostrá-lo como intolerante com o público LGBTQIA+ e como um defensor da violência como método de disciplina e punição. O candidato, por sua vez, defende os programas de política pública, critica a perda de direitos durante o governo de Michel Temer e usa várias vezes a palavra “democracia” como símbolo de sua candidatura.

Analisando os dois contextos e as quatro candidaturas, percebe-se algumas semelhanças quanto à polarização. Tanto Fernando Collor quanto Jair Bolsonaro quiseram colocar seus adversários como comunistas. Para ambos, o comunismo não seria só antidemocrático, mas também uma ideologia falha: Fernando Collor discursou sobre a União Soviética e a Alemanha Oriental, enquanto Jair Bolsonaro falou sobre Cuba e Venezuela. A comparação feita pelos candidatos mostra o intuito de disseminar informações falsas sobre os governos dos países mencionados, uma vez que o comunismo nunca foi aplicado, de fato, em nenhum deles.

Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Haddad usaram seu tempo eleitoral para criticar as gestões de José Sarney e Michel Temer, respectivamente. Enquanto Luiz Inácio Lula da Silva afirma que José Sarney é culpado pelo fracasso do projeto da Nova República (referente a aprovação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira) e da inflação no período, Fernando Haddad diz que Michel Temer é responsável pela diminuição do poder de compra da população e da instabilidade política (através de um golpe contra a ex-presidente Dilma Rousseff). Ou seja: tanto José Sarney quanto Michel Temer são colocados como culpados pela crise econômica e pelos problemas políticos de seus respectivos períodos.

No entanto, com a conjuntura totalmente distinta da década de 1980, algumas mudanças são mais evidentes. Os candidatos do Partido dos Trabalhadores possuem discursos com características distintas nos dois pleitos analisados. Em 1989, o discurso do candidato Luiz Inácio Lula da Silva critica a classe empresária de maneira explícita, inclusive culpabilizando os “mais ricos” de serem responsáveis pela inflação do período. Com seu histórico sindicalista, o candidato usava uma camisa social amarela desbotada nas propagandas eleitorais, enquanto nos comícios sua roupa estava coberta de suor; muitas vezes, gritava no microfone para demonstrar sua indignação com a situação do país. Em 2018, Fernando Haddad tem a fala menos agressiva. Sua fala de maior impacto quanto à questão de divisão de classes foi a de que o adversário “odeia os pobres”. O ex-prefeito de São Paulo usou várias camisas sociais

diferentes durante os programas, e às vezes estava com a parte de cima do terno. Nos comícios, Fernando Haddad estava sempre muito bem arrumado.

Outra mudança em destaque é em relação às críticas entre adversários. Em 1989, Fernando Collor procurava acusar Luiz Inácio Lula da Silva de ser comunista, enquanto o candidato do Partido dos Trabalhadores devolvia a crítica afirmando que seu adversário defendia os interesses dos mais ricos. O debate foi, na maior parte do tempo, sobre os modelos econômicos a serem aplicados no país.

Contudo, em 2018, as críticas tiveram outro teor, Jair Bolsonaro insistiu na retórica de que o Partido dos Trabalhadores era composto por indivíduos corruptos. O principal alvo não foi o candidato, e sim o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Fernando Haddad, por sua vez, insistiu na associação do candidato com o apoio à ditadura civil-militar.

A conjuntura de 1989 não possibilitaria espaço para candidatos que apoiassem o período de repressão, muito recente na época. Porém, considero importante salientar que o apoio à democracia cresceu do período de 1989 em comparação com 2018. De acordo com a pesquisa feita pelo Datafolha¹¹¹ (outubro/2018), 69% dos brasileiros acreditavam que a democracia é sempre melhor do que qualquer forma de governo, enquanto apenas 12% acreditavam que em certos casos é melhor uma ditadura do que um regime democrático.

Assim, é possível analisar que os brasileiros ainda veem a democracia como um regime melhor do que o autoritarismo. Conforme mencionado no capítulo anterior, o país comemora duzentos anos de emancipação política neste ano. Desse total, temos apenas cinquenta e cinco anos de períodos democráticos (1946 até 1964 e de 1985 até 2022). O crescimento do apoio popular quanto às vias democráticas é uma razão para pensar que a democracia perpetuará. Conforme Souza (2005, p. 49-50):

A democracia não se refere somente à ordem do poder público, do Estado, mas deve existir em todas as relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Começa na relação interindividual, passa pela família, a empresa, as igrejas, as instituições da sociedade civil e culmina no Estado. Uma sociedade democrática é aquela que vai conseguindo democratizar todas as suas instituições e práticas. É uma sociedade perpassada pelos princípios, construída por eles, de forma consciente, voluntária e livre. É o reconhecimento da humanidade de todos por todas as pessoas. É obra da consciência humana, a mais sofisticada das tecnologias.

¹¹¹ Fonte: Apoio de brasileiros à democracia nunca foi tão forte. Disponível em: <https://exame.com/brasil/apoio-de-brasileiros-a-democracia-nunca-foi-tao-forte-segundo-datafolha/>. Acesso em: 11 de jul. de 2022.

Da mesma maneira, relembro que a cidadania é imprescindível para que qualquer sociedade viva em plena dignidade, harmonia e respeito. De acordo com Covre (1991, p. 73): “A bandeira de luta da cidadania deve ser transformar o cotidiano do trabalhador em algo bom, satisfatório, sob condições que respeitem a própria vida, dando chance também à questão do desejo – a identidade do indivíduo com as atividades que realiza”. A partir dessa contribuição, reforço que a função da cidadania deve ser de garantir a qualidade de vida e sua preservação de forma integral.

Na abertura do XI Congresso Brasileiro da História da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a filósofa Marilena Chauí frisou a importância da cidadania na atual conjuntura. Entre os trechos proferidos pela professora, destaco o da defesa dos direitos¹¹²:

“Graças aos direitos, os desiguais conquistam a igualdade, entrando no espaço político para reivindicar a participação dos direitos existentes e sobretudo para criar novos direitos. São novos, não simplesmente porque não existiam antes, mas porque eles são diferentes daqueles que existem, uma vez que eles fazem surgir como cidadãos novos sujeitos políticos que os afirmaram e que os fizeram ser reconhecidos por toda a sociedade [...]. Entre outras palavras, a marca da democracia moderna, permitindo sua passagem da democracia liberal à democracia social encontra-se no fato de que somente as classes populares e somente os excluídos, as chamadas minorias, através dos movimentos sociais, sentem a exigência de reivindicar direitos e criar novos direitos”.

Sendo assim, os direitos não são algo estático ou fixo: necessitam constantemente de manutenção, conforme nossa sociedade muda e novas necessidades surgem. Para garantia dos direitos, é necessária a mobilização popular. As conquistas cidadãs e democráticas devem servir como base para a luta pelo futuro.

Dessa forma, retomo a música que serviu como inspiração para o título da dissertação, mas com a esperança de que, mesmo com nosso passado autoritário e das ameaças constantes, a cidadania e democracia continuarão como únicas maneiras possíveis de termos uma sociedade com justiça, equidade e com garantia dos direitos adquiridos, sejam eles os direitos já existentes ou os novos direitos: *“É você que ama o passado / e que não vê / que o novo sempre vem”*.

¹¹² Trecho transcrito pelo autor através do vídeo conferência de abertura do XI Congresso Brasileiro de Educação (PUC-SP). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8pQ-cCjjMFM>. Acesso em: 16 de jul. de 2022.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Alberto; CARNEIRO, Carolina Maria Zoccoli; STEIBEL, Fabro Boaz. **A Outra face do horário gratuito: partidos políticos e eleições proporcionais na televisão.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/KhPBQf8HYZtLcL3RdKtC6Cw/?lang=pt#>. Acesso em: 06 de jul. de 2022.
- ANDERSON, Percy. **Balço do neoliberalismo.** In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ANTUNES, Bernardo Carvalho. **MARKETING POLÍTICO E SUA INFLUÊNCIA NA CAMPANHA ELEITORAL.** 2007. 42 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais Aplicadas, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2007.
- APOLINÁRIO, Marcelo Nunes; OLIVEIRA, Tatiana Afonso. **O financiamento de campanhas eleitorais no Brasil: histórico, atualidade e a questão na suprema corte.** Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13097>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.
- AVELAR, Lúcia. As Eleições na Era da Televisão. **Revista de Administração de Empresas,** São Paulo, v. 4, n. 32, p.42-57, set. 1992.
- AZEVEDO, Nádia Pereira Gonçalves de; FILGUEIRAS, Arthur de Araújo; SILVA, Dalexon Sérgio da. Bela, recatada e do lar: uma análise discursiva das posições-sujeito da mulher na revista Veja. **Entretexos,** Londrina, p. 209-230, jan. 2017.
- BARBOSA, Deliorrane Souza. **Belas, recatadas e do lar? Dos discursos produzidos sobre a mulher em memes publicados no Facebook.** Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/508/o/Deliorrane_Sousa_Barbosa.pdf. Acesso em: 20 de jun. de 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 1977.
- BARROS, José D'assunção. **História Comparada.** Petrópolis: Vozes, 2014.
- BORBA, Felipe de Moraes; FIGUEIREDO, Marcus. Quanto vale o voto na TV? **Insight Inteligência,** Rio de Janeiro, p. 100-114, mar. 2014. Disponível em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/quanto-vale-o-voto-da-tv/>. Acesso em: 12 abr. 2021.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. ASCENSÃO E CRISE DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF E O GOLPE DE 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea,** São Paulo, v. 21, n. 2, p. 1-63, 21 dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198055272129>.
- BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BELMIRO, Dalila Maria Musa. **O que é objetificação da mulher**. In: LIMA, Iana. Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-objetificacao-da-mulher/>. Acesso em: 06 de jul. de 2022.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Cidadania e democracia**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/LTSGRTDqFD4X74DxLsw9Krz/?lang=pt>. Acesso em: 06 de jul. de 2022.

BIGNOTTO, Newton. **O Brasil à procura da democracia**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de Política**. Brasília: Unb, 1998.

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

BOHN, Simone Rodrigues. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. X, n. 2, p. 288-338, out. 2004.

BOMENY, Helena. **Do frango ao avião ou o que é possível dizer sobre a nova classe média brasileira? Notas exploratórias**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8475>. Acesso em: 21 de jan. de 2021.

BORBA, Felipe de Moraes; MEDEIROS, Luiza da Silva. **O HGPE E A DEMOCRACIA BRASILEIRA: as eleições de 2014 e 2018 em perspectiva comparada**. Disponível em: http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT2/gt2_Borba_Medeiros.pdf. Acesso em: 25 de jun. de 2022.

BRASIL, BANCO CENTRAL. **O que é inflação?** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em: 18 de jun. de 2022.

BRASIL, CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. **Anuário CNT do transporte: estatísticas consolidadas 2018**. Brasília: CNT, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BRECH, Berthold. **O Analfabeto Político**. Disponível em: http://eje.tre-ba.jus.br/pluginfile.php/838/mod_page/content/56/Poema%20-%20O%20Analfabeto%20Pol%C3%ADtico.pdf. Acesso em: 20 de jan. de 2022.

BRITO, Marcelo. **Atlas das eleições presidenciais no Brasil**. Disponível em: <https://sites.google.com/site/atlaseleicoespresidenciais/1989>. Acesso em: 17 de jun. de 2022.

CÂNDIDO, Joel José. **Direito Eleitoral Brasileiro**. 14. ed. São Paulo/SP: Edipro, 2010.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **DEMOCRATAS (DEM)**. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/democratas-dem>. Acesso em: 31 de jan. de 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **DILMA VANA ROUSSEFF**. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-vana-rousseff>. Acesso em: 20 de jan. de 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **DIRETAS JÁ**. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>. Acesso em: 04 de mai. de 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **FERNANDO COLLOR**. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/collor-fernando> Acesso em: 20 de jan. de 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cardoso-fernando-henrique>. Acesso em: 20 de jan. de 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **ITAMAR FRANCO**. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/itamar-augusto-cautiero-franco>. Acesso em: 20 de jan. de 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **JOICE CRISTINA HASSELMAN**. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joice-cristina-hasselman>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-inacio-da-silva>. Acesso em: 20 de jan. de 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **MANUELA PINTO VIEIRA D'ÁVILA**. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/davila-manuela>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA**. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/michel-miguel-elias-temer-lulia>. Acesso em: 20 de jan. de 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-democratico-brasileiro-mdb>. Acesso em: 31 de jan. de 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **O PACOTE DE ABRIL**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril>. Acesso em: 04 de mai. de 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **PARTIDO DA SOCIAL-DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-social-democracia-brasileira-psdb>. Acesso em: 31 de jan. de 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA (PDT)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democratico-trabalhista-pdt>. Acesso em: 31 de jan. de 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-dos-trabalhadores-pt>. Acesso em: 31 de jan. de 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **PARTIDO PROGRESSISTA (PP) (2003-)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-progressista-pp-2003>. Acesso em: 31 de jan. de 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-liberal-psl>. Acesso em: 31 de jan. de 2021

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, PTB (1980-)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-brasileiro-ptb-1980>. Acesso em: 31 de jan. de 2021.

CERRI, Luís Fernando. O historiador na reflexão didática. **História & Ensino**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 27-47, 18 ago. 2013. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2238-3018.2013v19n1p27>.

CHAUÍ, Marilena. **Comunicação e Democracia**. Revista de Comunicação da Fapcom, São Paulo, v. 1, n. 2, p.17-32, jul. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: ABDR, 2004.

CHAUÍ, Marilena. Democracia e sociedade autoritária. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 149-161, jul./dez. 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Sociedade verde e amarela**. Disponível em: <https://razaoinadequada.com/2018/11/07/chaui-sociedade-verde-e-amarela/>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

CNN BRASIL. **Entenda a importância da Petrobrás para a economia da sociedade**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/entenda-a-importancia-da-petrobras-para-a-economia-e-a-sociedade/>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

COBERLLINI, Juliano; MOURA, Maurício. **A eleição disruptiva: porque Bolsonaro venceu**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

COLOMBO, Luciléia Aparecida; SOARES, Alessandro de Oliveira; TAUIL, Rafael Marchesan. O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB. **Revista de Ciências Sociais**, Vitória, v. 1, n. 19, p. 7-29, 19 maio 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/13215>. Acesso em: 04 maio 2021.

CORRÊA, Línive de Albuquerque. A Nova História Política e as fontes midiáticas: histórico, metodologias e fontes – breve comentário. **Albuquerque: revista de história**, Campo Grande, v. 9, n. 18, p. 193-206, jul.- dez. de 2017.

CORREIO BRAZILENSE. **Barroso admite que impeachment de Dilma ocorreu por motivações políticas**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/02/4982430-barroso-admite-que-impeachment-de-dilma-ocorreu-por-motivacoes-politicas.html>. Acesso em: 06 de jul. de 2022.

COTRIM, Miguel Antônio. **A imagem do poder: um olhar sobre os cartazes eleitorais brasileiros nas eleições presidenciais de 1989**, IN Anais do 27º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. São Paulo, p. 909-924, 2018.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Braziliense, 1991. DTI AO VIVO. **XI Congresso Brasileiro de Educação (PUC-SP)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8pQ-cCjjMFM>. Acesso em: 16 de jul. de 2022.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Braziliense, 1991.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; RIBEIRO, Guilherme Leite. **Trajetória socioeducacional dos ministros brasileiros na Nova República (1985-2014)**. **Revista de Sociologia e Política**, abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/yZCnvLcCv8xvF8xCBQpN93Q/?lang=pt>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

DEMOCRATAS. **A trajetória do Democratas na política brasileira**. Disponível em: <http://dem.org.br/historia/>. Acesso em: 03 de fev. de 2021.

DEVECHI, Antônio. **Constituições do Brasil (1824 – 1988)**. Curitiba: Juruá, 2012.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 1997.

EDUCAÇÃO GLOBO. **Pré-sal: expansão da fronteira petrolífera do Brasil**. Disponível em: <http://educacao.globo.com/geografia/assunto/atualidades/pre-sal-expansao-da-fronteira-petrolifera-do-brasil.html>. Acesso em: 29 de jun. de 2022.

ESTADÃO. **Tudo sobre Marielle Franco**. Disponível em: <https://tudo-sobre.estadao.com.br/marielle-franco>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FARIA, Alessandra Maia Terra de. **Do social e do político: teorias da representação política**. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Sociologia e Política, PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2015.

FERNANDES, Renato. **FORMAÇÃO DA SOCIOLOGIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS EM ROBERT MICHELS. Teoria & Pesquisa**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 128-151, 2020.

FERREIRA, Jorge. **1946 – 1964: a experiência democrática no Brasil**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100001#nt01. Acesso em: 04 de mai. de 2021.

FICO, Carlos. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro**. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p.43-59, jan. 2012.

FIGUEIREDO, Lucas. **Morcegos Negros**. São Paulo: Record, 2000.

GAZETA DO POVO. **Taxa de analfabetismo no Brasil em 2018**. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/educacao/analfabetismo-no-brasil-em-2018/>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

G1. **Antônio Palocci acusa Lula de receber 300 milhões para campanha**. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/09/antonio-palocci-acusa-lula-de-receber-r-300-milhoes-para-campanha.html>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

G1. **Cuba decide deixar o programa mais médicos no Brasil**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/11/14/cuba-decide-deixar-programa-mais-medicos-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 1973.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record.

GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral**. 8. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2012.

GONÇALVES, Suelenn Amaral; PEREIRA, Jackeline Maria dos Santos. **Rede Rodoviária e Concessões no Brasil: Uma Análise da BR-101 no Trecho Fluminense Campos dos Goytacazes-Niterói**. In: III Encontro de Geografia – A Geografia e suas vertentes: reflexões. VI Semana de Ciências Humanas. 2010, Campo dos Goytacazes.

GOVERNO FEDERAL. **Paulo Guedes**. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/quem-e-quem>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

GRIPP, Alan. **Retrospectiva: manifestações não foram pelos 20 centavos. Folha de São Paulo**. São Paulo, dez. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/12/1390207-manifestacoes-nao-foram-pelos-20-centavos.shtml>. Acesso em: 07 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 18 de jun. de 2022.

INSTITUTOS HUMANOS UNISINOS. **A difícil reinvenção da democracia frente ao fascismo social. Entrevista especial com Boaventura de Sousa Santos**. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/563035-a-dificil-reinvencao-da-democracia-frente-ao-fascismo-social-entrevista-especial-com-boaventura-de-sousa-santos_. Acesso em: 06 de jan. de 2022.

INUTILIDADES DA TV. **Horário Eleitoral BR - 2º turno - candidatos à Presidência (12/10/2018)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IgySBE3qjOU&list=PLY283wbHUcn93xVIK5TMHc-IZMUcgslbb&index=1>. Acesso em: 16 de out. de 2021.

INUTILIDADES DA TV. **Horário Eleitoral BR - 2º turno - candidatos à Presidência (17/10/2018)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vT0zJrMiaAs&list=PLY283wbHUcn93xVIK5TMHc-IZMUcgslbb&index=2>. Acesso em: 16 de out. de 2021.

JANOV, Pedro. **Horário Eleitoral Gratuito: Collor - 07/12/1989**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2R15V5S7Mp8&list=WL&index=5>. Acesso em: 16 de out. de 2021.

KOMARICK, Lúcio; CAMPANARIO, Milton. São Paulo: do milagre à crise. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 28-29, p. 249-264, abr. 1993. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64451993000100012>.

KONDER, Leandro. Ideologia e política. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 24-29, mar./mai. 2001.

LIBERDADE DIREITA LDR. **Eleições 2018 - Horário Eleitoral São Paulo 18/10/2018**. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=4_M_zcRM4wA&list=PLY283wbHUcn93xVIK5TMHc-lZMUcgs1bb&index=3. Acesso em: 16 de out. de 2021.

LUCAS, João Ignácio Pires. **Partidos políticos e oligarquização: um estudo da organização interna do PMDB e PT do RS**. 1996. 401 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MANHANELLI, Carlos Augusto. **Eleição é guerra: marketing para campanhas eleitorais**. São Paulo: Summus, 1992.

MARQUES, Rosa Maria; XIMENES, Salomão Barros; UGINO, Camila Kimie. Governos Lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 526-547, set. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-35172018-2784>.

MATTOS, Sérgio. **Um perfil da TV Brasileira (40 anos de história: 1950-1990)**. Disponível em:

<http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/02.%20Um%20perfil%20da%20TV%20brasileira.%2040%20anos%20de%20hist%20ria.pdf>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

MAZIERO, Arthur Fachini. **Voz ativa, destino escolhido: as eleições de 1989**. 2019. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em História, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019.

MANZINI-COVRE, Marilou. **Cartas de direitos, cidadania e cidadãos**. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/viewFile/8586/6384>. Acesso em: 04 de mai. de 2021.

MEDEIROS, Fabrício Ferreira. A nova história política. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 9, n. 3, p. 258-269, set./dez. 2017.

MEMÓRIA GLOBO. **Eleições presidenciais – 1989**. Disponível em:

https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/eleicoes-presidenciais-1989/noticia/eleicoes-presidenciais-1989.ghtml#ancora_4. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

MESGRAVIS, Laima. **“Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil Colonial”**. In: Estudos Econômicos. n.13. São Paulo: USP, 1983.

MEU JORNAL. **Jair Bolsonaro VS Fernando Haddad 24/10/2018 - Propaganda política 2º turno**. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=Ow_AbGPCOGU&list=PLY283wbHUcn93xVIK5TMHc-lZMUcgs1bb&index=4. Acesso em: 16 de out. de 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Lava-jato: entenda o caso**. Disponível em:

<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

MOTTA, Marly. A estabilização e a estabilidade: do plano real aos governos FHC (1993-2002). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo da nova república**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 219-254.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **História**. Disponível em: <https://www.mdb.org.br/conheca/historia/>. Acesso em: 05 de out. de 2021.

NOBLAT, Ricardo. **Collor - Minha voz é sua voz**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I2MIGkUe5J4&list=WL&index=5>. Acesso em: 16 de out. de 2021.

NOBLAT, Ricardo. **Crítica à Nova República - Segundo programa de Lula - 2º turno, 1989**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rXSNfknGqks&list=WL&index=5>. Acesso em: 16 de out. de 2021.

OLIVEIRA, Nilton Marques de; PIFFER, Moacir; STRASSBURG, Udo. TÉCNICAS DE PESQUISA QUALITATIVA: uma abordagem conceitual. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, Marechal Cândido Rondon, v. 17, n. 32, p. 87-110, jan. 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/17496>. Acesso em: 20 abr. 2021.

OTAVO, ADRIANA. **O que é populismo**. IN https://www.politize.com.br/populismo-o-que-e/?https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KCQjwzLCVBhD3ARIsAPKYTcSzn1cOd9OeHEAbVP0nzJbDPna_72Y0uCmy1eQHSEv2Ac0F28M38KIaA1A9EALw_wcB. Acesso em: 06 de jun. de 2022.

PADRÓS, Enrique Serra. **História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos**. Revista Tempo e Argumento, vol. 1, núm. 1, janeiro-junho, 2009, pp. 30-45.

PAIVA, Denise; LAMEIRÃO, Adriana Paz; KRAUSE, Silvana; LAMEIRÃO, Adriana Paz. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 638-674, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912016223638>.

PARTIDO DA SOCIAL-DEMOCRACIA BRASILEIRA. **História**. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/conheca/historia>. Acesso em: 05 de out. de 2021.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **MANIFESTO**. Disponível em: <http://www.pdt.org.br/wp-content/uploads/2016/10/manifesto.pdf#pdfjs.action=download>. Acesso em: 03 de fev. de 2021.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores**. Disponível em: <https://pt.org.br/carta-de-principios-do-partido-dos-trabalhadores/>. Acesso em: 29 de jun. de 2022.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Nossa História**. Disponível em: <https://pt.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 03 de fev. de 2021.

PARTIDO SOCIAL LIBERAL. **Quem somos?** Disponível em: <https://psl.org.br/opsl/#quem-somos>. Acesso em 08 de jun. de 2021.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. **PROGRAMA E ESTATUTO**. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/assets.ptb.org.br/wp-content/uploads/2021/01/18125321/ESTATUTO-ATUALIZADO-2020.pdf>. Acesso em: 03 de fev. de 2021.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 239-259.

PODER360. **Haddad tira Lula e usa verde e amarelo no material de campanha**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/haddad-tira-lula-e-usa-verde-e-amarelo-no-material-de-campanha/>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

PORTAL GELEDES. **“Nem bela, nem recatada, nem do lar”, diz juíza que autorizou paralisação no Dia da Mulher**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nem-bela-nem-recatada-nem-lar-diz-juiza-que-autorizou-paralisacao-no-dia-da-mulher/>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

PORTAL TRF. **Eliana Calmon**. Disponível em: <https://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/institucional/memoria-institucional/eliana-calmon.htm>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

PRADO, Thiago. **Na era da internet, o brasileiro viu mais a propaganda eleitoral na TV em 2018**. Época. Disponível em: <https://epoca.globo.com/na-era-da-internet-brasileiro-viu-mais-propaganda-eleitoral-na-tv-em-2018-23136373#ixzz6jrYZptRf>. Acesso em 15 de jan. de 2021.

PROGRESSISTAS. **Nossa História**. Disponível em: <https://progressistas.org.br/partido/>. Acesso em: 08 de jun. de 2021.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

REDE BRASIL ATUAL. **Em ato com mulheres, Dilma ressalta ganhos econômicos e prioridade em programas sociais**. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2014/2014/09/em-ato-com-mulheres-dilma-ressalta-conquistas-economicas-e-prioridade-em-programas-sociais-3138/>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

REIS, Daniel Aarão. A Vida Política. In: REIS, Daniel Aarão. **História do Brasil Nação: 1808-2010: modernização, ditadura e democracia 1964-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. p. 75-126.

RÉMOND, René. **Por que a História Política?** Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1975>. Acesso em: 27 de fev. de 2021.

RORSCHACH BR. **Último Programa Político: Collor ataca a vida privada de Lula, 1989.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZPauNhdLsgA&list=WL&index=5>. Acesso em: 16 de out. de 2021.

RORSCHACH BR. **Último Programa Político de Lula em 1989: Lula apresenta a filha Lurian.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZaBS2umaYnc&list=WL&index=5>. Acesso em: 16 de out. de 2021.

RÜSEN, Jörn. CONSCIÊNCIA HISTÓRICA COMO TEMA DA DIDÁTICA DE HISTÓRIA. **Métis História e Cultura**, Caxias do Sul, v. 19, n. 38, p. 15-22, 1 abr. 2021. Universidade Caxias do Sul. <http://dx.doi.org/10.18226/22362762.v19.n.38.01>.

SALLUM JR., Brasília. **O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise.** São Paulo: Editora 34, 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas.** São Paulo: Boitempo, 2016.

SENADO FEDERAL. **As Constituições Brasileiras.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras>. Acesso em: 15 de jul. de 2022.

SOUZA, Herbert de. Democracia e cidadania. In: RODRIGUES, Carla (org.). **Democracia: cinco princípios e um fim.** São Paulo: Moderna, 1996. p. 66-75.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O Trabalho Docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TERRA. **Lembra? Veja quem os artistas apoiaram em eleições passadas.** Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/lembra-veja-quem-os-artistas-apoiaram-em-eleicoes-passadas,c33cfd7c6bb38410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

TODA MATÉRIA. **Redemocratização do Brasil.** Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/redemocratizacao-do-brasil/>. Acesso em: 07 de jul. de 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Segurança do Processo Eleitoral (2021).** Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/campanhas-publicitarias/seguranca-do-processo-eleitoral-2021-2>. Acesso em: 18 de jun. de 2022.

UNICEF. **Desnutrição.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/desnutricao>. Acesso em: 17 de jun. de 2022.

UNIVERSO POLÍTICA. **ÚLTIMO HORÁRIO DE PROPAGANDA ELEITORAL DO SEGUNDO TURNO - 26/10/2018.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YrLHb1z-5To&list=PLY283wbHUcn93xVIK5TMHc-lZMUcgslbb&index=5>. Acesso em: 16 de out. de 2021.

UOL CULT. **Bolsonaro, Ustra e a naturalização da barbárie.** Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/bolsonaro-ustra-e-a-naturalizacao-da-barbarie/>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

UOL POLÍTICA. **Dilma é aprovada por 79% e supera Lula e FHC, diz CNI/Ibope.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

UOL. **Programa de governo do PT vai propor reforma no judiciário.** Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/eleicoes/noticias/programa-de-governo-do-pt-vai-propor-reforma-no-judiciario-16307833>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

UOL. **Relembre os principais momentos do governo Michel Temer mês a mês.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/relembre-os-principais-momentos-do-governo-michel-temer-mes-a-mes.shtml>. Acesso em: 22 de jun. de 2022.

VEJA. **Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

VJR. **Eleições 1989 - Brizola apoia Lula.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=u4e_XEUYxds&list=WL&index=5&t. Acesso em: 16 de out. de 2021.

ZERO HORA. **Novo batismo deu impulso à ligação de Bolsonaro com os evangélicos.** Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/11/novo-batismo-deu-impulso-a-ligacao-de-bolsonaro-com-os-evangelicos-cjo0m3ed50axn01pi6b3nd76w.html>. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

APÊNDICE A - RESULTADO DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1994

Candidato(a) à Presidência	Candidato(a) à Vice-Presidente	Total de Votos	Percentual
Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	Marco Maciel (PFL)	34.314.961	54,24%
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	Aloízio Mercadante (PT)	17.122.127	27,07%
Enéas Carneiro (PRONA)	Roberto Gama (PRONA)	4.671.457	7,38%
Outros candidatos		7.153.786	11,31%
Total de votos válidos		63.262.331	100,00%

Fonte: Atlas das Eleições Presidenciais do Brasil. Quadro: Autor.

APÊNDICE B - RESULTADO DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1998

Candidato(a) à Presidência	Candidato(a) à Vice-Presidente	Total de Votos	Percentual
Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	Marco Maciel (PFL)	35.936.540	53,06%
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	Leonel Brizola (PDT)	21.475.218	31,71%
Ciro Gomes (PPS)	Roberto Freire (PPS)	7.426.190	10,97%
Outros candidatos		2.884.517	4,29%
Total de votos válidos		67.722.565	100,00%

Fonte: Atlas das Eleições Presidenciais do Brasil. Quadro: Autor.

APÊNDICE C - RESULTADO DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL 2002

Candidato(a) à Presidência	Candidato(a) à Vice-Presidente	Total de Votos 1º Turno	Percentual 1º Turno	Total de Votos 2º Turno	Percentual 2º Turno
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	José Alencar (PL)	39.455.233	46,45%	52.793.364	61,27%
José Serra (PSDB)	Rita Camata (PMDB)	19.705.445	23,20%	33.370.739	38,73%

Anthony Garotinho (PSB)	José Antônio Figueiredo (PSB)	15.180.097	17,86%		
Outros candidatos		10.611.737	12,49%		
Total de votos válidos		84.952.512	100,00%	86.164.103	100,00%

Fonte: Atlas das Eleições Presidenciais do Brasil. Quadro: Autor.

APÊNDICE D - RESULTADO DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2006

Candidato(a) à Presidência	Candidato(a) à Vice-Presidente	Total de Votos 1º Turno	Percentual 1º Turno	Total de Votos 2º Turno	Percentual 2º Turno
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	José Alencar (PRB)	46.662.365	48,61%	58.295.042	60,83%
Geraldo Alckmin (PSDB)	José Jorge (PFL)	39.968.369	41,64%	37.543.178	39,17%
Heloísa Helena (PSOL)	César Benjamin (PSOL)	6.575.393	6,85%		
Outros candidatos		2.790.606	2,90%		
Total de votos válidos		95.996.733	100,00%	95 838 220	100,00%

Fonte: Atlas das Eleições Presidenciais do Brasil. Quadro: Autor.

APÊNDICE E - RESULTADO DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2010

Candidato(a) à Presidência	Candidato(a) à Vice-Presidente	Total de Votos 1º Turno	Percentual 1º Turno	Total de Votos 2º Turno	Percentual 2º Turno
Dilma Rousseff (PT)	Michel Temer (PMDB)	47.651.434	46,91%	55.752.529	56,05%
José Serra (PSDB)	Índio da Costa (DEM)	33.132.283	32,61%	43.711.388	43,95%
Marina Silva (PV)	Guilherme Leal (PV)	19.636.359	19,33%		
Outros	-	1.170.177	1,15%		
Total de votos válidos		101 590 153	100,00%	99 463 917	100,00%

Fonte: Atlas das Eleições Presidenciais do Brasil. Quadro: Autor.

APÊNDICE F - RESULTADO DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2014

Candidato(a) à Presidência	Candidato(a) à Vice-Presidente	Total de Votos 1º Turno	Percentual 1º Turno	Total de Votos 2º Turno	Percentual 2º Turno
Dilma Rousseff (PT)	Michel Temer (PMDB)	43.267.668	41,59%	54.501.118	51,64%
Aécio Neves (PSDB)	Aloysio Nunes (PSDB)	34.897.211	33,55%	51.041.155	48,36%
Marina Silva (PSB)	Beto Albuquerque (PSB)	22.176.619	21,32%		
Outros	-	3.682.045	3,54%		
Total de votos válidos		104 023 543	100,00%	105 542 273	100,00%

Fonte: Atlas das Eleições Presidenciais do Brasil. Quadro: Autor.